

GLEICE ARRUDA DE MELO

**O ADOLESCENTE AUTOR DE VIOLÊNCIA SEXUAL:
ESTUDO PSICOSSOCIAL**

**Goiânia
2008**

GLEICE ARRUDA DE MELO

**O ADOLESCENTE AUTOR DE VIOLÊNCIA SEXUAL:
ESTUDO PSICOSSOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, Subprograma de Psicologia Social da Universidade Católica de Goiás - UCG, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Margarida Gomes Sousa.

**Goiânia
2008**

**O ADOLESCENTE AUTOR DE VIOLÊNCIA SEXUAL:
ESTUDO PSICOSSOCIAL**

Universidade Católica de Goiás
Departamento de Psicologia
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia

Curso de Mestrado em Psicologia

Folha de Avaliação

Autora: Gleice Arruda de Melo

Título: O Adolescente Autor de Violência Sexual: Estudo Psicossocial

Profª Drª. Sônia Margarida Gomes Sousa
Orientadora
Universidade Católica de Goiás – Goiânia-GO

Profª Drª. Sônia Grubits
Membro Convidado Externo
Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande-MT

Profº Drº Pedro Humberto Faria Campos
Membro Convidado Interno
Universidade Católica de Goiás – Goiânia-GO

Profª Drª Anita Cristina Azevedo Rezende
Membro Convidado Suplente
Universidade Católica de Goiás – Goiânia-GO

Dissertação Aprovada

Goiânia-Goiás

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a analisar o processo das relações vividas por um adolescente acusado de ser autor de violência sexual, que, antes de completar quinze anos de idade, segundo seu processo/prontuário fizera sete vítimas. Embora esse fenômeno impacte a sociedade, as recentes políticas existentes para o setor têm focado na privação de liberdade e/ou liberdade assistida de tais adolescentes. Para investigar os processos de relações estabelecidas nas socializações e sua implicação na construção da subjetividade, esta dissertação atém-se à história de vida e às relações – anteriores e posteriores à publicização das infrações cometidas – do adolescente-autor, objetivando apreender os mecanismos psicossociais e sua mediação na continuidade da violência sexual. No procedimento metodológico, lançou-se mão da pesquisa documental nos registros dos casos de adolescentes autores de violência sexual nas instituições de aplicação das medidas socioeducativas de Goiânia, no período de 1997 a 2008. Outro procedimento utilizado foi a pesquisa empírica realizada pelo Projeto Invertendo a Rota, que possibilitou o atendimento psicoterápico do adolescente autor de violência sexual. A sistematização do material da pesquisa envolveu a leitura dos materiais transcritos, para um prévio levantamento psicossocial, e o estabelecimento de categorias para análise. Embora o material empírico tenha sido obtido por meio de sessões clínicas, a análise empreendida foi feita a partir da Psicologia Social de vertente Sócio-Histórica. Diante da diversidade dos casos inicialmente selecionados para participar desta pesquisa, um deles foi escolhido em razão de seu processo/prontuário constar a acusação de ter cometido violência sexual contra um maior número de vítimas, bem como de ter participado de muitos atendimentos psicoterápicos. Fred, o adolescente-autor, nega as infrações, e sua família alega acreditar em sua inocência. O poder judiciário, por sua vez, o priva de liberdade, como se, ao mantê-lo por detrás das grades, eliminasse sua sexualidade e seu comportamento de violência sexual. A análise das categorias do estudo da história de vida do adolescente-autor revelou a prevalência de: evasão escolar; início precoce no mundo do trabalho; extrema pobreza; uso de drogas ilícitas; uso de arma de fogo; vivências em contextos violentos; religiosidade; falta de educação sexual; constante tentativa de imputar-lhe um diagnóstico com patologias mentais e/ou neurológicas e o peso de ser o único e exclusivo responsável por seu comportamento violento.

Palavras-chave: Adolescente autor de violência sexual; Adolescência; Psicologia Social; Psicologia Sócio-histórica

ABSTRACT

This research analyzes the process of relations experienced by a teenager, who was accused of being the author of sexual violence. According to his judicial process, before being fifteen years old, he had made seven victims. Although this phenomenon impacts on society, recent policies for the sector have focused on deprivation of liberty and / or assisted freedom of such adolescents. In order to investigate the steps of socialization and their involvement in the construction of subjectivity, this study focuses on: the teenager's history of life and relationships, before and after the infractions were committed; on the psychosocial mechanisms and their mediation in the continuity of sexual violence. The methodological procedures consisted of documents archived in the institutions which are in charge of applying socioeducational proceedings in Goiânia, from 1997 to 2008. Another methodological procedure consisted of an empirical research conducted by the project Inverted a Rota, which enabled the psychotherapeutic care of the adolescent perpetrator of sexual violence. The systematization of the material of the research involved the reading of the transcribed material to a preliminary psychosocial survey, and the establishment of categories for the analysis. Although the material has been obtained by means of clinical sessions, the analysis was taken from the Social Psychology of socio-historical trend. Due to the diversity of the cases initially selected to participate in this survey, one was chosen because he was accused of having committed sexual violence against a larger number of victims, and he had participated in many psychotherapeutic sessions. Fred, the teen-author, denies the violations, and so do his family. The judiciary, on the other hand, confines the teen-authors, as if the action of keeping them behind bars could remove their sexuality and behavior. The analysis of categories revealed problems such as: the failure of school, early introduction in working spaces, extreme poverty; use of illicit drugs, use of firearms; experiences in violent contexts; religion; lack of sex education; inconsistent diagnosis of mental and neurological illness, and the difficulty of being the exclusive responsible for their violent behavior.

Keywords: Adolescent author of sexual violence; Adolescence, Social Psychology, Psychology Socio-historical

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Sônia Margarida, com quem aprendi o rigor da pesquisa de uma maneira humana, com afeto e palavras carinhosas (“Fala minha florzinha de lis preferida!”). Minha admiração, meu reconhecimento e meus agradecimentos.

À Edna Lúcia, a quem tive o prazer de conhecer nessa árdua caminhada e com quem muito aprendi. Reconheço e agradeço a atenção, a disponibilidade, o profissionalismo e o carinho com que fez as leituras e contribuições desse trabalho.

Aos meus filhos, Thyanne, Jacqueline e Yuri, que depositam em mim tanta esperança e certeza de que nossos momentos difíceis serão sempre superados. Eles me deram força, persistência em meu caminhar. No fim, a recompensa, mais um desafio realizado, e a certeza de estarmos juntos nos próximos..

À minha mãe, Marta, e à minha irmã Cleide, sem as quais esse mestrado não se efetivaria. Palavras não são capazes de expressar o quanto fizeram por mim, possibilitando que esta pesquisa se realizasse. Sou grata pelo apoio e envolvimento nas diversas áreas, carinho, dedicação, companheirismo e por confiarem e apostarem em mim.

Ao meu pai Calimério, que sempre me possibilitou um ambiente fértil e me instigou na busca do conhecimento e das verdades.

À minha irmã Cleice, por sua autenticidade, companheirismo, por acreditar tanto na vida, lutar por ela, pela felicidade e me incentivar a lutar por meus sonhos.

Às Arrudas – Gabriella, Thaissa e Fernanda –, minhas afilhadas, que fazem meus dias mais belos e mais animados, além de me instigarem na prática de construir um mundo melhor.

Ao Marcelo Lemes, por ter sido tão presente, tão amigo e companheiro em épocas tão turbulentas e angustiantes. Sem seu carinho, dedicação, respeito, incentivo e apoio eu jamais teria conseguido emergir do abismo de angústia e dor, enfrentar as dificuldades da vida e partir para novos caminhos, novas conquistas e novas realizações, como o mestrado.

À minha analista, Marilene Ribeiro, pelo suporte emocional, sem o qual jamais teria concluído esse trabalho. Ao conseguir me mostrar o obscuro, ela acreditou e apostou em mim quando eu de mim mesma duvidava.

À Lúcia dos Reis, amiga e companheira de todas as horas, pela força, pela companhia e por me mostrar que não tinha mais como desistir.

À Alvani Souza, pela atenção, pelo carinho e por valorizar tanto a minha companhia.

À Cristiane Magalhães, pelo incentivo nos momentos de angústia, dor e desânimo, principalmente com as leis.

Ao Daniel Estevão, pelas diversas contribuições durante todo o período de realização desta pesquisa.

Ao Leonardo Coutinho, pela leitura do trabalho com seu olhar jurídico.

À Lenita Schultz, pela disponibilidade, compreensão e força durante essa jornada.

À Eliane Miclos, pela solidariedade de todas as horas.

Ao Wellington José, por todos esses anos de amizade.

Ao Gerson Bosco, pela sua amizade, força, apoio e incentivo.

À Aucilene Cavalcante, pela amizade, confiança, companheirismo e compartilhamento das aventuras vividas.

À Valquíria Braga, pela contribuição com essa pesquisa, ao traduzir o resumo e pela habitual gentileza.

À Aucilene Cavalcante, pelo companheirismo e amizade.

À Andréa Bragança, com quem consegui apreender a multiplicidade e dinâmica dos grupos.

À Olga Ronchi, por sua admirável postura profissional.

À Fernanda Fernandes, amiga e companheira para enfrentamento acadêmico, profissional, pessoal e de outras ordens.

À Antônia Eterna, por ter sido minha defensora, a quem devo o título obtido com esta dissertação.

À toda equipe do Projeto Invertendo a Rota, em especial ao seu coordenador, Prof, Benedito Santos, que me abriu as portas para o universo da pesquisa.

Ao Dr. Maurício Porfírio, que autorizou, incentivou e facilitou a realização da pesquisa no âmbito do Juizado da Infância e Juventude.

Ao João Luiz, atual diretor do CIA, pela atenção, disponibilidade e carinho com que me recebeu na instituição durante a pesquisa.

À Christine, diretora responsável pelo CASE (2006-2008), pela maneira com que me recebeu e facilitou a realização da pesquisa.

À equipe da LA, na época sob a coordenação da Valdete, que me recebeu com prontidão, empenhando-se na localização dos prontuários, algumas vezes já encaminhados ao arquivo morto.

Aos adolescentes-autores que possibilitaram descobertas sobre a sexualidade, bem como sobre a violência sexual, sem as quais este trabalho não teria existido.

A meus filhos Thayanne, Jacqueline, Yuri, e à vida, que me impulsionam na busca do conhecimento e da alteridade, no intuito de ser hoje uma mãe, uma profissional, enfim, um ser humano melhor do que fui ontem.

A meus pais, Calimério e Marta, a minhas irmãs, Cleide e Cleice, e a minhas afilhadas Fernanda, Thaissa e Gabriella, pelo amor, carinho, atenção, cuidado, dedicação e contribuição permanente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO, ADOLESCÊNCIA E ADOLESCENTES-AUTORES.....	20
Adolescência e atos infracionais	23
Adolescente-autor e as medidas socioeducativas.....	30
CAPÍTULO 2 – FRED, O ADOLESCENTE-AUTOR.....	35
A história de vida de Fred	35
O processo de socialização antes da publicização da violência sexual cometida.....	39
Socialização secundária: escola, trabalho, religião e companhia de amigos	47
CAPÍTULO 3 - FRED E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO APÓS A PUBLICIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL COMETIDA .	59
O autor de violência sexual como vítima de violências: realidade ou mito?.....	59
Uso de droga, escolarização, religião e trabalho.....	65
A família: sua mediação no processo de socialização no período de privação de liberdade.....	70
A liberdade assistida na socialização de Fred.....	75
Dimensões subjetivas no processo de socialização do Fred	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS.....	105
APÊNDICES.....	112

SIGLAS

CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial
CASE – Centro de Atendimento Sócio- Educativo
CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CIA – Centro de Internação do Adolescente
CIARTE – Centro de Internação do Adolescente com Arte – oficina de arte
CIP – Centro de Internação Provisória
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança
CPB – Código Penal Brasileiro
CPP – Casa de Prisão Provisória
DCA – Departamento da Criança e do Adolescente
DPAAI – Delegacia de Polícia de Apuração de Atos Infracionais
DVPM – Delegacia de Vigilância e Proteção ao Menor
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FEBEMs – Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor
FNBEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
HUGO – Hospital de Urgência de Goiânia
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDF – Instituto Dom Fernando
ILANUD – Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do
Delito e Tratamento do Delinqüente
IML – Instituto de Medicina Legal
JIJ – Juizado da Infância e Juventude
LA – Liberdade Assistida
MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
NECASA – Núcleo de Estudo e Coordenação de Ação para a Saúde do
Adolescente
ONU – Organização das Nações Unidas
PAIF – Programa de Atenção Integral à Família
PIA – Plano de Atendimento para o Adolescente
PNBEM – Política Nacional do Bem-Estar do Menor

PROEX – Pró-Reitoria de extensão e Apoio Estudantil – UCG

PROINVERT – Projeto Invertendo a Rota

PSC – Prestação de Serviço à Comunidade

SAM – Serviço de Assistência aos Menores

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo

SOS Criança – Programa de Identificação, Cadastro e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

UCG – Universidade Católica de Goiás

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

A negligência é a rotina de não enxergar e negar o outro. Não enxergar e negar o outro é a rotina do desrespeito. O desrespeito é a rotina da falta de alteridade. A falta de alteridade é a rotina do narcisismo. O narcisismo é a rotina da exclusão. A exclusão é a rotina da opressão. A opressão é a rotina da dor. A dor é a rotina da insanidade. A insanidade é a rotina da violência. A violência é a rotina de um ciclo vicioso perverso. O ciclo vicioso perverso é a rotina de uma vida sem sentido. Uma vida sem sentido é a rotina da violência... (Gleice Arruda)

O caminho sócio-histórico percorrido pela adolescência permite que hoje ela se distancie da amalgamação dos conceitos de infância¹ e adolescência vigentes desde o século XII até o XIX. Até o final do século XIII, nos raríssimos casos em que era representada, a criança aparecia como adulto em miniatura, o que provavelmente representa sua falta de característica e espaço nessa sociedade. Em face disso, os traços da adolescência também não eram reconhecidos, uma vez que estavam intrinsecamente interligados e ignorados. “Como juventude significava força da idade, ‘idade média’, não havia lugar para a adolescência, o que corrobora o fato da adolescência até o século XVIII ter sido confundida com a infância” (Ariès, 1981, p 41). Até que

começou-se a desejar saber seriamente o que pensava a juventude e surgiram pesquisas sobre ela [...]. A juventude apareceu como depositária de valores novos capazes de reavivar uma sociedade velha e esclerosada. [...] Daí em diante, a adolescência se expandira empurrando a infância para trás e a maturidade para frente... [...] Assim, passamos de uma época sem adolescência a uma época em que a adolescência é a idade favorita. Deseja-se chegar a ela cedo e nela permanecer por muito tempo. (Ariès, 1981, p. 46-47)

A adolescência pode ser além de depositária da esperança de reavivar uma sociedade, um empecilho para o seu desenvolvimento quando começam surgir os casos de adolescentes autores de violência sexual, que saem da esfera da vítima, elevando assim as manchetes sobre violência nos jornais e nos meios de comunicação. Alarmada, a sociedade aponta esse adolescente como único responsável pela violência praticada, eximindo-se, assim, de qualquer compromisso.

¹ Na Idade Média e no início da Idade Moderna, a sociedade não reconhecia a infância. Ao dispensarem os cuidados maternos, por volta dos 7 anos, as crianças passavam a viver no meio dos adultos. No fim do século XVI, preconizou-se que elas deveriam ser submetidas a um processo educativo antes de interagir com os adultos. Já as concepções contemporâneas passaram a defender a presença eficaz da família e do Estado para protegê-las e oferecer-lhes escolarização e assistência (Marin, 2006).

Não se examina, entretanto, que o adolescente está em uma fase transitória, está a um só tempo se descobrindo, descobrindo o outro e o mundo (Vigotski, 2000). Essa descoberta se inicia na infância e culmina na adolescência corroborando a importância da experiência social nas ações nessa fase da vida. Assim, as imitações têm papel essencial no comportamento do adolescente, que necessita de modelos preliminares para suas ações futuras. Essas ações,

quando repetidas, acumulam-se, umas sobre as outras, sobrepondo-se como numa fotografia de exposição múltipla; os traços comuns tornam-se nítidos e as diferenças tornam-se borradas. O resultado é a cristalização de um esquema, um princípio definido de atividades. (Vigotski, 1998, p. 29)

A cristalização de esquemas, que é peculiar na socialização humana, acaba por influenciar no sentido que cada um atribui ao que vê, sente, toca, ouve e vivencia. Afinal “o mundo não é visto simplesmente em cor e forma, mas também como um mundo com sentido e significado” (Vigotski, 1998, p. 44), e essa subjetividade é a mola propulsora das ações de cada sujeito no mundo.

Para Lutti (1991, p. 19), é na adolescência que “se produz uma explosão cognitiva e os horizontes intelectuais se ampliam para os limites do universo”.² O adolescente é um ser com suas funções superiores em amadurecimento, perpassando pelo processo de mediação, no qual os signos são empregados para orientar e dominar os processos psíquicos, tornando-se assim gradativamente parte da estrutura do adolescente (Vigotski, 2000). Nesse sentido, os conceitos – que são elaborados, transferidos a outros objetos, usados para formação de juízos e reelaborados desde a infância – amadurecem. Assim sendo,

a força motivadora que determina o desencadeamento do processo aciona qualquer mecanismo de amadurecimento do comportamento e o impulsiona para frente pela via do ulterior desenvolvimento que não está radicada dentro mas fora do adolescente. (Vigotski, 2000, p. 171)

Esta pesquisa busca apreender o processo das relações vividas por um adolescente-autor,³ que, segundo o processo/prontuário, cometeu atos infracionais

² “Se produce una explosión cognoscitiva y los horizontes intelectuales se amplían hasta los limites del universo”. Todas as vezes que se fizer necessário usar uma citação de obra estrangeira, a tradução ficará a cargo da autora deste trabalho e será colocada no rodapé a citação na língua original, para que se possa permitir um cotejo entre o texto original e o traduzido.

³ Nos limites deste estudo, sempre que se fizer necessário se referir ao adolescente autor de violência sexual, será usado o termo “adolescente-autor”.

tipificados nos artigos 213 (prática de estupro, constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça) e 214 (atentado violento ao pudor, constranger alguém mediante violência ou grave ameaça a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal), ambos do Código Penal Brasileiro (CPB). Em razão desses atos, ele cumpre medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) ou de privação de liberdade no Centro de Internação do Adolescente (CIA) e no Centro de Atendimento Sócio-Educativo (CASE).

Para investigar os processos de relações estabelecidas nas socializações primária e secundária e sua implicação na construção da subjetividade desse adolescente-autor, esta dissertação atém-se à sua história de vida e às relações vivenciadas anteriores e posteriores à publicização das infrações por ele cometidas. O objetivo é o de apreender os mecanismos psicossociais e sua mediação na continuidade do uso da violência sexual como linguagem usada pelo adolescente para se expressar. Uma linguagem que representa, para Vigotski⁴ (2000), comunicação social, embutida de expressão e compreensão. Em razão disso, a maneira de ser do homem, sua produtividade e suas relações sociais estão intrinsecamente relacionadas.

Observa-se que as relações sociais dos homens entre si têm sido marcadas por uma crescente violência. Como aponta Adorno⁵ (1995), em relação às monstruosidades que o homem é capaz de cometer contra seu semelhante, a violência acontece em função da falta de consciência dessa prática. Para ele, no quesito violência,

é preciso buscar as raízes nos perseguidores e não nas vítimas [...] é preciso reconhecer os mecanismos que tornam as pessoas capazes de cometer tais atos, é preciso revelar tais mecanismos a eles próprios, procurando impedir que se tornem novamente capazes de cometer tais atos, na medida em que se desperta uma consciência geral acerca desses mecanismos. (Adorno, 1995, p. 121)

Da mesma forma, os adolescentes⁶ não desempenham unicamente o papel de vítimas, mas também o de autores de violência. Apesar da frequência

⁴ Essa grafia está sendo utilizada por ser a da referência bibliográfica usada nesta pesquisa e a mais empregada nas traduções para o português, embora se encontrem obras que tenham optado por Vygotsky ou Vigotsky.

⁵ Adorno está se referindo às monstruosidades do holocausto perpetrado pelo nazismo, sob o comando de Hitler, a partir dos anos de 1940. Ao construir diversos campos de concentração e um campo de extermínio, Hitler disseminou assim a violência entre os homens.

desses acontecimentos, ainda são escassos os estudos e pesquisas sobre o adolescente-autor⁷.

Diferentemente da realidade do adolescente-autor, as atenções voltadas às vítimas de violência também impulsionaram paulatinamente as políticas públicas que ganharam espaço a ponto de, na contemporaneidade, entidades e instituições nacionais e internacionais se articularem, para não só discutir o fenômeno da violência, mas também para definir estratégias políticas na tentativa de lutar por seus direitos há tempos negligenciados.

Com o aumento da publicização da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes, em 1993, foi instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito da Prostituição Infantil. De 1994 a 1996, foi lançado o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) em várias cidades brasileiras. Esse centro promoveu, entre outras ações, a Campanha pelo Fim da Exploração, Violência e Turismo Sexual. Em agosto de 1996, abordou questões referentes à violência envolvendo crianças e adolescentes. Também em 1996, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)⁸ assumiu o encargo em âmbito nacional, via Departamento da Criança e do Adolescente (DCA), da execução de políticas em defesa dessa população.

Uma pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) – publicada em 2002 –, realizada em dezessete estados e 74 municípios brasileiros, revelou que o Brasil é um país com 21.249.559 adolescentes, sendo 49,6% do sexo feminino e 50,4% do sexo masculino. Essa população representa 12,5% do total dos brasileiros.

As ações até então realizadas por órgãos governamentais e não-governamentais tiveram como preocupação a proteção de crianças e adolescentes da violência sexual. Entretanto, antes de 2004, não havia registro de medidas voltadas para o trabalho com o autor dessa violência. Era como se, ignorando o problema, ele estivesse sanado, ou talvez se tivesse a ilusão de que, atendendo a uma das esferas envolvidas nessa violência, ela fosse eliminada.

⁶ Considerar-se-á adolescente neste estudo a pessoa com idade entre 12 e 18 anos, conforme a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe e dá outras providências sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2001).

⁷ Ver também os trabalhos sobre esse tema apresentados em congressos pela pesquisadora.

⁸ Criado em 12 de outubro de 1991 pela Lei Federal 8.242, efetivado em 1993, previsto no ECA, tem como diretriz a política de atendimento democrática do novo paradigma da proteção integral da criança e do adolescente a nível federal, com a finalidade de “deliberar sobre a política de atenção à infância e adolescência – pautado no princípio da democracia participativa” (SINASE, 2006, p 15).

De março de 2004 a março de 2006, o Instituto Dom Fernando (IDF),⁹ promoveu o Projeto Invertendo a Rota (Proinvert), que, por meio de ações desenvolvidas por organizações governamentais e não-governamentais, criou sete programas com o intuito de implementar o Plano Goiano de Combate à Exploração Sexual. Dentre os sete programas, um se vincula ao tema desta pesquisa: trata-se do Repondo – Atendimento Psicossocial a Autores de Violência Sexual.¹⁰ Essa proposta inovadora, em âmbito nacional, teve a ação conjunta de cooperação entre a Universidade Católica de Goiás (UCG), o Juizado da Infância e Juventude (JIJ) e o Núcleo de Estudo e Coordenação de Ação para a Saúde do Adolescente (NECASA), para que o atendimento do adolescente-autor se efetivasse.

O Repondo, além dos atendimentos psicoterápicos ao autor de violência sexual, lançou as seguintes propostas de formação: de um grupo terapêutico de procura espontânea para pessoas com compulsão sexual por crianças e adolescentes; de um grupo terapêutico com foco voltado para homens com problemas de amor e sexo; e de um grupo de reflexão para discutir sobre a temática da violência e atender não só pessoas que cometeram violência sexual, mas também suas famílias.

As inquietações e reflexões proporcionadas pelo Proinvert, com o programa Repondo – pioneiro no Brasil –, foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, pois o tema ainda hoje na contemporaneidade se faz misterioso, desconhecido e negado. Não se pode negar que a violência em suas diversas facetas está cada vez mais presente na sexualidade, que paradoxalmente é inerente à vida e ao social.

Embora o fenômeno da violência tenha sido objeto dos mais variados olhares, o foco, em sua grande maioria, centra-se em um dos componentes da díade, a “vítima”.¹¹ Segundo Sousa (2001), o peso que a sexualidade carrega chega ao ponto de desnortear a sociedade, que, na tentativa de se desculpabilizar, se compadece da vítima e desenvolve aversão pelo autor da violência sexual. Essa aversão é acompanhada da tentativa de punição, exclusão e aniquilamento desse autor, dificultando ou impedindo-o de receber atendimentos adequados.

⁹ Unidade acadêmico-administrativa vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (PROEX), da Universidade Católica de Goiás (UCG). Inicialmente, o Proinvert esteve sob a responsabilidade institucional do Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (CEPAJ), vinculado à ETG (PROEX-UCG)

¹⁰ Maiores informações sobre os demais programas podem ser encontradas no apêndice A.

¹¹ Usaram-se aspas nessa palavra para evidenciar o poder que ela carrega, pois ela induz, principalmente no caso da violência sexual, a uma fossilização dos conceitos que a envolve.

No Brasil, as pesquisas e estudos referentes ao adolescente-autor ainda são poucos e incipientes. Essa constatação deve instigar a busca de caminhos e possibilidades para desvelar o tema, apreendê-lo e propor intervenções. Afinal, para se romper o ciclo da violência, ela precisa ser compreendida e apreendida em sua diversidade, pois a vítima de hoje pode ser o autor da violência de amanhã. “O perigo de que tudo aconteça de novo está em que não se admite o contato com a questão, rejeitando até mesmo quem apenas a menciona, como se, ao fazê-lo sem rodeios, este se tornasse o responsável, e não os verdadeiros culpados” (Adorno, 1995, p. 125).

Diante do exposto, este trabalho vê o adolescente como sujeito a partir da abordagem sócio-histórica, na qual o desenvolvimento psicológico humano é apreendido a partir da história e da cultura. Busca também vislumbrar a influência dessa natureza sobre o ser humano, bem como a ação do homem sobre a natureza. É dessa relação dialética de influências múltiplas que surge a possibilidade de novas condições para a existência humana. Por acreditar no caráter decisivo que todas essas dimensões desempenham no desenvolvimento dos pensamentos e ações do adolescente-autor, a análise desta pesquisa se pautará nessa teoria em que a subjetivação estrutura-se pelas necessidades e motivações de cada ser humano. Convém lembrar que tanto essas necessidades quanto as motivações são, para Vigotski (2000), frutos primordialmente sociais, culturais.

A primeira estratégia metodológica utilizada nesta pesquisa foi um levantamento bibliográfico sobre o adolescente-autor. Diante da inexistência de alguma produção sobre o tema, partiu-se para a busca desse material para além das fronteiras brasileiras, onde, além de livros, foi também encontrado um jornal específico, em que se divulgam congressos, sites e programas de atendimento ao adolescente-abusador,¹² como eles denominam.

No que tange ao procedimento metodológico, lançou-se mão também da pesquisa documental, que, segundo Gil (1999), é feita com base em documentos oficiais, bem como em reportagens, correspondências, fotos e filmes, dentre outros. No caso deste estudo, os documentos que registram os casos de adolescente-autor nas instituições responsáveis pelos adolescentes infratores foram de grande valia. Autorizada pelo JIJ, atendendo à solicitação que lhe foi encaminhada, a autora desta

¹² Juvenile Sex Offenders; National Center For Sex Offender Management (CSOM); Assoc. for the Treatment of Sexual Abusers (ATSA); Massachusetts Assoc. for Treatment of Sexual Abusers (MATSA); Texas Council on Sex Offender Treatment Texas Department of Health; Book: The Juvenile Sex Offender; ATSA's 27th Annual Conference (www.prevent-abuse-now.com).

dissertação explanou o projeto da pesquisa que já havia sido aprovado pelo Comitê de Ética da UCG. Essa autorização possibilitou o estudo dos prontuários/processos no CIA, no CASE, bem como do material transcrito do Repropondo e os da LA, que funciona atualmente (2008) na Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS).

Nessas instituições foram coletadas as informações sobre os casos que envolviam adolescentes-autores e feito o levantamento quantitativo deles, no período de 1997 a 2008. Em seguida foram selecionados dois adolescentes-autores que participaram dos atendimentos do Repropondo, um adolescente-autor que foi encaminhado para atendimento na LA, via Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) Água Viva, dois que estavam em privação de liberdade e um que havia acabado de receber a progressão para a LA. Os demais que ainda cumpriam a LA, mas não haviam passado pela privação de liberdade, não chegaram a ser contatados, em razão da morosidade do processo. Optou-se, então, por trabalhar com o material e com os adolescentes-autores disponíveis até aquele momento.

Após aceitarem o convite e assinarem o termo de consentimento livre esclarecido, os adolescentes-autores foram entrevistados. Diante da diversidade apresentada pelos seis casos, tanto no que se refere ao sexo e idade das vítimas quanto à quantidade e tipos de infrações cometidas,¹³ um deles foi escolhido para aprofundar a análise da presente pesquisa.

O material empírico aqui analisado é oriundo dos atendimentos psicoterápicos realizados com Fred¹⁴ e sua família no período de dezembro de 2004 a fevereiro de 2005 (excetuando-se os meses de julho e janeiro). De frequência semanal, com duração de aproximadamente cinquenta minutos, os atendimentos eram feitos inicialmente no CIA, sendo depois transferidos para o NECASA, em razão de complicações e entraves. Os atendimentos foram gravados em fitas k7, para, posteriormente, serem transcritos e lidos.

O processo de sistematização do material da pesquisa se deu a partir do que foi colhido dos atendimentos psicoterápicos a Fred e a sua família, bem como dos contatos feitos nas instituições de aplicação da medida socioeducativa. Nesses órgãos, com a apresentação da pesquisadora, do projeto e com a autorização do JIJ

¹³ A escolha de Fred se deve às seguintes razões: de acordo com seu processo/prontuário, ele cometeu violência sexual contra um maior número de vítimas e ficou mais tempo em atendimento psicoterápico. Diante disso, os dados obtidos possibilitaram o estudo de seus processos de socialização. Também foram transcritos os atendimentos de mais cinco adolescentes-autores (ver apêndice B).

¹⁴ Para resguardar as identidades dos adolescentes-autores, tanto este quanto os demais nomes utilizados no decorrer deste trabalho são fictícios.

para a leitura dos registros internos, possibilitou-se o levantamento psicossocial desse adolescente-autor. A cópia do registro de dados do processo/prontuário do adolescente-autor era feita dentro da unidade. Ao chegar à unidade, a princípio se solicitava à pessoa responsável o prontuário do adolescente-autor, copiava-se o necessário para a pesquisa, devolvendo-o, em seguida, para que fosse arquivado novamente. A partir dessa leitura, construíram-se categorias para permitir a análise desse material. Cabe ressaltar que, embora o material empírico tenha sido obtido por meio de sessões clínicas, nesta pesquisa a análise empreendida será feita a partir da Psicologia Social e, mais especificamente, da Psicologia Sócio-Histórica.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro apresenta uma breve reflexão sobre processos de socialização, sobre adolescência e seu percurso até os dias de hoje, bem como sobre os adolescentes-autores que têm usado tal violência para se manifestarem socialmente.

O segundo capítulo relata a história de vida de Fred antes da publicização de seus atos infracionais, nos períodos em que a família se encarrega da socialização primária. A escola, o trabalho e o círculo de amigos complementam, de forma secundária, o processo.

O terceiro – e último – capítulo discorre sobre o processo de socialização de Fred após a publicização da violência sexual cometida, quando a mediação é feita pelas instituições responsáveis pela aplicação de medidas socioeducativas.

Nas considerações finais, elencam-se tópicos da análise da história de Fred para tentar situar-se na complexidade característica dos casos de violência sexual.

CAPÍTULO 1 – PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO, ADOLESCÊNCIA E ADOLESCENTES-AUTORES

Viver é afinar o instrumento (de dentro) de dentro pra fora, de fora pra dentro... A toda hora, todo momento de dentro pra fora, de fora pra dentro.
(Leila Pinheiro)

Inicialmente, este capítulo busca, na literatura da área, o respaldo teórico para, em seguida, poder apresentar seu objeto de pesquisa. Dessa forma, faz-se necessário saber como, quando e por que ocorrem os processos de socialização, mormente aqueles que mais afetam a fase da adolescência.

Ao percorrer sua jornada pela vida, o homem carrega consigo toda a bagagem adquirida por meio de suas experiências. Essas experiências se iniciam com a socialização primária, que independe de sua escolha, pois é na família em que ele nasce que se formará a base para toda a sua maneira de se expressar no mundo.

Para Berger e Luckmann (2008), a socialização primária é um processo dialético marcado por três períodos: exteriorização, objetivação e interiorização. Quando o sujeito nasce e é inserido no mundo, inicia-se o processo dialético e simultâneo de interiorizar esse mundo que o rodeia e de exteriorizar o mundo internalizado, colocando-se nessa sociedade. Os significados já estão postos em sua família, que realiza a mediação entre a sociedade e o sujeito. São eles que lhe serão repassados, pois foram interiorizados por seus pais. Desse modo, as gerações vão transmitindo e perpetrando seus valores e significados. A socialização primária é, portanto, a base para a socialização secundária oriunda de instituições, como a religião, o trabalho, a escola e a mídia, que também influenciam o sujeito e o levam a interiorizar novos e diferentes significados. Para Berger e Luckmann (2008, p. 176),

os outros significativos que estabelecem a mediação deste mundo para ele modificam o mundo no curso da mediação. Escolhem aspectos do mundo de acordo com sua própria localização na estrutura social e também em virtude de suas idiossincrasias individuais, cujo fundamento se encontra na biografia de cada um.

Cada pessoa assimila o que o contexto lhe oferece, mas o faz com a percepção que lhe é transmitida por seus pais na socialização primária. Carregada de afetividade e emoção com as quais o sujeito se identifica e internaliza, a socialização primária se inicia com a apreensão e interpretação dos acontecimentos

que estão impregnados de sentidos. A princípio, esses sentidos¹⁵ são do outro, mas, devido às relações estabelecidas, se tornam também significativos para o sujeito que está sendo socializado. Afinal, o mundo é visto em primeira instância pelos olhos de outrem, daquele que conduz. Nesse processo, “cada um de nós não somente compreende as definições das situações partilhadas, mas somos capazes de defini-las reciprocamente. Estabelece-se entre nós um nexos de motivações que se estende para o futuro” (Berger e Luckmann, 2008, p. 175).

Na interiorização, mesmo que um sujeito não compreenda o outro plenamente, sua subjetividade vai ter sentido e influência, pois “constitui a base primeiramente da compreensão de nossos semelhantes e, em segundo lugar, da apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido” (Berger e Luckmann, 2008, p. 174).

É com a identificação que o sujeito vai formando sua personalidade, “que é uma entidade reflexa, que retrata as atitudes tomadas pela primeira vez pelos outros significados com relação ao indivíduo, que se torna o que é pela ação dos outros para ele significativos” (Berger e Luckmann, 2008, p. 177). Para esses autores, a formação do sujeito se ancora na socialização primária quando se inicia um processo de assimilação de atitudes, de papéis e do mundo dos pais. Assim, o sujeito vai aprendendo como ser no mundo e passa a usar disso para corresponder às expectativas que lhe são exigidas tanto por parte dos pais como da sociedade em geral.

Ao desempenhar os papéis esperados socialmente, ocorre o ponto máximo: o sujeito se identifica consigo mesmo, garante seu equilíbrio e continuidade, fortalece a auto-identificação de modo a corresponder às expectativas. Caso o processo siga outro curso e o sujeito não consiga se perceber, perdendo-se em meio às identificações, o desequilíbrio se estabelece. Parafraseando Berger e Luckmann (2008), quando a criança reconhece que todos são, por exemplo, contra a violência sexual, e nesse grupo há pessoas que lhe são significativas, isso passa a ser internalizado. Conseqüentemente, ela não cometerá violência sexual por ter internalizado que isso não agrada as pessoas que lhe são significativas do ponto de vista afetivo. Segundo Berger e Luckmann (2008, p. 179),

quando o outro generalizado cristalizou na consciência, estabelece-se uma relação simétrica entre a realidade objetiva e a subjetiva. Aquilo

¹⁵ O termo “sentido” aqui se refere à compreensão de Luckmann e não a de Vigotski.

que é real “fora” corresponde ao que é real “dentro”. A realidade objetiva pode ser facilmente “traduzida” em realidade subjetiva, e vice-versa. [...] Há sempre mais realidade objetiva “disponível” do que a efetivamente interiorizada em qualquer consciência individual, simplesmente porque o conteúdo da socialização é determinado pela distribuição social do conhecimento.

A criança pequena não questiona o mundo que lhe foi apresentado, aceita-o como única e exclusiva verdade, como se o único mundo existente fosse o de sua família. “Só mais tarde o indivíduo pode dar-se ao luxo de ter um mínimo de dúvidas” (Berger e Luckmann, 2008, p. 182). Os fatos começam a ser questionados e não mais aceitos como verdades absolutas, pois eles vêm desprovidos do grau máximo da afetividade e emoção da socialização anterior. Essa é a razão pela qual o adolescente começa então a ser chamado de irreverente, indisciplinado, rebelde e cheio de conflitos, porque ele passa a questionar o que lhe impõem.

Embora a socialização primária não seja total e nem tenha um fim, é possível afirmar que sua finalização se ameniza com a generalização do outro. Interiorizado pelo sujeito, ele passa assim a ter sua personalidade e seu próprio mundo. Desse modo, ele parte para a socialização secundária, pois uma sociedade não sobrevive sem ela, uma vez que “é a interiorização de ‘submundos’ institucionais ou baseados em instituições. [...] é a aquisição do conhecimento de funções específicas, funções direta ou indiretamente com raízes na divisão do trabalho” (Berger e Luckmann, 2008, p. 184-185).

Diferentemente da socialização primária, cuja interiorização acontece pela afetividade e pela emoção das relações, na secundária essa identificação pode ser mínima, reduzindo-se à identificação mútua necessária para a comunicação entre os homens. Desse modo, “a função da socialização secundária tem um alto grau de anonimato, sendo, portanto facilmente destacáveis dos executantes individuais” (Berger e Luckmann, 2008, p. 189).

De acordo com Vigotski (1998), o ser humano deve agir com reciprocidade ao ambiente e vice-versa. Para se tornar humano, ele precisa se desenvolver num ambiente que possibilite essa humanização. Precisa também da convivência com outros seres humanos para que as mediações sejam sócio-historicamente construídas. Nessa construção, não se pode negar que a violência sexual se interpõe, de uma maneira ou de outra, em algumas socializações primária e secundária. No caso do adolescente-autor, é a categoria da adolescência que têm a prática da violência sexual interiorizada e a externaliza, devolvendo-a ao social. Afinal, a realidade é objetiva e subjetiva.

Como as situações partilhadas são reciprocamente definidas, mesmo não sendo totalmente compreendidas, passa-se assim a se estabelecer, na acepção de Berger e Luckmann (2008), um nexos entre as partes envolvidas. E é exatamente esse nexos de motivação que se projeta futuramente. Desse modo, a construção social da adolescência e o comportamento dos adolescentes, inclusive do adolescente-autor na contemporaneidade, têm uma razão de ser.

Entender como a adolescência foi socialmente construída e como é vista hoje se faz necessário para que posteriormente se possa contextualizar o adolescente-autor em medida socioeducativa em Goiânia.

A violência é um fenômeno complexo, plurideterminado e multicausal, cuja causalidade, segundo Prado (2004), tem vertentes tanto intrapsíquicas como sociais. O ato de violentar, em suas múltiplas facetas, anula o direito, o desejo e a vontade alheia, reinando, portanto, a lei do mais forte.

Para Smallbone (2006), faz-se necessário discriminar crimes sexuais de desvios sexuais, pois o primeiro caso se refere a uma ação, um fenômeno legal e não-psíquico como no caso dos desvios sexuais que podem situar-se apenas na esfera das fantasias e não da ação. A especificidade da situação criminal requer uma análise para além do crime sexual, considerando os fatores sociais e do contexto interpessoal do autor, pois os fatores de risco estão ligados a vários problemas, como o comportamento delinqüente e criminoso, entre outros.

Segundo Ward (2006), os adolescentes hoje se apresentam como autores de violência sexual em todas as partes do mundo. Para demonstrar o grau de ocorrência, esse autor relata que 20% das violências sexuais cometidas nos Estados Unidos são praticadas por adolescentes. Essa é uma razão pela qual, naquele país, se desenvolvem estudos, pesquisas e implantam-se programas para tratamento dos autores de violência sexual, no intuito de prevenir futuras práticas.

O próximo tópico historia como os códigos brasileiros encararam a figura do adolescente infrator.

Adolescência e atos infracionais

No Brasil, o Código Criminal de 1830 fracionava em três períodos de idade a responsabilização penal. Menores de catorze anos, desde que não-escravos, não respondiam penalmente por seus atos, a menos que isso ocorresse com

discernimento. Nesse caso, o juiz os recolhia a presídios comuns onde conviviam com adultos autores de diferentes delitos. Infratores que tinham de catorze a dezessete anos de idade eram penalizados e cumpriam as medidas conforme o entendimento do juiz. A partir dos 21 anos de idade, os réus podiam sofrer penalizações mais drásticas, podendo-lhes ser aplicada até mesmo a pena de morte nas diversas modalidades que o plano filipino¹⁶ possibilitava.

A Lei do Ventre Livre, de 1871, e posteriormente a Lei Áurea, de 1888, foram propulsoras do aumento tanto de crianças quanto de adolescentes nas ruas, uma vez que o caráter dessas leis favorecia os antigos senhores e/ou o Estado. De certa forma, crianças e adolescentes eram explorados em seu trabalho ou abandonados à própria sorte. Esses fatos corroboram a afirmação de Oliveira (2005, p. 16) de que as questões do adolescente “localizavam-se basicamente no âmbito da responsabilidade penal”.

Segundo Rizzini (1997), com a concepção higienista e saneadora da sociedade (1903-1920), buscou-se intervir na classe pobre. Vista sob dois olhares, como problema moral e social, com suas doenças e desordens, cabia dar a ela ordem e progresso, bem como impor a moral para garantir a saúde e o equilíbrio social.

O Código Penal de 1890, da República brasileira, conforme aponta Oliveira (2005), se assemelha ao código do Império. Nele não eram considerados criminosos apenas os menores de nove anos completos e os maiores de nove e menores de catorze anos de idade que agissem sem discernimento. Em 1893, o Congresso Nacional decretou e o presidente sancionou a criação de uma colônia para correção, pelo trabalho, dos vadios, vagabundos e capoeiristas que fossem encontrados, independente de seu sexo e de sua idade (Decreto nº 145).

Com base no Código Penal, em 1927, é aprovado o Código do Menor,¹⁷ com o objetivo de delegar às autoridades competentes medidas de assistência e proteção ao menor abandonado e/ou delinqüente de ambos os sexos, com menos de dezoito anos de idade. Menor, segundo Oliveira (2005, p. 24), configurava “um símbolo de exclusão; afirmação da desigualdade estrutural que a perspectiva

¹⁶ As Ordenações Filipinas foram as legislações que regeram o Direito Penal no Brasil no período colonial, Refletiam o Direito Penal Medieval, confundindo crime com pecado e aplicando penas severas e cruéis como pena por enforcamento; por fogo, precedida de longos tormentos; açoites; marcas infamantes e trabalho forçado (Livro V).

¹⁷ Também conhecido como Código Mello Mattos, nome do autor do código e primeiro juiz do Rio de Janeiro.

positivista veio, ao longo da história, tornando algo natural”. Sua atuação, porém, se deu apenas na esfera da coerção e punição de tais sujeitos:

No discurso de proteção à infância estava embutida a proposta de defesa da sociedade – defesa contra a proliferação de vagabundos e criminosos, contra a instauração da indisciplina e da desordem, que não correspondiam ao avanço das relações capitalistas em curso. (Rizzini, 2000, p. 41)

Nessa política de tentar assistir o “menor” desvalido e infrator foi criado, em 1942, o Serviço de Assistência aos Menores (SAM). Devido às irregularidades e exageros nos castigos aos menores, que chegaram a levar alguns a óbito, o SAM foi substituído em 1964 pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FNBEM), designada posteriormente de FUNABEM, com o propósito de colocar em prática uma política contrária à do SAM. Para tal foi instaurada, um ano depois, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), que, para embrenhar-se país afora e cumprir a vigilância aos menores, criou as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs).

Assim, a institucionalização dos menores, conforme Oliveira (2005, p. 41), “seguiu seu curso, aperfeiçoando e inaugurando mecanismos que contribuíram muito para o processo de psiquiatrização e de criminalização da infância e adolescência pobre do país”.

Em 1979, o segundo Código do Menor foi instituído, sem alterações significantes no que vinha sendo trabalhado até então pelo código anterior, tanto que ficou conhecido como o Código Penal do Menor, apenas mais atualizado. Embora tenha regularizado as situações de pobreza, transformando-as em irregularidade jurídica, coube aos juízes o envio de crianças e adolescentes às instituições de recolhimento. Tal código salienta Oliveira (2005, p.32), “se propunha somente a reprimir crianças e adolescentes em situações patológicas, e apenas nessas situações o Poder Judiciário poderia ser acionado”.

Diante da ineficácia das políticas públicas até então apresentadas, do grande aumento populacional e da presença expressiva de crianças e adolescentes nas ruas, entidades não-governamentais começaram a voltar-lhes o olhar. Destacase nesse contexto o Projeto de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua, que, em 1984, articulou um seminário internacional sobre tal população, no intuito de refletir, criticar e apontar propostas em favor de tais sujeitos.

Depois do período ditatorial brasileiro, desencadeia-se um maior

envolvimento populacional na política governamental, que adquire espaço para participar das políticas públicas e ações do governo, inclusive colocando em xeque as atuações das instituições responsáveis pelos ditos menores. Disso resulta, em 1985, a criação da organização não-governamental Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR), movimento pioneiro no Brasil em prol dos direitos humanos e da cidadania. Advém daí o anteprojeto do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

A concepção de criança e adolescente como um sujeito político e da infância e adolescência como um segmento mobilizável da população foi, sem dúvida, a maior conquista do movimento em defesa dos direitos da criança e dos adolescentes no século XX. (Santos, 2004, p. 41)

Ao tratar do adolescente infrator, o Código de Menores, precedente ao ECA, o via meramente como “objeto de internação” (SINASE, 2006, p 13). Nesse sentido, o ECA, mesmo atuando apenas no plano jurídico e político, garantiu grandes alterações e aquisições. Sua votação, em 1990, foi com ressalvas: “é o atendimento ao adolescente infrator que mais resistência oferecerá à implementação de uma política de direitos humanos para os privados de liberdade, particularmente aquele desenvolvido pelas Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor” (SINASE, 2006, p. 33).

Em 1992 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança (CONANDA), para reforçar as ações brasileiras em rede e alcançar inclusive repercussão e reconhecimento internacional. Em 1993, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Prostituição Infantil foi instaurada, pois os olhares se voltaram para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, razão pela qual de 1994 a 1996 foi lançado o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), em várias cidades brasileiras. Dentre suas ações, promoveu a Campanha pelo Fim da Exploração, Violência e Turismo Sexual e a Não Dá para Engolir.

Internacionalmente destacam-se, na luta pelos direitos do adolescente a Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁸ e o Congresso de Estocolmo, realizado em agosto de 1996. Este último foi um espaço onde se abordou a violência envolvendo adolescentes, resultando em um documento denominado Carta de Brasília, em que

¹⁸ Em 1989, a ONU mobilizou a sociedade com a Convenção sobre os Direitos da Criança, ao acordar a necessidade de dedicação ao bem-estar das crianças. Essa convenção foi ratificada pelo Brasil em novembro de 1990.

se registrou e firmou publicamente o compromisso político do governo e da sociedade civil na implementação de programas e ações voltadas para esse fim.

O Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD/Brasil) vem, desde 1975, se organizando em prol da defesa contra a violência ao adolescente. Esse instituto concentra suas ações na produção de pesquisas, análises e mecanismos de avaliação sobre o sistema de justiça penal brasileiro, com o intuito de contribuir para uma bem-sucedida implementação de programas de prevenção ao crime e de respeito aos direitos humanos. Uma dessas ações aconteceu em março de 2000 em Brasília (DF), no Colóquio Internacional de Defesa de Direitos dos Adolescentes: a Contribuição da Universidade.

Ao CONANDA coube, em âmbito nacional, via Departamento da Criança e do Adolescente (DCA), a execução de políticas em defesa dessa população. Dentre suas atribuições no ano de 2000 o CONANDA lançou o programa Sistema Nacional contra o Abuso e a Exploração Sexual Infanto-Juvenil, em que se disponibilizou um número telefônico,¹⁹ para possibilitar que a população, sem ônus e com total sigilo, pudesse denunciar casos de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Em 2003, essa tarefa passou a ser operacionalizada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Em fevereiro de 2004, após a articulação de fóruns e encontros, para debates das medidas socioeducativas nas esferas estaduais e municipais, a proposta do SINASE foi sistematizada com base nos princípios dos direitos humanos.

Em 2005, a defesa dos direitos do adolescente foi à tônica da I Conferência Internacional sobre Ofensas Sexuais, realizada na cidade de São Paulo. Com exceção de um trabalho, todos os demais se referiam ao adolescente na condição de vítima de tais ofensas. Em 2006, o XIII Congresso Latino-Americano de Sexologia e Educação Sexual, realizado em Salvador (BA), contou com um trabalho²⁰ referente a atendimentos psicológicos ao adolescente autor de violência sexual, efetivado no estado de Goiás.

A despeito de todos esses programas e fóruns de debate, o adolescente ainda clama por resgate, não apenas histórico, mas por direitos à cidadania, educação, cultura, habitação, saúde, lazer, de oportunidades e de políticas que

¹⁹ O telefone 0800-99-0500 se destina ao recebimento de denúncias sobre abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes.

²⁰ Disponível em: <www.st-eventos.com.br/final/sexologia/temas.html-11k>. O resumo da apresentação se encontra em Temas Livres – 4.

abarcarem uma real possibilidade de inverter o quadro da suas vidas. Negar essa realidade é fechar os olhos para a atual situação do adolescente-autor ainda hoje exposto, abandonado, desfavorecido e violentado.

Depois de ter visto como os códigos penais configuram o adolescente infrator, cabe detalhar como ele é responsabilizado penalmente em Goiás.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de “menores” com passagem pelas instituições que acolhiam os adolescentes em conflito com a lei em Goiás, em 1970, tinha sido de 2.602. A constatação de que a maioria era do sexo masculino motivou a criação de programas de atendimento ao “menor” infrator para inseri-lo profissional e socialmente, via LA, como demonstram as propostas de ação que intentavam redefinir o programa do COOJ,²¹ propondo a mudança da repressão por alternativas de internato, semi-internato e LA.

Em Goiás a FEBEM foi instituída em julho de 1976, seguindo um curso idêntico ao que se observava nas demais capitais do país: os adolescentes eram considerados problemas, corroborando de certa forma o Código de Menores de 1927. Embora estivesse em vigência o Código de 1979. Para tal, priorizou-se o atendimento dos “menores” encaminhados pela Delegacia de Vigilância e Proteção ao Menor (DVPM) e pelo Juizado de Menores.

A trajetória das políticas públicas voltadas para o adolescente infrator, em Goiânia, inserida nesse processo histórico que veio ao longo do tempo sendo construído, no ano de 2006, passou a contar com mais uma estrutura de instituições operacionais da Secretaria de Cidadania e Trabalho, vinculadas à Superintendência da Criança e do Adolescente, contando então com três distintas instituições para receber o adolescente infrator. Elas funcionam em período integral, para o acolhimento a esse adolescente. Sendo elas:

1 - O Centro de Internação Provisória (CIP),²² que tem a função de atender, acompanhar e avaliar o adolescente infrator que está aguardando uma decisão judicial para posterior aplicação – ou não – de medida socioeducativa. O período máximo de permanência no CIP é de 45 dias, quando é encaminhado, no caso de

²¹ O Centro de Observação e Orientação Juvenil (COOJ), criado em 1966, implantou programas de atendimento aos menores infratores com idade entre 14 e 18 anos de idade incompletos. No ano de 1973, passou a nortear-se na linha da psiquiatria/psicopatologia/sociopatia, dominante no Código de Menores, quando recebeu sete menores infratores que estavam na Casa de Detenção da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás.

²² Situado na Avenida Milão, área especial s/nº, Jardim Europa, em Goiânia, no espaço físico do 7º Batalhão da Polícia Militar. O CIA tem capacidade para 54 adolescentes.

liberação, aos pais e/ou responsável legal, a um abrigo, se a medida for de proteção, ou a uma das instituições responsáveis pela aplicação da medida socioeducativa.

2 - Centro de Internação para Adolescentes (CIA),²³ com capacidade para receber oitenta adolescentes.

3 - Centro de Atendimento Sócio-Educativo (CASE),²⁴ criado em março de 2006.

Tanto no CIA como no CASE permanece o adolescente que já teve sua medida socioeducativa de internação decretada. Essa medida pode se estender por três anos, ou até que o infrator complete a maioridade. A cada seis meses, essas instituições que seguem as normas do SINASE e do JIJ fazem um estudo de caso de cada adolescente para possíveis encaminhamentos. Desse estudo participa uma equipe técnica da instituição formada por assistente social, pedagogo, psicólogo, advogado, professor de educação física, arte-educador e educadores sociais.

O que diferencia essas três unidades de atendimento é que o CIP é responsável pelo adolescente infrator que esteja aguardando decisão do JIJ, enquanto o CIA e o CASE abrigam os adolescentes cuja medida socioeducativa de privação de liberdade já foi determinada.

No CIA, os alojamentos são coletivos, razão pela qual os adolescentes infratores cuja integridade física esteja sendo ameaçada pelos demais internos são encaminhados para o CASE, que dispõe de alojamentos individuais. Intenta-se com isso, reduzir o risco de vida de adolescentes, especialmente o de autores de violência sexual, que não são aceitos pelos demais e se tornam alvo de perseguição, de chacota, de violência física, emocional e psicológica, de humilhação e de justiça feita com as próprias mãos.

Na proposta pedagógica das referidas unidades, há um compromisso com o atendimento ao adolescente infrator, visando à possibilidade de sua inserção familiar, comunitária e o seu desenvolvimento psicossocial. Para tal foi estabelecida uma parceria entre a Polícia Militar, o JIJ e o Ministério Público, no intuito de tornar esses centros em locais de apoio, mudanças e crescimento do socioeducando. A intenção desses centros é de oferecer uma melhor qualidade de vida e novas possibilidades de esses adolescentes percorrerem caminhos que culminem na realização de seus projetos de vida.

De acordo com as normas da Superintendência da Criança e do

²³ Situado na Avenida Americano do Brasil, área especial s/nº, no Setor Marista, em Goiânia, na área física do 1º BPM (Batalhão Anhangüera).

²⁴ Situado no bairro Vera Cruz II, na cidade de Goiânia.

Adolescente, que regem as unidades de atendimento socioeducativo, é de praxe que os técnicos que ali trabalham entrem em contato com a família do adolescente para repassar as informações e procedimentos sobre visitas (enquanto ele estiver na unidade), sobre a possibilidade do contato telefônico (permitido uma vez por semana), sobre as normas, deveres e direitos do adolescente e de sua família, bem como sobre o agendamento para a elaboração do Plano de Intervenção para o Adolescente (PIA), que é realizado em conjunto pela equipe técnica, pela família e pelo adolescente.

Cabe ressaltar que, dentro das medidas socioeducativas, as que são aplicadas em meio aberto são prioritárias, como a LA e a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). A prioridade dessas medidas se deve ao crédito a elas atribuído, ao fato de a prática dessa vivência privilegiar uma melhor relação familiar, escolar e social, bem como uma maior capacidade integrativa, possibilitando assim uma melhor efetivação na construção de projetos de vida pelo adolescente infrator, com esforços e co-responsabilidades das diferentes esferas político-sociais para resgate desse adolescente.

A seguir, a realidade do adolescente-autor em Goiânia é apresentada nos quadros que não só historiam a violência sexual cometida por ele, mas também expõem os registros estatísticos do JIJ de Goiânia, relativos às unidades responsáveis pelo acolhimento do adolescente infrator.

Adolescente-autor e as medidas socioeducativas

A situação do adolescente-autor nas medidas socioeducativas em Goiânia revelou que o registro do controle de entrada e saída desses casos não tem rigor e clareza que facilite e incentive a pesquisa nos processos/prontuários.

Os quadros a seguir compreendem os registros do adolescente-autor no período de 1997 a 2008, feitos de acordo com a especificidade de cada caso, para inseri-lo onde ele possa melhor definir sua última realidade no rol das medidas socioeducativas no ano de 2008.

Dos 42 registros de casos de violência sexual praticados por adolescentes em Goiás entre os anos de 1997 a 2008, dezoito ainda estavam, até o ano de 2008, cumprindo alguma medida socioeducativa; cinco foram incluídos no apêndice deste trabalho, pois aceitaram participar da presente pesquisa. Portanto, os quadros a

seguir referem-se aos 42 casos identificados no levantamento documental realizado.

Quadro 1. Adolescente-autor cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade no CASE, em 2008

Nº	Adolescente-autor	DN	Série	Início da medida	Local	Ato Infracional	Saída ou encaminh.	Reincidência
01	Nelson	04/1990	2ª	08/2007	CASE	213	#	#

No início de 2008, Nelson era o único adolescente-autor cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade/internação no CASE. Ele praticou violência sexual contra uma adolescente da mesma idade que ele, dezessete anos. Esse caso está entre os cinco que foram incluídos no apêndice.

Quadro 2. Adolescente-autor cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade no CIA, em 2008

Nº	Adolescente-autor	DN	Série	Início da medida	Local	Ato Infracional	Saída ou encaminh.	Reincidência
01	Renato	06/1993	#	11/2006	CIA	214; 224	LA	157

Renato é reincidente. Cumpre medida socioeducativa de internação no CIA por ter cometido roubos. A infração 214 e 224,²⁵ praticada contra sua irmã de quatro anos de idade, se refere à sua apreensão anterior, da qual chegou a ter progressão para a LA. Ele é um adolescente-autor cujo caso está incluído entre os cinco que constam do apêndice.

²⁵ Art. 224, do Código Penal Brasileiro - Frente ao princípio constitucional da presunção de inocência e a capacidade de autodeterminação sexual do menor.

Quadro 3. Adolescente-autor cumprindo medida socioeducativa em LA, em 2008

Nº	Adolescente-autor	DN	Série	Início da medida	Local	Ato Infracional	Saída ou encaminh.	Reincidência
01	Justo	03/1991	9 ^o a	06/2007	LA	214	#	#
02	Silvio	06/1990	6 ^a	06/2007	LA	213	#	#
03	Erli	01/1991	#	05/2007	LA	214	LA 12/06	#
04	José	01/1991	1 ^o /2 ^o	09/2006	LA	214	#	#
05	Roris	04/1989	7 ^a	09/2006	LA	214	#	#
06	Rodrigo	10/1990	1 ^o /2 ^o	09/2006	LA	214	#	#
07	Cláudio	07/1989	1 ^o /2 ^o	08/2006	LA	213	#	#
08	Divino	04/1992	8 ^a	08/2006	LA	214	#	#
09	Tadeu	10/1991	8 ^a	08/2006	LA	214	#	#
10	Franco	01/1989	5 ^a	08/2006	LA	214	#	#
11	Santiago	09/1988	7 ^a	05/2006	LA	213;157;14	#	#
12	Zulu	11/1989	#	04/2006	LA	157 c/c 213	#	#
13	Célio	10/1988	1 ^o /2 ^o	02/2006	LA	213	#	#
14	Sandro	02/1988	8 ^a	02/2006	LA	213	#	#
15	Bernardo	09/1992	6 ^a	07/2005	LA	214	#	#
16	Antônio	05/1988	8 ^a	03/2005	LA	Tentativa 213	#	#

Este quadro expõe a realidade de Goiânia em relação aos adolescentes-autores que, neste ano (2008), se encontram cumprindo medida socioeducativa de LA. Os dados veiculados revelam duas realidades: enquanto alguns dos adolescentes-autores não passaram pela privação de liberdade, para posterior recebimento da progressão para a LA, que foi a primeira medida socioeducativa decretada pelo JIJ, outros tiveram sua privação de liberdade decretada para, em outro momento, cumprir a LA. Erli, que cometeu atentado violento ao pudor contra um menino de oito anos, e Tadeu, que fez o mesmo com outros dois meninos (um de sete e o outro de oito anos de idade), aceitaram participar da pesquisa e seus casos estão incluídos no apêndice desta dissertação.

Quadro 4. Adolescente-autor com medida socioeducativa extinta, em 2008

Nº	Adolescente-autor	DN	Série	Início da medida	Local	Ato Infracional	Saída ou encaminham	Reincidência
01	Dário	09/1994	6 ^a	04/2007	LA	214	Ext. 12/07	#
02	Jairo	01/1991	7 ^a	04/2005	LA	214	Ext. 10/06	#
03	Lucas	02/1990	#	06/2005		213	LA 09/05	#
04	Antonio	05/1988	8 ^a	03/2005	LA	Tentat. 213	#	#
05	Juca	06/1987	#	02/2005	LA	Tentat. 213	#	#
06	Breno	10/1988	6 ^a	12/2004	LA	214	Ext. 09/07	#
07	Damião	07/1988	4 ^a	10/2004	CIA	213, 214; 10	LA 08/05	#
08	Angelo	08/1986	3 ^a	04/2004	CIA	157, 213, 214	LA 06/05	#
09	Arnaldo	05/1990	6 ^a	04/2004	LA	214	Ext. 09/06	#
10	Rui	10/1990	7 ^a	12/2004	LA	214; 224	Ext. 09/06	#
11	Candido	04/2004	2 ^a	04/2004	CIA	214; roubo	LA 10/04	#
12	André	11/1991	6 ^a	12/2004	LA	214	#	#
13	Romero	04/1989	3 ^a	06/2004	LA	214	#	#
14	Mauro	10/1986	5 ^a	06/2004	LA	214	#	#
15	João	09/1990	5 ^a	08/2004	LA	214	#	#
16	Aerton	08/1988	4 ^a	02/2003	CIA	213; 214; 157	LA 05/05	12/03
17	Marcus	11/1985	2 ^a	12/2002	CIA	214	#	#
18	Mario	02/1985	5 ^a	02/2001	CIA	Tent. 213, rb	#	#
19	Felipe	01/1981	2 ^a	02/1999	CIA	213	02/00	#
20	Uarley	03/1982	1 ^o /2 ^o	09/1999	CIA	213	Liber. 10/99	#
21	Livio	06/1983	#	11/1998	CIA	213	LA 03/99	#
22	Roberto	03/1980	#	01/1998	CIA	213	LA 06/99	#
23	Pedro	12/1979	#	11/1997	CIA	213	LA 02/99	#

Este quadro se refere ao adolescente-autor cuja passagem pelo JIJ foi registrada, bem como por um dos centros responsáveis pelo acolhimento e cumprimento da aplicação das medidas socioeducativas em Goiânia. Entre os incluídos neste quadro, destaca-se Breno, que cometeu violência sexual contra um menino de oito anos de idade. Ele participou dos atendimentos psicoterápicos oferecidos pelo Programa Repropondo, e seu caso está entre os cinco que foram incluídos no apêndice deste trabalho.

Quadro 5. Adolescente-autor que não concluiu a medida socioeducativa, em 2008

Nº	Adolescente-autor	DN	Série	Início da medida	Local	Ato Infracional	Saída ou encaminham.	Reincidência
01	Fred	08/1989	#	03/2004	CASE	157, 213, 214, 10 Lei 9.437	L.A 04/04 L.A 06/05 Evasão 03/06	12/04 08/05

Este quadro mostra o registro do adolescente-autor que não concluiu a medida socioeducativa. Ele foi transferido do CIA para o CASE e, depois de três dias, evadiu-se. Seu caso foi escolhido para a análise dessa pesquisa porque os registros das instituições já mencionadas não apresentam nenhum outro caso de adolescente de catorze anos, com tal quantidade de vítimas.

Esses quadros retratam a diversidade e complexidade que envolve o fenômeno da violência sexual. Dos seis casos selecionados inicialmente para a pesquisa resultaram treze vítimas: nove do sexo feminino (seis mulheres, duas adolescentes e uma criança de apenas quatro anos de idade); as outras quatro vítimas eram do sexo masculino (meninos entre seis e oito anos de idade).

Nos quatro casos registrados de violência contra meninos, em apenas um deles a vítima era desconhecida do adolescente-autor; nos demais existia um vínculo entre a díade. Já nos casos da violência praticada contra o sexo feminino, sete das nove vítimas eram totalmente desconhecidas de seu agressor, que fez uso de arma de fogo para coagi-las; nos outros dois casos, as vítimas tinham relação afetiva com o adolescente-autor.

Levando-se em conta os seis casos participantes da pesquisa, a questão do sexo para a escolha da vítima foi equivalente a 50%, tanto para o masculino quanto para o feminino. No caso das vítimas do sexo masculino, prevaleceu uma faixa etária, enquanto as idades das vítimas do sexo feminino foram bem diversificadas, perpassando pela infância, pela adolescência e pelo universo adulto.

Para retratar a história de um adolescente-autor, esta pesquisa selecionou Fred, que será o sujeito do próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – FRED, O ADOLESCENTE-AUTOR

Eu pensei correr de mim, mas aonde eu ia eu tava. Quanto mais eu corria mais pra perto eu chegava. Escondendo, eu me achava e me achava escondido. Só sei que, quando penso que sei, já não sei quem sou, já enjoiei de me achar no lugar que aonde eu vou eu to. [...] O espelho me disse, só tem um jeito pro assunto: não adianta querer morrer porque, se morrer, vai junto. Se correr, o bicho pega, mas, se limpar, o bicho some. Tem que desembaraçar o novelo da vida do homem. (Juraildes da Cruz)

Este capítulo apresenta a história de vida de Fred, o adolescente-autor que foi selecionado para esta pesquisa por ter passado onze meses no atendimento psicoterápico proporcionado pelo Projeto Invertendo a Rota, no subprograma Repropondo. Sua fala expressa não só como a sociedade tem se portado em relação a ele, mas também, em vários momentos, ele se revela. Além das sessões psicoterápicas, seu prontuário/processo foi outra fonte da pesquisa que explicitou sua trajetória de vida, preenchendo as eventuais lacunas dos atendimentos realizados.

A trajetória de vida de Fred será dividida em categorias, que no decorrer da pesquisa foram se apresentando. Elas se referem a momentos anteriores e posteriores à publicização da violência sexual cometida,²⁶ tais como: a história de vida; a família como socialização primária; a socialização secundária na escola, no trabalho, na religião, nos relacionamentos com amigos e namoradas e nas medidas socioeducativas.

A história de vida de Fred

Fred, um adolescente natural de Goiânia, nascido em 1989, possui, desde os 14 anos, em sua história de vida um processo/prontuário, em razão de ter sido apreendido por roubo e porte ilegal de arma. Privado de liberdade por um curto tempo, recebeu progressão para a LA, durante a qual voltou a cometer violências sexuais. Embora tenham ficado por um tempo conhecidos apenas no âmbito da diáde autor-vítima, os atos de Fred são um ponto marcante em sua história de vida. Esta é a razão pela qual se optou neste estudo por iniciar a apresentação de sua

²⁶ Consta no processo contra Fred o total de sete acusações de infração de violência sexual (artigos 213 e 214 do CPB), todas elas cometidas contra mulheres. Depois de cometer seis dessas infrações, ele foi detido e privado de liberdade. Após seis meses, recebeu progressão para LA. Com dois meses de liberdade, foi novamente detido sob a alegação de ter cometido a sétima infração de violência sexual que, segundo o processo, aconteceu antes de completar 15 anos de idade.

história de vida com um pequeno relato sobre a violência sexual cometida por ele, que na verdade foi um divisor de águas em seu processo de socialização.

Em março de 2004, Fred foi detido pela primeira vez por ter cometido o ato infracional tipificado no art. 157, § 1º, inciso I (ameaça exercida com o emprego de arma) do CPB, bem como do art. 103 do ECA. Segundo os registros da audiência de representação, o JIJ considera que

a conduta do adolescente [Fred] denota o desprezo pelo próximo e pelo patrimônio alheio, pois há do planejamento prévio, para a subtração da coisa. O ato infracional demonstra ser parte de uma carreira criminosa que deve cessar, para o bem do adolescente e da própria sociedade.

Na época, foi-lhe aplicada à medida socioeducativa de internação. No mês seguinte, ele recebeu a progressão para a LA, por seis meses. Nesse período, ele e sua família descumpriram o acordo e as condições que haviam sido aceitas e assinadas por eles para essa progressão, como aponta o registro em seu processo/prontuário:

Em contato com a genitora, a mesma informou que o adolescente-autor havia saído de casa há vários dias e, após insistente procura, ela o encontrou na casa do irmão dele que mora em outro bairro. Este justificou que havia saído de casa, porque deu quatro tiros em outro adolescente, após discussão devido a uma calça que ele teria tomado emprestado da vítima.

Em dezembro de 2004 Fred foi novamente privado de sua liberdade por ter infringido o CPB, sendo acusado e processado por ter estuprado seis mulheres. Em audiência, as vítimas prestaram depoimento e fizeram sem titubear o reconhecimento de que ele era o sujeito que tinha ameaçado tirar-lhes a vida com uma arma de fogo, caso não praticassem com ele ato libidinoso de conjunção carnal. O termo de audiência fez, na ocasião, o seguinte registro:

As vítimas, extremamente sensibilizadas, prestaram um depoimento claro e carregado de emoção. O adolescente foi reconhecido por elas que, em momento algum, titubearam em apontá-lo como o autor do pavoroso e indecente ato infracional. A arma de fogo utilizada para a intimidação das vitimas era o meio que o adolescente tinha para a prática do estupro. Os roubos eram conseqüência e lucro fácil.

A partir dos registros no processo/prontuário, é possível apreender a estratégia de abordagem de Fred, sempre em local ermo. Ele fazia contato com a

vítima a certa distância, o que lhe permitia aproximar-se dela para pedir uma informação qualquer. Em seguida, ele a fazia sentir a arma, ao colocar o revólver na cintura da vítima, abraçava-a e dizia que, caso quisesse continuar vivendo, ela deveria seguir com ele sem nenhum alarde. Assim, abraçados, ele a conduzia a um local abandonado, onde praticava a violência sexual, que, segundo os registros em seu processo/prontuário, seguia sempre uma mesma seqüência e ritual.

Quanto às infrações de violência sexual, Fred foi apreendido em flagrante pela prática de ato infracional tipificado como estupro, atentado violento ao pudor e porte ilegal de arma, porém em nenhum momento ele assume a prática da violência sexual. Ele se declara culpado única e exclusivamente por roubo e porte ilegal de arma de fogo, infrações que o levaram à privação de liberdade: “Roubei! [...] depois que eu roubei, não fiz mais nada não, moço, já tinha parado tinha uns três meses já. [...] eu roubei só uma vez, aí eu fui preso. Peguei, saí e não mexi mais”.²⁷

O fato de Fred e os demais acusados de violência sexual – sejam adolescentes ou adultos – não terem passado por exames médicos, para recolhimento de amostra de material que comprovasse suas participações nas violências sexuais, é usado por ele como forma de questionar a falta de provas para a privação de liberdade por essa acusação. Quanto ao porte ilegal de arma, ele não contesta.

Ao se queixar desse procedimento, Fred aponta um segundo detento, que ele afirma estar na Casa de Prisão Provisória (CPP), como possível autor das violências sexuais pelas quais ele está sendo acusado. Refere-se a si mesmo como um “outro”, argumentando que não foi feito nenhum exame no detento da CPP e nem no “outro”, que no caso é ele mesmo. Segundo ele, se algum exame tivesse sido feito no indivíduo da CPP e no “outro” – ou seja, nele –, para fazer as devidas comparações, ficaria provada a sua inocência:

Quero é que esse povo daqui me ajude mandando fazer exame. Fazer exame de tudo, pegar o outro e fazer comparação com o que está lá na CPP. Eu não sei quem é que está lá, meu pai falou que ele parece demais comigo. Meu pai nem sabe o nome dele, só viu a reportagem dele na televisão e tem uma fita dessa reportagem.

Em junho de 2005, foi realizado o estudo de caso de Fred. Trata-se de um procedimento comum na instituição, em que os profissionais que trabalharam com o

²⁷ No intuito de resguardar a identidade do adolescente-autor, sempre que forem usados trechos de sua fala (retirados das sessões clínicas) e/ou de alguma parte do seu processo/prontuário, omitir-se-ão dados, como número do processo, página e ano.

adolescente se reúnem para descrever e analisar as condições e seu comportamento no período de privação de liberdade. O objetivo desse procedimento é manter a internação, aplicar a progressão para a LA ou extinguir a medida socioeducativa.

Fred recebeu a progressão, mas, dois meses depois do benefício concedido, reincidiu, cometendo outra violência sexual pela qual foi detido e privado novamente de sua liberdade. Em agosto de 2005 foram imputadas a Fred novas práticas de atos infracionais.²⁸

A sétima vítima da violência sexual de Fred também confirmou em audiência ter passado pelo mesmo ritual praticado com as seis vítimas anteriores, que o haviam reconhecido como autor das infrações cometidas. Durante o período em que Fred esteve em privação de liberdade, não foi registrado nenhum outro caso de violência sexual com os mesmos rituais. Mesmo assim ele continuou negando a autoria dos fatos, embora seu ato falho o tenha denunciado, como demonstra sua fala: “Eles falaram que tinha acontecido esse ato lá com essa menina mais ou menos umas oito, nove horas. Não sei que horas que era não, não tinha nada pra olhar as horas lá. Era mais ou menos isso mesmo”.

Na sua oitava,²⁹ a promotoria questionou as atitudes de Fred que acabou por assumir seus atos: “A promotora perguntou se eu estava falando que o que estava escrito no processo era mentira e eu falei que não era mentira, era verdade”. No atendimento psicoterápico, ele, porém, voltou atrás na confirmação feita à promotoria em audiência. Argumentou não saber do conteúdo, da escrita de seu processo e novamente se contradisse ao tentar explicar:

Eu falei isso, mas eu nem sei o que é que está escrito. Do estupro não, polícia velha que falou isso de novo, não estou preocupado com isso não... Agora eu quero ver quem é que vai confiar em mim, ninguém confia, até meu pai parece que não está confiando.

Os roubos e o porte ilegal de arma são assumidos por Fred desde o começo de sua privação de liberdade: “Fui burro demais, né?! Preferi a beleza e fui escolher o bom, queria ser bom na louca roubando e querendo ter dinheiro e vadiagem”. Quanto à violência sexual, ele afirma ser invenção dos policiais para

²⁸ Devidamente qualificado nos autos, foi representado por prática de atos infracionais tipificados no Art. 14 caput da Lei 14.826/03; Art. 157, § 2º, I caput c/c Art. 69 caput e Art. 213 caput do CPB; Art. 157, § 2º, I. Art. 213 caput e Art. 214 caput, c/c Art. 69 caput do CPB; Art. 157, § 2º, I. e Art. 214 caput, c/c Art. 69 caput do CPB; Art. 157, § 2º, I. Art. 213 caput, c/c Art. 69 caput do CPB; Art. 213 caput e Art. 214 caput, c/c Art. 69 caput do CPB.

²⁹ Declaração prestada pela testemunha no inquérito ou processo judicial.

justificar as surras e os hematomas que lhe causaram depois que o prenderam: “O povo está invocado com linchamento, já falei que não teve isso. Esse povo está com esse trem na cabeça até hoje... [silêncio]. O policial ficou me batendo, tanta coisa, não lembro nem a metade!”. Ele relata nas falas a seguir como não percebe as conseqüências dos seus atos, mas os imputa a outros:

Os meninos do setor iam lá em casa direto, agora não estão indo mais os amigos. Eu quero é que não vai mesmo. Antes de eu sair, quando eu vim preso, eles foram lá quatro vezes. Foi lá conversar com meu pai, deu quarenta reais pra minha mãe, pra ajudar. Meu pai estava devendo, estava apertado, comprou trem lá pra casa. Agora eles pararam de ir... [silêncio].

Esse povo aí, quando eu fui pedir pra ir lá em casa foi a primeira coisa que falaram: “Você é doido, quer ir lá na sua casa pra ser linchado?!”. O pessoal lá está diferente, eles estão diferente mesmo uai, segunda vez que esse povo joga esse trem em mim! Mas não teve nada de linchamento, isso é invenção da polícia.

Mesmo diante da mudança de comportamento dos amigos, Fred continua alegando que isso se deve a calúnias que lhe foram atribuídas, principalmente para encobrir a violência que os policiais praticaram contra ele. Afirma ter sido agredido inúmeras vezes, o que não se questiona, pois há laudos médicos que comprovam sua declaração. Entretanto, ele parece usar isso para se eximir de seus atos de violência sexual.

Para sustentar o objetivo aqui proposto, este trabalho dá voz a Fred para poder analisar seu processo de socialização.

O processo de socialização antes da publicização da violência sexual cometida

Socialização primária: família – base de apoio e disciplinamento físico

Segundo a história familiar que consta no processo/prontuário e foi se revelando nos atendimentos psicoterápicos, Fred é o segundo dos quatro filhos de um casal que vive em matrimônio há 22 anos. O Juca, o filho mais velho, é seu irmão por parte de mãe, fruto de uma relação anterior ao casamento. Fred tem então os irmãos Juca e o João, que são mais velhos, e o Junior, que é o mais novo. Juca é casado e vive em outro bairro. Ele tem passagem pela CPP, por furto. João também é casado, tem uma filha de menos de um ano de vida e reside na casa dos pais de

Fred.

A religião praticada pela família de Fred é a evangélica. Sua mãe frequenta a Igreja do Véu, onde Fred assistiu a alguns cultos.

A família de Fred vive em um bairro de periferia de Goiânia. Conforme o prontuário/processo, “eles residem em uma casa simples, mas com conforto suficiente, com móveis simples, em bom estado de conservação e higienização”. O sustento da família é provido pela renda dos genitores de Fred. Seu pai é pedreiro e sondador, e sua mãe cuida de um idoso.

Nas suas falas, Fred demonstrou a ambigüidade dos conflitos vivenciados com seus pais e seus sentimentos referentes à sua família. Ele relatou no CIP que teve várias passagens pelo SOS Criança Desaparecida³⁰ e pelo Conselho Tutelar,³¹ instituições que seus pais procuraram por causa de seus sumiços de casa. Segundo Fred, com essas fugas, ele queria punir seus pais por suas atitudes e pela maneira como o educavam:

Meu pai é enjoado e queria me deixar trancado em casa, dentro do meu quarto. Por isso, tirei o vidro da janela do quarto, pulei, ganhei a rua e resolvi não aparecer e não dar notícia pra eles aprenderem a não me trancar mais. Fui morar com um colega lá do bairro mesmo.

Os conflitos e a ambigüidade da relação familiar vivenciados por Fred se evidenciaram quando ele fala em privação de liberdade, opressão, normas e autoridade *versus* acolhimento, suprimento, carinho, exemplos e sentimentos de proteção dispensados por essa família, que, segundo ele, tenta prendê-lo. O peso da negação da autonomia e dos desejos se mescla com a convicção de que a casa – ou melhor, o lar – é o local de ser disciplinado, corrigido e também de perceber, comparar e analisar os pais:

Meus pais sabem como que eu sou doido da cabeça, eu quando invoco com uma coisa [...] pode largar de mão porque só paro quando

³⁰ Este programa foi iniciado em 1997, com o objetivo de identificar, cadastrar e localizar crianças e adolescentes desaparecidos, através de pesquisa e divulgação de fotos, para reintegrá-los a suas famílias.

³¹ Art. 131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei n. 8.069, de 13/7/1990. Ele é um espaço de proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente, em âmbito municipal. É também instrumento e ferramenta da comunidade com finalidade de fiscalizar e providenciar medidas para impedir a ocorrência de situações de risco pessoal e social de crianças e adolescentes.

consigo. Só minha mãe sabe como é que eu sou, ela é mala também, mala só que no bom sentido né? Esperta demais, ela sabe como é que eu sou doído.

Ninguém me segura, mas a minha mãe como é que não segura, ela desse a taca em mim e eu não bato nela... Faz muito tempo que ela não me bate. Bater não resolve nada não. Se tivesse apanhado mais... Sei lá, moço, às vezes tinha era ficado muito pior do que está, tinha era piorado.

Em suas falas, Fred revela que sua família, com quem mantém uma relação conflituosa e instável, é mesmo assim o seu porto seguro, seu ponto de referência: “Eu vou atentar agora pra eu ir pra Sergipe, se a mãe não deixar eu não vou... Quando eu quero uma coisa, moço, só Deus mesmo pra segurar, nem caindo pro lado acabou, aí eu atento, atento, atento [risos], aí eu consigo”.

As vivências familiares expostas pela fala do Fred mostram a todo momento que ora ele pretende punir sua família pelas atitudes que tomam em relação à sua educação, ora ele recorre a ela como fonte de apoio. Mesmo que nesse último caso, seu desejo de liberdade, de autonomia e de privacidade fique, em seu entendimento, comprometido:

Eu resolvi vir embora lá do interior por causa das bagunças do meu tio, ele é enjoado demais... Nem meu pai me controla. [...] Eu fiz foi um quarto lá onde eu morava do lado de fora. Eu não queria vir pra Goiânia, aí conversei com ele, ele deixou eu ficar no quartinho. Peguei minha cama, um colchão e fui dormir lá fora; a chave da porta só eu que tinha [risos].

As falas de Fred são constantemente entremeadas por risos, principalmente quando ele quer mostrar como enfrenta as questões de normas e limites que lhe são impostos. Nesse sentido, seu riso pode estar caracterizando o prazer e quem sabe a necessidade de estar violando, confrontando, instigando, desrespeitando, brincando e jogando com tais normas e limites, sejam elas no micro ou no macrossistema. As experiências no microssistema – no caso, a família – teriam-no instigado a expandir e testar sua habilidade de jogar e burlar com aquilo que lhe é imposto, testando assim o macrossistema? Nesse caso, quem o deterá e essa tentativa será eficaz?

A princípio, Fred apresentou em sua fala a família que ele queria que fosse vista pelos que estão de fora dela. Sempre que se referia a ela, independente do profissional, ele a qualificava como unida, pacífica, feliz e perfeita: “Lá em casa é normal, não tem briga não. O pai nunca bateu na mãe e na gente não; ele é bom,

não falta nada não”. Mas ele acabava em contradição traindo-se, ou simplesmente revelando a família que tem: ”Passava fome, fome mesmo! Não tinha comida em casa não, moço! Às vezes, o pai trabalhava, mas ficava desempregado direto também”.

Fred corrobora assim uma das idéias apresentadas e criticadas por Reis (2001, p. 99) em relação à instituição “família”, a de ser “a base da sociedade e garantia de uma vida social equilibrada, célula sagrada que deve ser mantida intocável a qualquer custo”. No decorrer da fala de Fred, nos onze meses de atendimento psicoterápico e nos registros de seu processo/prontuário, esse custo foi se desvelando e dando lugar a outra família, que, no caso, não é uma instituição equilibrada e venerada socialmente, uma vez que seu produto (o filho adolescente-autor) não é aceito e envergonha a sociedade.

Como tantos outros, ele está inserido em uma família diferente da que está em suas fantasias e/ou idealizações: “Hum! Não tem esse sábado e domingo que ele [o pai] não chega bêbado... ele chega trocando as pernas. Bebe e não é pouco não”. E os apontamentos registram outros aspectos nas demais esferas de sua vida:

Eu apanhava porque eu batia nos meninos dos outros, saía e roubava manga [risos] Apanhava na rua, [do pai] ficava com vergonha [risos]. O que você queria? Era moleque, uai!. Saía gritando no meio da rua e ele [o pai], correndo atrás e batendo [risos]. Maluco! Ele era bravo mesmo.

Fred foi apresentando aos poucos a realidade de uma família com problemas socioeconômicos, com dificuldades e necessidades de todas as ordens. As tentativas de sanar tais demandas são demonstradas em sua fala:

Hum, quantas vezes já passei fome! Uma vez, eu lembro, eu novinho, tinha mais ou menos uns oito anos, eu lá em casa chorando dentro do quarto. [...] Meu pai chegou com umas bananas verdes e nós comemos banana verde [risos]. É eu lembro até hoje... comia alegrinho, comia bom! [risos].

Mais que revelar essa família, Fred explicita o sentido que atribui à sua convivência com ela e às aprendizagens mediadas nela. Para Vigotski (2000), o sujeito, ao relacionar-se, vai externalizando o que foi internalizado do mundo que o cerca. Essa internalização é que dá origem ao seu comportamento que representa a sua argúcia de mundo, como se depreende das falas a seguir:

Desde novinho, novinho, eu lembro que o pai bebe, eu lembro do pai bebendo [risos]... O pai estava tomando, bebendo demais e ficava só brigando comigo, enchendo o saco o tempo todo. ... Meu pai estava tomando cachaça. ...É, ele estava me enchendo o saco demais....

Meu pai pode falar o que quiser pra minha mãe [risos], que ela fica lá só ouvindo, não faz mais nada. Uma é a calma em pessoa e o outro é nervosão demais; não acontece nada lá em casa por causa disso. Meus irmãos também são tudo calmo, só meu pai que é bravão demais.

A relação dialética homem-sociedade evidencia o processo histórico da construção da subjetividade. Como o ser humano é completamente dependente ao nascer, sua socialização primária se dá no seio da família, “através da percepção que seus pais possuem do mundo e do próprio caráter institucional da família” (Lane, 2001, p. 84). Em razão disso, o processo desenvolvido por Fred de prática de violência sexual não pode ser estudado separadamente do seu processo de socialização primária. Como se trata do primeiro grupo a que ele pertenceu, é a “condição para que o homem supere a sua natureza biológica e [...] a sua natureza individualista, se tornando um agente consciente na produção da história social” (Lane, 2001, p. 90).

Na fala de Fred, liberdade e rua se mesclam a imposições e correções familiares. “É a dominação e o seu exercício que sustentam a representação ideológica do individualismo” (Lane, 2001, p. 86), pois a autonomia e liberdade de um ser se dão na negação de outro ser. Para ser livre e autônomo, Fred precisava negar seus pais. Para ele, além de atrativas, a rua e a liberdade eram também possibilidades que acabaram por conduzi-lo a caminhos que lhe privaram a liberdade: “a liberdade que eu tanto queria, no final, me fez ficar mais preso e agora por mais tempo ainda”.

Esse conflito – liberdade e autonomia *versus* obediência aos pais – vivenciado por Fred demonstra a incorporação dos modos familiares burgueses pelos demais tipos de famílias. Reis (2001) descreve como característica familiar burguesa a submissão dos filhos aos pais e, conseqüentemente, a revolta e luta como inconformismo com a dominação, sendo o poder e a autoridade representados pela figura dos pais.

As condições sócio-históricas em que as famílias vivem vão de uma maneira ou de outra fazendo com que elas acabem por aderir ao modelo burguês e por perpetuar a ideologia dominante, transformando-a em visão de mundo. Afinal, é na família que “se forma a estrutura psíquica e onde a experiência se caracteriza, em

primeiro lugar, por padrões emocionais e onde a estrutura psíquica é proeminente de um modo decisivo” (Pôster, 1979, p.161).

Cabe ressaltar aqui a pesquisa realizada por Sousa (1994) com famílias de camadas populares, em que se aponta a migração para os grandes centros como principal fator da alteração dos valores e dos comportamentos familiares. Com isso, os pais se sentem inseguros quanto à educação dos filhos que ficam à mercê da rua, dos próprios interesses e dos caminhos trilhados em companhia dos pares. A violência praticada pelos pais é justificada como um meio de amenizar tal insegurança e de corrigir os filhos, fato que eleva o índice de violência cometida contra crianças e adolescentes.

No caso de Fred, as migrações que sua família precisou fazer, não apenas a inicial, a de cidade, mas as várias mudanças de bairros dentro de Goiânia em busca de melhores condições de vida parecem confirmar a tese de Sousa. A fala de Fred é bem explícita:

Moço, quantas vezes o pai já quebrou rodo na cara dos meus irmãos! Estou te falando! Menino matava aula, fazia bagunça, meu pai pegava de pau, meu pai é bravo demais! O mais novo está começando apanhar... ele está começando a fazer bagunça, sai pra tomar banho no córrego e não avisa não!

Para tentar se livrar dos erros decorrentes da liberdade que a rua lhe ofereceu e para justificar suas atitudes (como é o caso do roubo de alimento em supermercado por estar sentindo fome), Fred verbaliza que trabalhar seria a solução, porém se queixa das dificuldades de conseguir emprego: “Agora é que vem aí, devia ter aprendido antes né? Ido trabalhar e não fazer coisa errada, mas não arruma serviço!”. A solução encontrada por seu pai para saciar a fome de sua família foi então de pegar (roubar) e comer o que tinha no quintal da vizinha, mesmo que o alimento/fruta não estivesse no ponto de ser ingerido. “Mamão, cozinhava mamão verde na lenha e comia naquela água suja”.

Fred diz precisar tomar novo rumo, novo caminho, abrir mão da rua, ou pelo menos de como a desfrutava. E é na própria família que ele busca apoio. Ela é o caminho que permite e acolhe a volta desse sujeito errante, perdido, conflituoso, possibilitando-lhe um novo caminhar passo a passo. É o que se detecta nessa fala: “Estava querendo ir ou pra São Paulo ou pra Sergipe, qualquer um dos dois eu vou. Sergipe, parentes da minha mãe, ou São Paulo, parentes do meu pai.... Eu tenho que sair daqui, virar gente... desemaná [desirmanar]”.

A família, como aponta Reis (2001), é quem media a aprendizagem e a inserção do sujeito para além do âmbito familiar nas diversas situações com as quais vai se deparar. É ela quem forma o cidadão. Fred a vê como solução para ele abandonar os “maus amigos” e também como a responsável por sua falta de limites.

As correções físicas são muito usadas pelas famílias para educar e formar seus filhos. No caso de Fred, ele se contradiz, pois a princípio apresenta a versão de não apanhar dos pais: “Meu pai não bota a mão em mim não, nem minha mãe, os dois nunca nem encostaram a mão em mim. Acho que, se tivessem encostado, eu não tinha entrado nessa vida”. Posteriormente, verbaliza como as surras eram aplicadas nele e nos irmãos:

É eu já levei também moço. Ham, eu não ia pro colégio. Eu era novinho, tinha uns oito anos... Hum moço, era levar a pancada e cair no chão. Murro, chute, murro. Era assim, ele batia, eu caía, levantava de novo, caía de novo [risos]... Tinha que levantar uai... Ele falava: levanta moleque! Era chute no corpo, na perna, na bunda, sei lá!

Fred conta que esses episódios começaram mais ou menos aos seis, sete anos de idade. Para ele, apanhar é indicativo de assegurar o futuro, trilhar bons caminhos. Como ele, ao contrário dos irmãos, não apanhou, enveredou pelo mau caminho: “Meus irmãos todos apanharam, nenhum deles está nessa vida... Os meninos apanharam demais do meu pai. De porrada, de cinto, de pau”. Ele diz que ficava com pena dos irmãos que apanhavam, mas se sentia impotente para ajudá-los, se encolhia todo e se escondia dentro de casa.

As surras eram aplicadas em Fred e em seus irmãos pelo pai, com o consentimento e aprovação da mãe. Às vezes, era ela quem batia:

Minha mãe [...] deixava as costas da gente tudo melecada de fio, de vergão, de fio, moço. A mãe batia na gente por conta das coisas da escola, batia só por causa dessas coisas da escola. Agora o pai batia na gente por tudo, por causa da escola e pelo resto das coisas também.

Conforme Sousa (2001), as justificativas para a violência estão pautadas nas relações de poder existentes dentro das famílias e na concepção de que a criança é imperfeita. Essa concepção vai sendo internalizada, como se confirma nessa fala de Fred: “Hum! Minha mãe fazia era dar apoio ao pai, porque a gente fazia bagunça. Uai, tinha que apanhar mesmo”. O fato de precisar ser corrigido acaba por

referendar a violência física contra a criança³² e o adolescente.

Assim, o emprego da violência física vai sendo incorporado pelas famílias, que transmitem a prática de geração para geração. Às vezes, essa violência sai da esfera física para a esfera moral e emocional. Para Reis (2001), as vivências emocionais dentro da família são permeadas pelo binômio autoritarismo/amor. É o que se detecta nesta fala de Fred:

Não sei o que o pai tinha na cabeça não! Agora melhorou, nunca mais bateu na gente. Mas falar, falar ele fala mesmo, é coisa de velho, igual o avô. O avô também era desse jeito, ele batia no meu pai [risos]. Batia uai quando ele era novo [risos]. Acho que é por isso que o pai é desse jeito doidão! Hum [risos], o velho era bruto, moço.

Fred enumera as razões para as surras que levava: bagunças, brigas com outras crianças, roubo de frutas em quintal alheio [embora estivesse seguindo o exemplo de seu pai] e de alimentos no supermercado. Apesar de não se constituírem justificativas, esses motivos explicitam a precária situação econômica que a família vivenciava e como isso era internalizado por Fred:

Uma vez eu apanhei porque roubei bolacha no mercado. Colocava o saco de bolacha dentro da cueca e saía [risos]. Eu roubava comida no supermercado porque tinha fome, fome mesmo... lá nós passávamos fome, muita fome. Graças a Deus, melhorou; agora nós não passamos mais fome; e agora quero ver menino roubar!

A socialização primária, para Lane (2001), ocorre quando se estabelecem os papéis a serem desempenhados, o que contribui para as atuações e o comportamento de cada ser humano em situações extra familiares. Nelas, o sujeito expressa as condutas e valores internalizados e assumidos posteriormente na adolescência (Reis, 2001). Partindo dessa análise, pode-se dizer que houve falhas no processo de socialização primária de Fred? Essas falhas justificariam os sete estupros e atentados violentos ao pudor cometidos antes de Fred completar os quinze anos de idade?

É inegável que a socialização primária é primordial no processo do desenvolvimento humano, pois é nela que o sujeito vai assimilando conhecimentos, experiências e moldando sua maneira de pensar, interpretar, expressar e se

³² Para Sousa (2001, p. 21), essa violência é “qualquer ação, única ou repetida, não-acidental, perpetrada por agentes circunscritos à família ou ao convívio diário e direto com a criança, seja adulto ou outra criança/adolescente e que deixe ou não marcas físicas nela, motivada por fatores conscientes e/ou inconscientes”.

comportar no decorrer de sua vida. Ela é também mediadora da concepção que o sujeito vai formando de si e do outro. Por ser precursora da atuação e assimilação do sujeito na socialização secundária, trata-se, portanto, de um processo sócio-histórico. E, nesse processo, “a família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, de desenvolvimento e de proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como esteja estruturada” (Peres e Sousa, 2002, p. 65).

Depois de estabelecido o papel da família de Fred no processo de sua socialização primária, este trabalho enfoca a socialização secundária ocorrida na escola, no trabalho, em instituições religiosas e junto a amigos.

Socialização secundária: escola, trabalho, religião e na companhia de amigos

A escola

A escola é o local onde o sujeito passa a ter a possibilidade de internalizar novos conteúdos, comportamentos e valores. Em face disso, deve, “portanto, atuar crítica e reflexivamente na objetivação dos conteúdos, normas e valores internalizados” (Miranda, 2001, p. 134).

Desde o início da escolarização, Fred sofreu represálias dos pais por faltar às aulas ou por não se empenhar muito nos estudos. Segundo seu prontuário/processo, ele “iniciou os estudos aos sete anos de idade, concluindo a 4ª série. Em 2004, não estudou; seu histórico escolar é marcado por várias advertências, suspensões e repetência na 3ª e 5ª séries”. Esses fatos fazem parte do processo de escolarização, porém é bom lembrar que ele abarca não só o educando, mas também as instituições escolares, com seus métodos, seu corpo docente, sua estrutura física e tudo o que compete à escola, à família e às políticas públicas referentes à educação. Não cabe então responsabilizar unicamente o educando pelo fracasso escolar, pela repetência e/ou evasão, como no caso de Fred, que repetiu por mais de uma vez a mesma série e abandonou as escolas por onde passou.

O processo ensino-aprendizagem é complexo e tem dimensões diferentes e complementares, como a sociedade, a escola, as políticas públicas, a família e o aluno. Porém, a mais destacada no dito fracasso escolar é o aluno, como apontam Teles (1997) e Weiss (2004). Segundo esses autores, na educação brasileira

predomina a transmissão de conteúdo, o que desestimula o aprendiz, fazendo com que abandone sua condição de vítima e se torne culpado por tal fracasso.

Posicionando-se criticamente a essa perspectiva que culpabiliza o aluno pelo fracasso escolar, Freire (1996) afirma que a tarefa de ensinar não se restringe à transferência do conhecimento e/ou de conteúdos, mas a de criar condições para o aluno produzir, construir. Para ele, o educador é aquele que busca enquanto ensina e faz essa busca indagando e se indagando constantemente.

Diante do exposto, pode-se pressupor que a socialização secundária de Fred nas instituições escolares por onde ele passou não desenvolvia indagações e pesquisas a respeito do processo ensino-aprendizagem. Consequentemente, o não-ensino-aprendizagem de Fred nas escolas pode ter decorrido do fato de ele não ter sido convidado a ser co-participante de sua aprendizagem. Resultado: foi considerado indisciplinado por não aceitar tudo como era imposto pela escola e o único responsabilizado por seu fracasso escolar.

É do interesse do sistema atual que a escolarização seja um espaço de trabalhar reflexiva e criticamente o educando, atuando e mediando o processo da formação do cidadão crítico? Vigotski (2003) ressalta que as situações de aprendizagem colocadas ao educando pela escola, qualquer que seja ela, têm uma história prévia.

Para Miranda (2001, p. 135), o fracasso escolar não se torna alvo de reflexões ou de “propostas de ação refletida na perspectiva de uma realidade histórico-social”. A autora leva em consideração a precariedade das escolas e do ensino público, além das condições de vida/sobrevivência dos alunos. Diante disso, o fracasso escolar que eles expõem é um sinal de saúde, uma forma de resistir à cultura imposta pelo sistema educativo. Ela reconhece, entretanto, que esse fato prejudica a escolarização que será posteriormente cobrada desse sujeito pela sociedade.

Errar acaba sendo internalizado como algo vergonhoso que revela a incompetência do sujeito. A fala de Fred é esclarecedora: “Olha o que eu fiz, você vai ficar brava. Eu conversando com você errei aqui. Escrevi errado, olha pra você ver. Não é burrice? Só pode, como é que escreve o próprio nome desse jeito? [Se] meu pai vê um trem desse, ele fica bravo!”.

De acordo com Freire (1996), ensinar pressupõe disponibilidade para o diálogo e respeito às diferenças. Não se deve poupar ambiente e oportunidades para o aluno se sentir seguro, mostrando-lhe que o acerto tem todo um processo histórico.

Para alcançá-lo, existe um caminho a ser percorrido. Errar é permitir que se trilhem os caminhos da aprendizagem rumo ao acerto. Cabe aqui uma pergunta: se os atores envolvidos no processo educativo de Fred tivessem lhe mostrado que não existe razão para se envergonhar por desconhecer e por não dominar algum conteúdo, teria ele repetido a série escolar ou evadido da escola?

Um estudo realizado por Sousa (1994) sobre o trabalho infantil e sua influência na questão da escolarização revelou que tanto os familiares responsáveis pelos alunos quanto o próprio educando não vislumbram os motivos da não-aprendizagem, repetência e evasão: "Via de regra, a explicação está na dificuldade da criança em aprender ou no seu comportamento rebelde" (Sousa, 1994, p. 120). A autora ressalta ainda que, para as 350 crianças de sete e doze anos de idade incluídas no universo da sua pesquisa, a escolarização não é prioridade. Embora elas estivessem regularmente matriculadas nas escolas públicas, seus estudos eram interrompidos sempre que surgia outra demanda mais urgente. "O trabalho que realiza – doméstico ou não-doméstico – nunca é apontado como causa das dificuldades que a criança enfrenta na vida escolar" (Sousa, 1994, p. 120).

Na socialização secundária, cabe destacar o importante papel desempenhado pelo trabalho. É o que se verá a seguir.

O trabalho

A concepção de que o trabalho é algo do mundo dos adultos, cabendo aos adolescentes tão-somente "curtir" a vida – uma vez que estão isentos de assumir responsabilidades sociais –, passa a isentar também a sociedade de "pensar políticas públicas para este grupo social, dado que é passageiro" (Bock e Liebesny, 2003, p. 206). Ao criticarem essa visão, essas autoras ressaltam que o fato de a adolescência ser considerada passageira faz com que seus projetos de vida sejam pouco valorizados, por serem provisórios e imaturos. Isso tem sido um dos motivos para a escassez de pesquisas e estudos sobre escolhas profissionais dos adolescentes.

Bock e Liebesny (2003), ao pesquisarem o sentido que 66 alunos do segundo ano de escolas públicas atribuem à escolha profissional, perceberam que o trabalho é pouco lembrado. Embora faça parte do dia-a-dia, não é o elemento mais importante em suas vidas no momento. Diferentemente do lazer, que, mesmo não

sendo uma constante de suas atividades diárias, é mobilizador.³³ Outro apontamento dessa pesquisa revela que o adolescente crítico se incomoda com sua situação frente às próprias questões trabalhistas futuras. Essa, porém, não parece ser a postura de Fred que, por volta de seus onze anos de idade, exercia atividades informais de pedreiro e furador de poços artesianos, profissões que ele almeja seguir.

Sousa (1994), em sua pesquisa, mostrou ser comum entre os adultos das famílias cujas crianças trabalham não qualificarem o trabalho infantil como problema. Isso se deve ao fato de serem eles próprios que as iniciam nesse trabalho remunerado. No caso de Fred, desde cedo ele passou a acompanhar e auxiliar o pai.

As condições econômicas constituem, na visão de Bock e Liebesny (2003), um dos empecilhos para a sua escolha profissional. Não dispondo de condições econômicas satisfatórias e tendo de optar pela sobrevivência, seus desejos profissionais ficam comprometidos. Ou, como demonstrou Fred, nem mesmo afloram.

Outras experiências de trabalho vivenciadas por Fred ficaram por conta da indicação de alguns de seus amigos que se ocupavam temporariamente em trabalhos informais. Em sua fala, ele sequer manifestou interesse e/ou desejo por uma profissão específica. Contudo, muitas vezes, a fala do sujeito oculta, consciente ou inconscientemente, seu real sentido. Por isso, para apreendê-lo, é preciso fazer a leitura do subtexto de suas falas, o que, para Vigotski (1993), é construído no despertar de certos fatos psicológicos e na implicação disso para o sujeito. Nessa perspectiva, sentido se refere à totalização e à maneira singular de o ser humano internalizar e significar os fatos e eventos sociais. Faz-se necessário, portanto, ir além das aparências.

Conforme a visão materialista-histórica-dialética, o homem se constrói e se relaciona com seu semelhante a partir do trabalho, um processo que lhe permite ser reconhecido como trabalhador e como cidadão. “O trabalho como atividade humana, como constituição de si mesmo ou como produção material, propicia o caminhar lado a lado das construções concretas e intelectuais” (Pereira, 2003, p. 278). Para essa autora, o trabalho contribui para a estruturação do psiquismo e da existência humana.

A situação vivenciada por Fred em relação aos trabalhos realizados reforça uma existência humana de incerteza profissional e financeira, que contribui

³³ Na pesquisa, o lazer foi mencionado 216 vezes, enquanto as menções ao trabalho se restringiram a apenas 28.

negativamente para reforçar a marginalização e exclusão social: “Trabalhei na roça, vixi tanta coisa fazia lá, moço... colhia feijão, plantava melancia”. Embora ele não mostre ter consciência desse processo, pois sua fala contém apenas reclamações pela falta de trabalho, ou pela pouca duração do vínculo empregatício, mesmo diante das condições injustas e desiguais de inserção no mercado de trabalho, que coloca o desempregado em situação de vergonha e menos valia social (Pereira, 2003). Ao ser internalizada, essa situação faz com que os sujeitos se sintam os únicos responsáveis pelo desemprego que vivenciam. Fred narra:

Estava trabalhando é lógico [risos]. [...]. Estava mexendo com grama, aterramento. O povo lá arrumou, os meninos tinham dois que trabalhavam lá, aí eles arrumaram pra mim. Trabalhei lá quase um mês. É uma vez na vida, outra na morte, moço. Mas acaba o serviço lá, e uai se precisar de novo, volta, mas vai lá saber quando eles vão precisar?!?

Conforme Sousa (1994), o trabalho realizado pelas crianças se torna um dos mediadores no processo da construção de sua identidade, da sua subjetividade, ao contrário do que pensam a sociedade, a família e os próprios trabalhadores precoces ele não é garantia de preparo para a cidadania, para o desenvolvimento biopsicossocial e nem mesmo para os direitos da criança pobre, pois

não lhe permite freqüentar a escola, ter oportunidade de lazer adequado à sua idade, desenvolver suas aptidões e ter um treinamento dentro de uma determinada ocupação. [...] O trabalho na infância gera muito sofrimento, conflitos e contradições. (Sousa, 1994, p. 169-170)

No caso de Fred, o trabalho também foi uma vivência de humilhação, punição e demonstração de autoritarismo e de relação de poder exercida por seu pai, a quem ele tinha de se submeter para se redimir de seu mau comportamento. Ele descreve suas experiências de trabalho doméstico como: lavar roupa e arrumar a casa, os quais era usados como punição e castigo, tanto para ele quanto para seus irmãos.

Quando não estava acompanhando o seu pai ou os pares no trabalho, Fred ocupava seu tempo nas ruas ou em festas. Os estudos estavam abandonados, fato que acontecia sem o consentimento dos pais; na tentativa de contornar a situação, “o trancavam dentro de casa e o levaram por várias vezes no SOS Criança e no Conselho Tutelar.”

Existe um ditado popular que diz ser a mente vazia oficina do diabo. Esse ditado, indiretamente ou não, parece permear as diversas esferas que compõem a sociedade e é usado como uma das justificativas para a privação de liberdade. No processo, o juiz afirma: “O adolescente necessita, com urgência, de medidas específicas de proteção, a fim de manter o dia isento de pensamentos voltados para a criminalidade, através da inserção em programas de ensino e de apoio familiar”. Porém, a instituição responsável por cumprir a medida judicial desse preenchimento do dia/mente do adolescente infrator o deixa por dias sem nenhuma atividade, a mercê dos ditos pensamentos voltados para a criminalidade:

Estou sentindo mal, dá até dor de cabeça ficar falando nisso. Esse trem é ruim demais, sensação ruim que a gente sente de não fazer nada aqui! Menosprezado, ninguém quer saber de mim, só quer saber dos outros, com coisa que eu não sou um preso do mesmo jeito.

Antes eu vinha pra cá fazer atividade, pintar quadro, esses trem, passar tempo, jogar bola. Agora eu não faço é mais nada. Eles falam que estou suspenso, que eu não estou na lista, na lista!. Eu nunca estou na lista, nunca faço nada!?! A lista! Nunca vão colocar meu nome na lista?! Futebol até que vai, eu estou com o braço quebrado, mas pra Ciarte, sair pras outras atividades, não vou pra computação, não faço nada, nada, nada [tom de raiva], nada mesmo.!

Não fazer nada nos ambientes (escolas e instituição de privação de liberdade) parece ser uma constante na vida de Fred. E o mercado de trabalho, que exige cada dia mais qualificação, passou a exigir transformações sociais na educação. Com isso, as escolas retêm por mais tempo os adolescentes a fim de poder prepará-los melhor para o mundo do trabalho. Essa perspectiva parece não incluir Fred que pouco ficou nessa instituição de socialização secundária e nas demais por onde passou (instituições de aplicação de medida socioeducativa) a realidade não foi diferente.

Além da escola e do trabalho, a religião e seus espaços se revelam muito importantes na socialização secundária. Este é o tema do próximo tópico.

A religião

A socialização de Fred na religião foi mediada por uma instituição religiosa onde, nos cultos, os fiéis são divididos quanto ao gênero: as mulheres se sentam de um lado no templo, enquanto o outro lado é reservado aos homens. No final dos

cultos, os irmãos cumprimentam apenas os irmãos com ósculos, assim como as irmãs o fazem com as demais irmãs.

Fred, que às vezes freqüentava os cultos com sua mãe, faz as seguintes observações sobre freqüentadores dessa religião: “Agora tem um povo de São Paulo crente, também da mesma igreja da minha mãe. Eles são mais enjoados ainda. São da Igreja do Véu... Minha família quase toda é da Igreja do Véu. Minha mãe, meus tios, quase tudo. Só meu pai que não.” Fred vinculou então essa imagem negativa de seus familiares à essa religião.

A crença em Deus e/ou o ato de professar uma religião é apontada por autores como Sanchez, Oliveira e Nappo (2004) como um dos fatores que inibem o adolescente de se envolver com drogas e ações de violência. No caso de Fred, o envolvimento dele com a religião foi esporádico e negativo, pois o fazia questionar a postura de determinados membros de sua família que se comportavam de modo contrário aos princípios estabelecidos pela igreja que freqüentavam. É o que fica claro na fala a seguir:

Eu fui pra lá pro interior ficar quieto lá na casa do tio... Ele é enjoado demais, falava besteira. Enjoado porque ele é crente, eu não era! [risos]. Ficava só enjoando... Queria que eu ficasse só na barra dele, ele é crente, minha avó também. Eu fui embora, ficar aqui que nada, velho enjoado, amolador demais da conta. Ele era sem-educação, pegava o prato [de comida] dele e sumia pra lá, virava as costas pra gente, e era da igreja da minha mãe ainda. Vinha dar bronca, uma vez ele me mandou embora, quando eu fiquei parado [desempregado]. Foi quando ele encheu demais mesmo, ele me xingava de tudo... desgraçado, endemoniado. Como é que é crente, xingando desse jeito, moço?!

A história de vida do Fred revela que os extremos foram uma realidade no seu cotidiano. Ora ele vivenciava o rigor das imposições em casa e na instituição religiosa que a família freqüentava, ora a completa falta de normas, regras e de rigidez. Por exemplo no evento em que seu pai saiu à tarde com o seu irmão mais novo, uma criança, com o propósito de comprar mantimentos para o jantar, e passou a noite bebendo em bares, só retornando de madrugada, bêbado e sem os mantimentos.

A rigidez da instituição religiosa freqüentada pelos parentes de Fred e as suas posturas contrárias ao que ali se pregava foram fatores desencadeadores de conflitos. Fred demonstra que percebe as contradições e elabora críticas sobre tais atitudes, questionando tais comportamentos.

A contradição é uma constante na vivência de Fred: na sua casa, seu pai pode tudo e ele nada, devendo inclusive ficar trancado. O tio também é uma pessoa no templo e outra completamente diferente fora dele. Novamente Fred nada pode, inclusive não pode ficar sem trabalho, pois é enxotado da casa do tio e agredido com xingamentos.

Além da escola, do trabalho, da religião, os amigos ocupam um espaço relevante no processo de socialização secundária de Fred.

Os amigos

O convívio com os pares foi determinante na socialização de Fred, pois se apoiou neles quando saiu da casa de seus pais e foi viver na rua, desfrutando a tão almejada liberdade. Esse período foi marcado por festas sem horário de retorno determinado, pelo uso de drogas e pelo manuseio de arma de fogo.

A influência negativa dos pares fica mais forte sobre o adolescente quando não estão bem estabelecidos os principais fatores de proteção ao uso de drogas que incluem: a socialização primária, a família e os laços afetivos entre seus membros, o monitoramento das atividades e amizades do adolescente e a construção de conduta social adequada. Ademais, ele precisa ter um forte envolvimento com as atividades escolares e/ou religiosas (Sanchez, Oliveira e Nappo, 2004) – tudo enfim que Fred não teve em suas socializações.

Constata-se no prontuário/processo e nas falas do Fred que ele vivenciou muitos conflitos e dificuldades em sua socialização, tanto na primária quanto na secundária. Isso possivelmente não permitiu que essas instâncias funcionassem como base de apoio positiva. Embora os fatores de risco que contribuem para a conduta infracional sejam multideterminados, tanto pelas relações complexas do meio em que o sujeito vive quanto por suas questões físicas, mentais e biológicas, estas últimas não apresentaram, todavia, qualquer alteração que servisse de base para justificar o comportamento de Fred.

Ressalta-se, porém, que o comportamento apresentado por Fred antes e após a publicização de suas infrações não é característico ou oriundo de nenhuma questão física, mental e biológica, que pudesse isentá-lo da consciência e responsabilidade de seus atos. É, porém, mais fácil se apoiar nessa hipótese para justificar condutas condenáveis, razão pela qual foi feito “o encaminhamento do

adolescente para avaliação neuropsicológica, com o intuito de dissipar dúvidas acerca do [seu] comportamento”. Fred foi também encaminhado algumas vezes pela instituição a um hospital psiquiátrico para avaliações médicas, sendo que uma delas atesta que

o paciente, no momento do exame psíquico, [mostra-se] sem alterações, coerente, calmo, sem alucinações [...] Não observo humor deprimido (30/08/2005). [...] após avaliação detalhada do paciente, observo que o mesmo não apresenta depressão-doença, e sim tentativa de auto-extermínio para evitar uma situação de real violência por parte de companheiros de cela (31/08/2005).

Para Gallo e Williams (2005), o sujeito que infringe as regras sociais é um indivíduo que esteve exposto a múltiplos fatores de risco familiar, escolar, social, pessoal e biológico. No caso de Fred, porém, ele é o único responsabilizado pelo mau comportamento apresentado, o que isenta assim a responsabilidade das demais esferas. Nessa perspectiva, é como se sujeito e sociedade não fossem fatores de influência e não fizessem parte de um mesmo processo sócio-histórico.

Um dos riscos a que Fred esteve exposto foi o uso de drogas ilícitas. Embora não saiba precisar exatamente o início da drogadição, ele acha que deve ter sido por volta dos dez anos de idade, com a ingestão do chá de beladona. O princípio ativo da planta o deixava doidão, animando-o a fazer o que queria e não tinha muita coragem para tal. Depois da beladona, vieram as outras drogas, conforme o relato abaixo:

Eu estava usando droga, fumando merla que comprei lá no setor, lá vende. Merla é mais forte que a maconha, é que tem tinta, né. A maconha não tem, [merla] tem coisa como cafeína, tem um monte de trem dentro. Droga é tudo a mesma coisa. O efeito dela [maconha] é mais fraco. Só anestesia, dá um corpo ruim e a mente não pensa direito. Dá sono, ixiiiiii [risos], sei lá o que eu queria. Não queria pensar em nada ligado à cabeça. Fumei foi muito. O trem [merla] é caro e eu usava era muito. Vende a lata, uma latinha do tamanho de uma latinha de Vick, amarelinha, por cinquenta reais [risos]. Dava pra fumar umas dez [vezes].

Percebe-se que Fred tem certo grau de conhecimento sobre as propriedades das drogas, efeitos e conseqüências de seu uso. Sabe diferenciar uma da outra, onde encontrá-las para comercialização e o valor delas. Com base nesse arsenal de informações, ele tentava ludibriar sua namorada, que, quando percebia alguns dos sintomas decorrentes do uso de drogas, recriminava-o. É o que ele narra a seguir:

Tinha vez que eu mentia pra minha namorada, falava que estava doente, porque o olho ficava vermelho [risos] e meio sonso. Aí ela ficava brava comigo, ela ficava só falando que eu estava usando droga. Aí eu falava: estou é doente, moço, pegando fogo. O corpo fica quente também. Fica igual quando está com febre. E é bom essa sensação, e não é não?! É bom. É bom nada, é ruim, acaba com a gente, emagrece demais. Eu estava só o osso quando eu cheguei aqui, estava usando demais. Os meninos também compravam direto pra eu usar... e foi assim... danou tudo.

Na fala de Fred, ele e seus amigos eram usuários de drogas. Como esses adolescentes não tinham condições econômicas, nem trabalho fixo para manter o vício, atos infracionais passaram a ser um meio de conseguir dinheiro para adquirir drogas.

O envolvimento com drogas pode ser um desencadeador também do aumento da violência praticada pelos adolescentes. A idéia de que violência se combate com violência parece estar presente em seu contexto social, o que justifica a procura deles pelas armas. A aquisição e o manuseio de arma de fogo, ou arma branca, foram relatados por Fred como algo natural, corriqueiro. Ele afirma inclusive ter trabalhado para adquirir seu próprio revólver.

No seu círculo de amigos, emprestar arma de fogo é como emprestar um objeto de uso pessoal e diário: “A arma era minha e foi passando... Ela chegou na mão de outra pessoa porque eu emprestei [risos]. Eu lembro pra quem emprestei, ele está sabendo que eu fui preso por causa disso, ele está no mundo”. A arma de fogo a que Fred se refere não é um brinquedo de plástico inofensivo como aqueles que crianças usam em piscinas para brincar de atirar água nos outros ou aquelas que compõem as fantasias. Fred usa, empresta e pega emprestado arma de fogo que funciona e que mata, se o tiro for certo. É o que ele reforça no trecho a seguir:

A arma funcionava, já dei tiro demais nela, pro alto, no colega e no meio do mato. [risos]. Nos íamos para [...] uma represa que tinha lá embaixo no meio do mato, ficava banhando e tomando cachaça [risos]. Oh, a idéia do homem, fazia uma bagunça lá no meio do mato [risos], bebedeira demais, pulação dentro d'água. Mas eu sei o que eu faço, não fico bêbado não.

Eu trabalhei pra conseguir o dinheiro, pra comprar a arma. Agora a arma não tem mais importância pra mim não [risos]. [...] Eu não quero mesmo uma arma, arma, está doido?! Vir parar aqui de novo?! Arma só dá tranca, está doido? Só cela, só cela.

A idéia de que portar uma arma de fogo dá poder e segurança, para poder defender-se ao que se está exposto, corrobora a prática de combater a violência com

a própria violência. O prazer de possuir e poder usar uma arma, para resolver os problemas, as necessidades pessoais, as divergências de opinião e posicionamento, pode ser percebido nas expressões de riso e nas falas de Fred. Como ele mesmo declara, usando a letra da música da cantora Luka, “ele não está nem aí”.³⁴ Por isso, ele emprega seu salário, nas poucas oportunidades de trabalho que teve, para comprar uma arma de fogo. Essa é a engrenagem de um círculo vicioso.

A arma de fogo também foi um meio usado por Fred para expressar sua sexualidade. Vale lembrar, que a sexualidade se constitui das diversidades culturais e da história de cada sujeito, que se expressa e se coloca no mundo a partir da sexualidade que foi internalizada. Para Fred, falar diretamente das questões do relacionamento sexual e afetivo foi difícil, pois ele a vivenciou em sua maior parte com o uso da força e poder de uma arma. A sexualidade, segundo ele, deve se manifestar de maneira reservada, sem bagunça ou, no máximo, em uma bagunça organizada. Ele relata que esteve com um grupo de amigos e amigas bebendo e fazendo bagunça em uma mata onde tinha uma represa. Mas, segundo ele, a bagunça não se referia à relação sexual: “Não, moço, no meio dos outros?! Era bagunça, mas não era tão bagunçado assim não [risos]. Era bagunça organizada”.

O termo “bagunça” é usado por Fred em diferentes contextos: nos relacionamentos afetivos, por exemplo, significa namorar mais de uma pessoa ao mesmo tempo, trair.

Bagunça é... Ah, sei lá, traição, sei lá. Aqui eu tinha duas namoradas, [risos]. Não era traição não. Uai, elas também me traíam [risos]. Uma foi lá no escambau, a outra de cá tinha namorado, mais moço! Tem que agarrar outra, não tem?! Isso não é bagunça [risos]. Estava era descontando! ... É [risos] pra cabeça não pesar. Uai, dos galhos! ...Aí volta os galhos pra ela.

Em relação aos namoros e relacionamentos sexuais, Fred classifica-os em social e solto, liberal. No interior do Estado de Goiás, quando ele morou com um tio, passou pela experiência de um namoro social, sério e segundo ele, sem bagunça: “Não tinha relação sexual com a minha namorada, porque ela era virgem... e não deixava eu tirar [a virgindade]. Ela falava que deixava tirar [a virgindade] só quando casasse e eu, esperto demais, não queria casar”. Porém, na fala a seguir, demonstra arrependimento por não ter valorizado esse relacionamento:

³⁴ Enquanto estava em atendimento psicoterápico, a música “Tô nem aí”, da cantora Luka, estava sendo tocada fora da sala do atendimento. Fred usou uma frase da letra dessa música para se referir a si mesmo: “Essa música é igual eu... não está nem aí! Num tô nem aí!”.

Foi em época de comício, namorei lá no interior... besta demais da conta eu, eu não dou valor em nada, em nada! [risos]. Se tivesse dado, estava firme [com ela] até hoje. Inteligente ela, se fosse eu! [risos]... Ah namorei uns seis meses, eu sou firme, pra namorar com ela tem que ser firme, não faz nada! [sem relação sexual] [risos]. Não tem bagunça.

Fred usa desta vez o termo “bagunça” relacionando-o ao ato sexual, demonstrando como ainda nos dias de hoje ele tem enraizado em sua conotação a finalidade da procriação. A permissividade para as relações sexuais só é reconhecida e aceita dentro da legalidade do casamento; fora dele, como foi colocado pelo adolescente-autor, está associada à bagunça. Essa concepção exige uma postura masculina de muita determinação, resignação e sentimento de nobreza por renegar os seus desejos sexuais e se submeter às imposições legais e morais que regem a virgindade feminina, o matrimônio, a família e a virilidade masculina. É o que se percebe reforçado na fala a seguir: “Com ela foi meio diferente... sei lá, parece que ela era muito especial. Sei lá, ela tinha uma paciência comigo [...], ficava quieta e falava pra mãe dela me dar bronca, nem ela me dava bronca [risos]’.

Por contribuir para a formação da subjetividade do adolescente, o processo de socialização com os pares é fundamental no desenvolvimento do ser humano, pois ele se espelha e se apóia naquele com quem tem afinidades, comunicação, interesses comuns e capacidade de se agrupar. No caso de Fred, seu processo de socialização prossegue após a publicização das violências sexuais que cometeu. É o que se analisará no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 - FRED E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO APÓS A PUBLICIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL COMETIDA

Você pode se iludir, mas ilusão custa caro, pode até se divertir como um animal adestrado. Você tem direito a ter um advogado, você pode falar, mas é melhor ficar calado. A verdade é cruel, mas é melhor que seja dita. Eu vou cuspir pro céu que ao menos me refresca a vista. Você pode pensar o que bem entender, mas é melhor tomar cuidado que alguém pode se ofender. Mundo cão, mundo cão, não estou vendo nada novo. Mundo cão, todos estão com uma coleira no pescoço. Você pode ir em frente, mas não pode olhar pros lados. Pode ter razão, mas não pode estar certo. Você pode se mexer, mas é melhor ficar quieto. Pode reclamar, ninguém tem nada a ver com isso. Você pode gritar, você pode latir, pode aguardar na fila, não adianta insistir. Pague os impostos, vá brincar no quintal, finja de morto, obedeça o sinal, faça o favor de não falar, faça o favor de se humilhar. Pode esperar a sua vez, não adianta reclamar. Pegue o jornal, compareça à audiência. Leve uma vida normal, ainda role no chão. Mundo cão, todos estão com uma coleira no pescoço. (Titãs)

Este capítulo enfoca o período em que, depois de ter sido preso, as denúncias das violências sexuais cometidas por Fred vieram à tona. Seu processo de socialização passou, então, a ser mediado pelas instituições responsáveis pela aplicação de medidas socioeducativas em adolescentes autores de atos infracionais. Como Fred ficou em privação de liberdade e posteriormente em LA, o convívio dele com a família, com os pares, com a escola, com o trabalho, com a religião e com qualquer outra instituição/grupo passou a ser mediado pelo CIA. Nesse período, Fred foi bode expiatório em todas as situações: agridem-no física e verbalmente, não dão ouvidos às suas queixas. Dentro da instituição, as mazelas continuam, inclusive o uso de drogas. A escolarização que deveria ser-lhe assegurada é cheia de entraves, devido às desavenças internas, razão que também o afasta dos cultos religiosos. Na análise feita neste capítulo evidenciam-se seus rompantes e seus sentimentos, inclusive os destrutivos.

O autor de violência sexual como vítima de violência: realidade ou mito?

Em atendimento psicoterápico, Fred fala com indignação de sua vida enquanto esteve em privação de liberdade nas instituições por onde passou. Segundo ele, a sua postura, o seu comportamento eram respostas aos acontecimentos vividos lá dentro em meio a violências, exclusões e desrespeito:

Quer falar de quê?! Daqui, da rua, do que aconteceu, do que está acontecendo? Do quê quer falar? Me bateram, [...] pra eu falar onde eu tinha comprado o revólver. Eu não queria falar de quem era o revólver. Aí... me batendo, me batendo, começou a machucar mesmo, aí machucou aqui minhas costas. Está toda roxa. Quebrou, trincou o osso desse braço aqui [*passava a mão no antebraço esquerdo do lado externo*] [...], [estava engessado]. Foi isso.

Em todo encontro com Fred, sua voz denunciava os tratamentos que a ele eram dispensados. Alguns deles deixavam marcas, como o braço engessado e os pontos no rosto, decorrentes de um murro desferido por outro interno. Esses fatos foram comprovados pelos registros feitos na própria instituição e pelos atestados expedidos após atendimentos médicos anexados em seu prontuário/processo:

Em março de 2005 Fred esteve no Hospital de Urgência de Goiânia (HUGO), atendido por um cirurgião para fazer uma sutura superficial de 2 cm na região infrapalpebral com retirada dos pontos marcada para depois de uma semana. [...] Declaro para os devidos fins que o paciente Fred esteve no HUGO em novembro de 2005. Apresenta fratura de antebraço esquerdo e necessita de tratamento gessado por 30 dias. (Declaração médica anexa no prontuário/processo)

Prevalece no senso comum a crença de que o autor de violência sexual, ao ser preso, é punido dentro da instituição pelos demais detentos, bem como por profissionais que ali trabalham. De acordo com as pesquisas efetuadas para este estudo, os adolescentes que estão em privação de liberdade estabelecem entre si (semelhante ao que acontece nas prisões de adultos) uma escala não só de aceitação, respeito, admiração, mas também de desrespeito, repúdio e punição. Dentro dessa escala, aquele que é detido por ter cometido o ato tipificado no artigo 121,³⁵ do CPB, é o detento que goza de maior respeito, admiração e privilégios dentro do grupo, enquanto o autor de violência sexual é o mais rejeitado, desprezado e punido. Torna-se, assim, o bode expiatório para todas as situações na instituição. Esse fenômeno também pode ser observado entre os profissionais que atuam nas medidas socioeducativas: alguns executam a violência contra o adolescente-autor e outros permitem que ela seja executada. Na sua fala, Fred denuncia:

Me bateram lá e depois eles veio com essa estória aí de que o povo queria me linchar. Hum, conversa moço! Confessar depois que eles... o tanto que eles batem, fora a parte que eles me bateram pra eu assumir! Ainda tem isso, aí que foi a hora das coroadas de cassetete

³⁵ Matar alguém – homicídio simples – artigo que está no Título I, “Crimes contra a pessoa”. Capítulo I – “Crimes contra a vida”.

de couro nas costas, aqueles cabras [silêncio] me deixaram sem fala, sangue até nas costas.

Além da violência física, Fred ainda passa pela chantagem de ter de permanecer calado diante dessa violência sofrida para não ser submetido a outras. A chantagem feita para silenciar o adolescente-autor busca livrar os autores dessa violência das penalidades a que estão sujeitos os indivíduos que descumprem as leis de proteção de todo sujeito encarcerado. Uma vez que os direitos do adolescente infrator estão também resguardados pelo ECA, os autores dessa violência precisam intimidar suas vítimas para que não revelem tal prática. A lei de talião – “olho por olho, dente por dente” – prevalece, mas não deve ser revelada pelo adolescente-autor. Fred explicita a situação:

Hum, fulano ficou me batendo, aí acabou, fulano me ameaçou. Eles me bateram porque são folgados, não faço nada com eles pra eles me baterem! Entraram na cela esses dias... Agora tem escolta lá dentro né, tudo que vai fazer tem que sair com escolta; quando a gente vai sair, eles metem o cacete na gente. Esses dias entraram lá dentro, me deram dois tapas na cara. Nossa, me dá uma raiva, a gente fala pra esse povo, esse povo não faz nada, não faz nada! [silêncio].

Ao narrar o fato de ser exposto a atos de violência, inclusive a física, Fred percebe também o risco que corre ao relatar como ele mesmo denomina, as insanidades da instituição: “Sei lá... não dá nem pra entender direito, doideira demais moço [silêncio] ...falando pra você que esse povo aqui é doido! Hum, estou num alojamento cheio, agora tem quatro meninos lá, está louco. É tudo maior que eu, estou fudido”.

Fred deixa claro que tenta cientificar a instituição do que está acontecendo (como se ela não soubesse!), mas suas tentativas são sempre infrutíferas, porque são menosprezadas pelos funcionários. Em sua fala, eles são chamados de “povo”, um povo que nada faz para mudar sua realidade na instituição. Em face disso, ele precisa agir por conta própria para com justificativa ser responsabilizado e punido pela instituição por indisciplina e desrespeito às normas e à boa conduta.

Em tudo isso, está implícita a denúncia de que o adolescente-autor é tratado de maneira generalizada. Suas reais condições e vivências, que se dão em cultura, época e classe social distintas, são desconsideradas e negligenciadas. Isso corrobora a afirmação de Climaco (1991, p. 2) de que essa postura “dissimula, assim, as desigualdades sociais provenientes de fatores socioeconômicos, situando, fundamentalmente, na pessoa, a responsabilidade de sua conduta – de sucesso ou

fracasso, o que justifica, sem dúvida, muitas formas de preconceito social”. Esse preconceito esteve expresso em vários momentos da fala de Fred, um preconceito que também se estende aos demais adolescentes que cumprem medidas socioeducativas:

Hum! Fica com graça demais, até eu apelar e descer a porrada em um. Fica dando murro na gente, arranhando os braços da gente, está marcado aí? [*mostrou um arranhado de unha no braço...*] Isso aqui foi ele, oh, aqui foi ele, aqui, tudo é ele, moço, machucando, sem graça, até que eu apelo. Deixa ele, uma hora eu apelo! É como se fosse brincadeira... Eu não falo nada e aí na frente esse povo aí não fala nada, aí eles chamam os meninos lá dentro pra conversar, aí eu fico como cagueta [*alcagüete*], aí fica pior pra mim, aí eu me lasco mais ainda. Mais!.

Diante da violência física sofrida, Fred, em determinados momentos, questiona tal procedimento e levanta a possibilidade de defender seus direitos, pensando em tornar o fato público. Em seguida, ele se mostra desanimado, pois seria a sua palavra contra a de seus agressores, que no caso tem maior representatividade social que ele: “E, se eu fizesse processo no policial que me acertou lá, dava processo? Eu sei quem é ele, é o delegado do vigésimo oitavo³⁶ lá da vila. O delegado e os policiais que me bateram... [*silêncio*]. Ah!, sei lá, não dá em nada, policial inventa tanto trem”.

Segundo Fred, as violências a que foi submetido aconteciam nas diversas instituições por onde passou e não era apenas violência física: “Aqui no CIP está ruim... povo velho enjoado, o povo aqui é mais enjoado do que no CIA. Encheção de saco, jogando os trem na cara da gente. Os meninos presos e os funcionários também jogam trem na cara da gente; é mais enjoado”.

A violência vivida por Fred era às vezes explícita e outras vezes implícita, como, por exemplo nessa fala dele: “Aquela funcionária lá está é me pirraçando. Eu queria falar é com a diretora, mas ela não atende, não chama a gente, não conversa com a gente”. Esses acontecimentos eram, segundo Fred, constantes, o que o levou, sempre que podia, a deixar de conviver com os demais internos, mesmo que, para se resguardar, precisasse ficar privado da alimentação. É o que ele narra a seguir:

Estou triste, passando fome, está ruuimmm! Passando fome aqui, porque eu não saio pra comer! ...O dia que meu pai vier aqui vou falar pra ele ir lá no Dr. Juiz. Ele não vem agora porque só pode entrar três

³⁶ Trata-se de um distrito fictício, com o objetivo de preservar identidades

peessoas na visita. Vai entrar a prima, minha avó e minha tia... Se tivesse jeito, eu ia falar com ele... Eu vou falar pra minha tia falar pra ele ir lá no Dr. Juiz, falar que eu estou passando fome aqui e esse povo não está nem aí, não me dá comida. A gente não pode sair uai, o pessoal me põe lá no meio dos meninos. Se fosse separado, até que eu não falava nada não... Vai quebrar a cara, vou ficar seis meses só desse jeito.

As instituições responsáveis pelo cumprimento das medidas socioeducativas detêm o poder sobre os adolescentes infratores e o da organização interna para os atendimentos dispensados a eles, inclusive de liberar ou suspender os atendimentos realizados. Esse fato foi constatado durante a realização desta pesquisa, pois algumas vezes, o atendimento psicoterápico de Fred foi suspenso pela instituição com base nas mais diferentes alegações. Eis o relato de Fred:

A funcionária falou que você veio, mas foi embora; agora o porquê ela não falou. Ah... [por causa da] reunião com a diretora, doideira, povo enjoado! Não sei por que faz reunião com ela, não adianta nada eu ir, eu não faço nada lá. A reunião tratava de tudo, moço... bagunça aí dentro. É bagunça... pra liberar o banho de lua...

Além dos atendimentos psicoterápicos garantidos pelo JIJ, outras atividades que Fred realizava dentro da instituição foram também suspensas, o que o deixava ocioso, à mercê de suas confabulações:

Dormindo a essa hora, [porque] aqui é [só] almoçar e dormir. ...não tem nada pra fazer [silêncio]. Viu o que inventei na minha unha?³⁷ ...Doidura, sei lá, o povo aqui só maltrata a gente, a gente não sai do alojamento pra nada, não faço nada, nada, nada! Só fico trancado, não faço nada. Sei lá, o povo implicando comigo, só pode, a gente fala, fala, reclama, reclama, mas não adianta nada, não sai do alojamento pra nada.

Outro tipo de violência sofrida por Fred nas instituições de medida socioeducativa foi revelada no fato de sua produção artística, o resultado de seu trabalho de origami, ter desaparecido da instituição. Na avaliação de Fred:

O povo aqui é... louco, dá uma falta de paciência... Não acharam o meu pato.³⁸ Ah, só se for [procurar] na casa dos outros, sair caçando na casa de empregado por empregado do CIA, aí acha [silêncio]... Ninguém vai chegar e falar: foi eu que peguei, [...] pode ter certeza que

³⁷ Fred puxou uma parte da unha que estava quebrada e começou a lascá-la, tirando uma parte da cutícula que a circundava. Com isso, machucou o dedo, que mostrava sinais de sangramento.

³⁸ Figura de um pato feito de dobraduras (origami), com altura aproximada de 40 cm.

não. A diretora me pagou, [pelo trabalho desaparecido na instituição] deu 200 folhas porque não acharam o pato que eu fiz.

De acordo com Fred, além dessa violência, ele sofria violência por parte de outros adolescentes que estavam também em privação de liberdade e até mesmo pelo mau comportamento desses adolescentes. Ele acabou se transformando no bode expiatório da instituição e dos adolescentes: “Ontem nós não [quisemos sair] pra almoçar. Dos quatro, um saiu e três não..., [aí] eles ficaram falando bosta, falando que eu estou botando pilha, [incentivando, pondo fogo] disseram que eles [os outros adolescentes] só fazem o que eu mando. Hum, não dou conta de mandar nem em mim! É doido esse povo”. Essa fala do Fred é muito significativa, uma vez que ele nega desde o início as infrações de violência sexual que cometeu. Em determinados momentos, alega não prestar para nada e querer se redimir de seus erros e, mas nessa fala afirmou não conseguir se controlar.

A próxima fala de Fred demonstra que, embora o ECA determine que o adolescente ao ser detido não deve ser algemado ou passar por qualquer modalidade vexatória, a realidade vigente nas instituições onde se cumpre a medida socioeducativa é bem diferente. Mesmo sendo uma conquista de anos de lutas em prol dos direitos da criança e do adolescente, o ECA ainda está mais na esfera do idealizado do que das práticas aplicadas em relação aos direitos do adolescente-autor. É o que se deduz desse relato:

Está machucado aqui ainda? Pensei que não ia sumir, que ia ficar mancha. Estava tudo ralado, ...Eu estava algemado por causa de bagunça desses bestas lá da cela! Por isso algemaram eles e eu. Os dois lá da cela, esse palhaço ficou algemado dentro da cela pra não fazer bagunça, eles estavam chutando a lata, eles pegaram lata de extrato. Eles fizeram foi tentar suicidar, meteu a corda lá e tentou suicidar. E o besta aqui foi tentar ajudar, ao invés de deixar morrer. Fui ajudar e fiquei algemado! Animal, fiquei com raiva viu, tudo aqui é eu. Esses dias eles estavam tentando acender cigarro na lâmpada com papel e eu que me lasquei, eu que fiquei enrolado, só sobra pro besta. Só pra mim, toda vez eles me chamam lá e me enchem o saco, toda vez é eu.

Além de ser vítima de diferentes violências, no local onde Fred cumpre medida socioeducativa circula drogas, e o difícil convívio com seus pares impede-o de ter seus direitos garantidos como o de freqüentar a escola e os cultos religiosos oferecidos na instituição.

Uso de drogas, escolarização, religião e trabalho

Durante o tempo em que esteve em privação de liberdade cumprindo a medida socioeducativa, Fred teve de abdicar do uso do cigarro e de outras drogas, pois as instituições responsáveis pelo adolescente infrator só permitem o uso de drogas lícitas, como no caso das medicações com prescrição médica.

Mesmo não sendo permitido o uso de drogas, os adolescentes em privação de liberdade encontram maneiras de adquiri-las e usá-las. É o que conta Fred: “Tá vendo onde é que passa droga?³⁹ Coloca a droga aqui, tampa de novo e depois é só pegar, levar pra cela e fumar ou cheirar a droga”. Alguns dias depois desse relato, a instituição precisou intervir numa briga entre dois adolescentes. O motivo da desavença foi logo descoberto: um deles havia roubado a maconha e o cigarro do outro, itens proibidos na instituição. Fred fala sobre o ocorrido e suas consequências para além dos muros que detêm (?) os envolvidos na situação:

Acredita que fumaram o cigarro de um menino aqui? Pegaram o cigarro e a maconha dele e usaram, ele ficou muito bravo. Já é proibido entrar os trem aqui, na hora que entra, o outro vai e fuma escondido do outro, do dono? O menino falou que vai matar o que pegou as coisas dele, pra [ele] aprender a não pegar os trem dele mais. Ele está puto de raiva.

Fred se posiciona a favor da suposta vítima dessa situação, daquele que viola as regras da instituição, e tem na seqüência seus direitos violados por um de seus pares, que também cumpre a privação de liberdade. Isso, para ele, justifica a raiva sentida e as ameaças feitas, o que revela a pouca valia da vida para os adolescentes infratores e em privação de liberdade. Tudo para eles pode ser solucionado com a violência, principalmente com a eliminação definitiva do sujeito.

Escolarização

Embora o Brasil tenha um número significativo de adolescentes escolarizados, as estatísticas do SINASE⁴⁰ (2006, p. 9) merecem uma análise mais

³⁹ Fred moveu a parte superior na lateral esquerda da mesa, tirando uma peça de seu encaixe; ao ser retirada, entrevia-se um oco nessa parte da mesa. A função da peça era a de tampar o oco.

⁴⁰ “É o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a

detalhada:

[Embora] 92% da população de 12 a 17 anos esteja matriculada, 5,4% ainda são analfabetos. Entre a faixa etária de 15 a 17 anos, 80% dos adolescentes freqüentam a escola, mas somente 40% estão no nível adequado para sua faixa etária e somente 11% dos adolescentes de 14 e 15 anos concluíram o ensino fundamental.

O Brasil tem aproximadamente 0,2% de seus adolescentes entre 12 e 18 anos de idade cumprindo medidas socioeducativas. Mais da metade deles não freqüentava a escola, e 90% não tinham concluído o ensino fundamental (Murad, 2004; Rocha, 2002, apud SINASE, 2006).

No SINASE, o direito à educação é uma das preocupações no que diz respeito aos adolescentes que estejam cumprindo alguma medida socioeducativa. Desse modo, cada unidade em Goiânia que recebe o adolescente para o cumprimento de tais medidas tem uma escola em funcionamento para que se dê continuidade aos estudos desse adolescente infrator até mesmo em privação de liberdade. No caso da LA, o acompanhamento da escolarização é feito por meio de declarações encaminhadas pela escola onde o adolescente está estudando.

Embora exista escola dentro das unidades de internação do adolescente infrator na cidade de Goiânia, outros fatores podem surgir dificultando, ou até mesmo impossibilitando a freqüência dele às aulas. Fred, por exemplo, retomou os estudos enquanto esteve em privação de liberdade, mas teve de suspendê-los por um tempo porque os outros detentos não aceitavam sua presença na sala de aula.

Exposto às agressões verbais e físicas dos demais alunos, que aproveitavam esse momento para provocar Fred, xingando e jogando objetos nele, a instituição suspendeu suas aulas segundo ela no intuito de protegê-lo, até que a medida de ministrá-lo aulas em separado foi tomada. Para Fred, isso representou uma conquista: “Hum!! ...agora vou pra escola, até que enfim eles arrumaram pra eu estudar separado... Estudar separado por causa dos meninos... Melhor que lá dentro, bagunçado demais, uma xingação! Xinga eu, xinga a professora, xinga é tudo!”.

O comportamento de Fred em relação aos estudos foi assim descrito em um de seus relatórios psicossociais: “Assíduo, interessado, responsável e respeitador, possui uma excelente capacidade de assimilar os conteúdos ministrados, é bastante caprichoso na realização de suas atividades. Conseguiu

execução de medida socioeducativa. [...] Política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais” (SINASE, 2006, p. 14).

obter boas notas”. Esse comportamento, porém, não se manteve depois que ele obteve a progressão para a LA, reincidiu, foi pego e voltou a ficar em privação de liberdade. O relatório psicossocial de fevereiro de 2006 registra que Fred, embora matriculado no turno matutino da escola da instituição, “não frequenta as aulas assiduamente e, quando presente, demonstra apatia, dificuldade de socialização, desinteresse na aprendizagem e na continuidade dos estudos”.

Convém ressaltar que essa postura de Fred não se estendeu às atividades praticadas no Centro de Internação do Adolescente com Arte – oficina de arte (CIARTE), onde ele demonstrou interesse pelas técnicas oferecidas, mostrou organização quanto aos materiais utilizados nas aulas e evolução nos trabalhos manuais. Segundo Bock (1999), é na obtenção de condições de sobreviver no trabalho, na educação e em suas relações sociais com seus semelhantes que o sujeito vai se estabelecer e adquirir cultura. O desencanto de Fred parece ser significativo em relação à educação formal nessa fase de sua privação de liberdade, uma vez que seu futuro não lhe parece muito promissor. Assim sendo, adquirir cultura via estudos parece algo pouco representativo.

Mesmo dizendo ser temente a Deus, Fred não frequenta os cultos religiosos para evitar contatos com os outros internos. Este é o tema a ser tratado no próximo tópico.

A religião

Cultos religiosos de vários segmentos são oferecidos na instituição, e os adolescentes têm liberdade de escolha, podendo ou não participar deles. Apesar de ter interesse, Fred não os frequentava por preferir ficar mais distante dos outros internos, devido às desavenças provocadas por eles nesses momentos de maior proximidade. Como já foi dito, eles não mantêm um bom convívio com Fred devido à infração cometida por ele (estupro e atentado violento ao pudor).

Em suas falas, Fred demonstra acreditar que Deus, de uma maneira ou de outra, cuida dele: “Não tenho colega aqui não. Aqui dentro não tem jeito de ficar calmo não, por causa desse artigo que disseram que eu fiz. Eles ficam dando murro na gente, xingando a gente. Se fosse na rua, já tinha matado muitos lá. Às vezes Deus é bom demais”. Estar detido, nesse caso, é visto por Fred como um cuidado de Deus para consigo, pois, se ele estivesse em liberdade, teria matado muitos ao ser

por eles insultado, como tem acontecido dentro da unidade. Fred entende, assim, que Deus está cuidando dele ao providenciar e permitir que ele fique preso, impedindo-o de cometer assassinatos.

Fred verbaliza que ia com prazer à igreja quando estava em liberdade. Conta que sua mãe lhe trouxe um hinário encaminhado pela Igreja do Véu que ela freqüenta, ao que ele não teve acesso, porque não permitiram a entrada do objeto em seu alojamento. Fred acabou por contornar a situação com a ajuda de uma educadora que permitiu que ele ficasse com o hinário no alojamento, uma vez que não via nesse ato problemas para a unidade. É o que ele relata a seguir:

Aí dentro tem um hinário lá da igreja da minha mãe que mandaram pra mim, mas não deixaram entrar [risos]. Conversei com a educadora e ela falou: Me dá aí que eu passo lá pra você... Esse povo aí não deixa não. Ela pegou e passou o hinário pra mim. Mas não tem nada não, moço, papel vai matar quem? Não sei como é que eles deixaram passar...

De uma maneira ou de outra, é notório que a fé em Deus é um dos escudos usados por Fred para a sustentação da crença de que o seu dia-a-dia está traçado, ou sob os cuidados desse Deus que sabe o que faz. Não lhe cabe, portanto, como sujeito ativo, se responsabilizar por seus atos, ou mesmo refletir sobre eles. O que Fred está passando, sua privação de liberdade, é mera providência divina para conter seus impulsos. Ele não consegue entender como pode então a instituição impedir que ele tenha acesso a um dos instrumentos, o hinário, que possibilita seu contato com esse Deus. Afinal, com o hinário, ele não vai violentar e nem matar alguém.

Além do difícil convívio com os outros internos e dos problemas para freqüentar cultos religiosos, o trabalho poderia ser importante como medida socioeducativa. É o que se verá a seguir.

Trabalho

Enquanto esteve em privação de liberdade Fred aprendeu a fazer trabalhos artísticos de origami e de pintura em tela. Com o origami, ele fez objetos que chamaram a atenção pela qualidade e beleza. Esses objetos foram comercializados dentro da própria instituição, que lhe revertia o dinheiro obtido ou o encaminhava a seus pais.

De acordo com Fred, ele chegou a terceirizar parte da execução do seu trabalho artístico, encarregando outros adolescentes da dobradura das folhas e ficando com a parte do trabalho que mais gostava: a montagem, a finalização. Segundo ele, essa terceirização se devia a dois motivos: por não gostar de dobrar as folhas e por ter pena de determinados adolescentes que não recebiam visitas e nenhuma ajuda externa para aquisição de objetos de uso pessoal, como desodorante, sabonete e shampoo. “Os meninos não têm visita, tadinho, e eu não gosto de dobrar [risos]. Eles dobram, eu pago pra dobrar”.

O pagamento aos adolescentes que dobravam as folhas para que Fred pudesse fazer a montagem de origami era feito em folhas de papel. Com elas, eles podiam fazer o próprio objeto, vendê-lo e assim suprir suas necessidades. Além, é claro, de preencher o tempo, principalmente no dia das visitas, quando se sentiam angustiados por não terem ninguém que quisesse vê-los, segundo Fred.

Outra providencia da instituição em relação a preparação do adolescente para o mundo social é feita via Plano Individual de Atendimento (PIA), que é feito pela unidade para cada interno, juntamente com o próprio adolescente e com seus pais, tendo por objetivo detectar os interesses do detento e direcionar seus atendimentos na unidade. Busca-se assim prepará-lo para uma melhor inserção no convívio social ao final da medida. Observa-se que, no quesito profissionalização, a instituição pouco pôde fazer por Fred, uma vez que segundo ela, ele

deseja seguir a profissão do seu pai, que trabalha com perfuração de poços artesianos, porém não existe curso de capacitação para esta atividade. Assim [ele] será inserido apenas no curso de computação, que é oferecido nas dependências da unidade. (PIA)

As poucas experiências profissionais de Fred parecem não ter sido consideradas pela instituição para levá-lo a reflexões quanto a outras possibilidades profissionais existentes, além das praticadas por seu pai, de modo a ampliar seu leque de escolhas. Assim como Fred, a instituição parece aceitar que seu fim profissional é a perfuração de poços artesianos e o trabalho de pedreiro. Isso ocorre porque a sociedade precisa desses profissionais ou porque, como alerta Vigotski (1998), precisa ser apreendido o que está nas entrelinhas desses discursos?

Teria Fred nascido com tendências para as profissões de pedreiro e perfurador de poços artesianos, bem como para todo o seu atual modo de agir nas demais esferas da vida? Aceitar essa determinação é negar, excluir e desestimular anseios e novos planos ao sujeito colocando suas atuais experiências profissionais

como edificações sociais e individuais, pois “há sempre por trás de cada ação, pensamento ou sentimento, a base afetivo-volitiva que impulsiona o sujeito a se manifestar desta ou de outra forma. E esta base é constituída durante toda a vida deste ser, no seu sentido mais amplo” (Pereira, 2003, p. 280).

Devido à má distribuição de renda no Brasil, a preocupação com o trabalho envolve, sobretudo, a preocupação com a sobrevivência e não com as reais e desejadas escolhas profissionais, restando aos adolescentes das classes menos favorecidas – principalmente ao adolescente infrator – as atividades braçais e informais.

Privado de liberdade, Fred teve sua família – especialmente seus pais – como mediadora do seu processo de racionalização. É este aspecto que será analisado no próximo tópico.

A família: sua mediação no processo de socialização no período de privação de liberdade

Depois que as infrações de Fred vieram a público, seu genitor disse ter provas a seu favor, no intuito de tentar protegê-lo e ganhar tempo. Ele criou toda uma história sobre a existência de uma fita cassete gravada de um programa de televisão que, segundo ele, expusera imagens de um sujeito muito parecido com Fred. Esse rapaz teria sido preso na mesma época dos fatos que levaram seu filho à privação de liberdade. Segundo o genitor, uma confusão por parte dos policiais, devido à semelhança física entre os dois, poderia ser a verdadeira causa da prisão de Fred. Ele afirmou também estar disposto a fazer o que fosse preciso para ajudar seu filho: “Eu não sei, não vi o que aconteceu com ele, mas eu vou precisar da ajuda de todo mundo que puder me ajudar. Eu estou disposto a pedir ajuda! Pra eu ajudar meu filho, não tem dia nem hora. Qualquer horário, qualquer dia é dia pra mim”.

Várias foram às tentativas de obter esse material para incluí-lo como prova na defesa de Fred, mas essa fita – ou a falta dela – parece ter sido a prova de que o pai do Fred realmente estava disposto a fazer qualquer coisa para inocentá-lo, até mesmo inventar a existência de tal fita com o referido conteúdo. Afinal, se ela existisse e tivesse tal conteúdo, como é que não foi usada no processo como prova a favor de Fred? No atendimento psicoterápico, o pai de Fred afirmou:

Na fita tem a reportagem do Fred que eu não tinha visto, vi lá na tevê e a do outro camarada, agora tenho todas as duas. Eu paguei \$ 21,00 reais na produtora onde eu tirei a cópia, na TV Goiânia. 21 reais por cada uma. Eu tenho essas fitas muito bem guardadas pra ajudar ele, já que, desde que eu vi ele na DPIJ, ele falou que não fez isso. Também, mesmo os horários que falam que ele fez isso não dava certo.

Essa fita, entretanto, jamais foi anexada ao processo. Até mesmo o juiz do JIJ providenciou um motorista, em plena audiência, para levar o pai de Fred em casa para pegá-la. Ele retornou à audiência alegando não ter encontrado a fita em casa, mas que a entregaria em breve ao juiz, pois ela estava muito bem escondida, provavelmente na casa de uma irmã sua.

O empenho da família para encobrir os atos uns dos outros se revela na fala do Fred em relação às provas prometidas por seu genitor ao juiz, para tentar inocentá-lo:

Sei lá, eu nunca vi essa fita não. Hum! Sei lá, acho que o pai não tinha precisão de mentir não. Hum, sei lá! Eu não sei, mas lá em casa ela não está não. Minha mãe sabe de tudo, dos esconderijos lá de casa tudo, uai. E ela disse que a fita não está lá em casa não; se tivesse, ela sabia Ela sabe de todos os esconderijo de lá. Ah, você está por fora [risos]. Sei lá, aqueles dois lá, eles são mala! Eles vão escondendo os trem deles [risos].

Fred afirma que seu pai não precisa mentir em relação a tal fita, que em momento algum apareceu, e que tanto seu pai quanto sua mãe são “malas”. Para justificar sua fala, ele se corrige dizendo que eles são “malas”, mas no bom sentido (ou quem sabe por uma boa causa?!). Na fala a seguir, isso fica claro:

Meu pai vai querer levar a prova, [ele] sabe que eu emprestei a arma pro cara. Tem uma pessoa que sabe disso, porque no dia que eu emprestei [a arma] pra ele, ele foi lá na casa do cara falar de revólver pro outro lá. Aí o cara viu a arma, tomou dele e me devolveu. Eu fui parar?! Eu fiquei com a arma e emprestei de novo pra mesma pessoa [risos] ...É burrice demais!. Ele era muito amigo, vivia mais eu. Ele era uma pessoa [em] que eu confiava... [silêncio].

O envolvimento, o empenho e a cumplicidade familiar foram percebidos também pela presença dos pais de Fred desde o dia em que ele foi detido e privado de sua liberdade. Eles compareceram a todas as visitas permitidas pela instituição. Quando por algum motivo um deles não ia, o outro se fazia presente. Em relação à privação de liberdade do filho e às suas infrações, os pais de Fred nada diziam.

Após a publicização da violência sexual cometida, a família demonstrou a

princípio que o acolhimento a Fred, independentemente de suas ações, superava qualquer outro sentimento. Em sua fala, o adolescente-autor reconhece que essa aceitação foi abalada quando houve reincidência da violência sexual, no período em que esteve em LA. Esse abalo se expressou inicialmente por meio da ausência física do pai nas visitas realizadas depois de Fred ter sido capturado pela polícia. Posteriormente, o pai voltou a comparecer às visitas, que eram marcadas por silêncio ou por respostas monossilábicas. Isso desencadeou em Fred um sentimento de culpa e uma tentativa de justificar a atitude dos pais: “Minha mãe, ela tem o pé firme, né, vai trabalhar e ainda vem pra cá. Eu acho que minha mãe é doida [...] se fosse eu, não vinha me visitar não. Sei lá. Três vezes já é difícil né, usar a burrice três vezes! Não é inteligência não, burro velho!”.

Até mesmo o próprio Fred se condena por ter reincidido, alegando que repetir três vezes o mesmo erro não é um ato inteligente. Sua fala não demonstra arrependimento pela infração em si, mas sim uma real preocupação com o desgaste na relação com seu pai, que se tornou distante, menos participativo e menos acolhedor. Isso fica claro em sua fala:

O pai está triste, está diferente comigo, não está do mesmo jeito não! Está estranho, o velho não está do mesmo jeito que ele era. Ele estava de outro jeito, sei lá, dava mais incentivo. Agora está diferente demais, não veio falar com a gente, está todo estranho o velho... Só fica calado; só conversa se a gente perguntar as coisas.

Numa tentativa de entender esse afastamento, Fred verbaliza que não teria essa paciência e disposição que seus pais vêm demonstrando para com ele, comparecendo a todas as visitas permitidas pela instituição. Ele se comove ao relatar a possibilidade de ser visitado por outros parentes: “Minhas tias vêm lá de São Paulo. Vem sábado, vem me ver. Vem minha tia, uma prima e uma outra. São da parte do meu pai. Avó e tia vêm lá de São Paulo, talvez eu vou pra casa dela lá em São Paulo. Não é besteira estar preso de novo?”.

Como que reconhecendo e justificando o carinho, atenção e apoio dispensado por todos os familiares, Fred frisa que estar preso novamente é uma besteira e uma decepção para todos. Ele sempre se manifesta assim quando se refere aos efeitos que a reincidência provocou na sua esfera familiar. Em relação à infração em si, ele não comenta; no máximo, diz que aquilo (a violência sexual) é uma armação dos policiais para prejudicá-lo. A fala a seguir é bem esclarecedora:

Agora eu quero ver quem é que vai confiar em mim, ninguém confia. Até meu pai parece que não está confiando. Mas ele não tinha motivo pra confiar não... Se eu tivesse no lugar deles, eu acho que nem vinha visitar. Ele ajudou demais, igual ele ajudou lá no dia lá. Agora não dá nem dois meses e eu volto de novo, difícil né?

Em cada visita ao adolescente infrator a instituição permite a entrada de duas pessoas. Mesmo sabendo disso, Fred ressentia-se da ausência dos irmãos nessas visitas. Sabe que o Junior, o irmão mais novo, não pode visitá-lo, mas sente sua falta e chora por isso. O João, de uma maneira ou outra, segundo Fred demonstra que o ama; porém Juca, o irmão mais velho que ele tem como ídolo e referência, não se importa com ele, demonstrando falta de sentimentos, de atenção e carinho, pois, se ele não pode estar fisicamente presente nas visitas, poderia se manifestar de outras maneiras, o que não foi feito:

O João, aquele ali vou te falar, aquele lá é um anjo! Aquele lá é o irmão que mais parece que gosta de mim, é o que mais demonstra que gosta de mim, os outros não. O Junior é criança, estava lá chorando em casa de saudade [risos]. O Juca nunca nem ligou, nem deu notícia não; ele mora lá pra outros lados.

A importância da convivência familiar pode ser observada num relato de Fred sobre um contato por telefone e depois pessoalmente com seus parentes para matar a saudade. Na ocasião em que revê uma prima, ele faz comparações entre os comportamentos rebeldes de ambos:

Depois que saímos do juizado, nós paramos no orelhão e ligamos pra casa da minha tia. Ela quase pulou de alegria, tadinha... Aí nós fomos no outro dia ver ela e minha avó estava lá. Tinha mais uma prima minha custosa, ganhou nenê esses dias. Tadinha, ela é bonita e novinha e ganhou nenê. Tadinha, credo! Nem casada é ainda, se tiver muito tem 16 anos. Inteligente que só, ela já fez curso pra modelo de tanto que ela é bonita, é bonita demais. Tem futuro, mas ela não pensa, deu trabalho igual eu para os pais. Eu dei trabalho igual ela. É agora parece que ela está igual eu, quieta.

Em torno do diálogo familiar muitas vezes se criam mistérios. Se o intuito é de proteger e poupar os filhos, não se leva às vezes em consideração que esse mistério não os impede de entrar em contato com os fatos omitidos. Os filhos fazem suas leituras dos acontecimentos, muitas vezes contrárias a que seus pais fazem e pretendem com determinados comportamentos.

O sentimento de pertencer à família faz com que Fred, mesmo sem ser colocado a par do que está acontecendo em relação à saúde de sua mãe, fique

inquieto, agoniado e se sinta excluído até mesmo dos fatos familiares. Ele atribui essa exclusão à instituição onde se encontra e não a seus genitores, que lhe omitem a situação. Sempre que surge um fato que Fred julga errado, ele culpabiliza um terceiro, negando sempre a implicação do real envolvido. Mesmo em privação de liberdade, sua fala demonstra o desejo de querer estar envolvido nos acontecimentos familiares, apesar deles já terem ocorrido:

Minha mãe está internada, está sabendo? Estava internada, já deve ter saído já. Não sei o motivo, sei lá, ela fez um trem lá, uma cirurgia lá, não sei o que é não. Eu não sei do que é a cirurgia, eles não falam, ela ficou internada segunda-feira sem ser dessa semana, da outra. Eu não sabia, meu pai não falou pra mim, ele é doido... Esse povo aí também não fala! Eles devem saber, meu pai trouxe um atestado porque eu queria ir lá em casa ver ela. Tem duas visitas que ela não vem. A cirurgia foi de surpresa, ela vai ficar um mês sem trabalhar, sem poder fazer nada.

Fred, em sua fala, demonstra como alguns assuntos dentro de sua família tentam ficar na esfera do segredo ou como se nada estivesse acontecendo, por mais que em determinado momento eles venham à tona e revelem os fatos e a vivência familiar. É o caso, por exemplo, do seu sumiço de casa, sem qualquer explicação. Pouco tempo depois, ele reencontra, em um clube de lazer, sua cunhada e os irmãos Júnior e João, por várias vezes e em diferentes dias. Nesses encontros, a relação deles parece normal: eles bebem, brincam, conversam e se divertem. Na hora de ir embora, cada um toma seu rumo. Agem como se fosse comum na sociedade que um adolescente suma de casa, deixando a família sem explicação, sem notícias de seu paradeiro. Fred argumenta que seus pais sabiam que ele estava bem, pois estavam cientes desses encontros deles no clube. Essa anormalidade parece ser a realidade familiar de Fred.

Peres e Sousa (2002) defendem que, para sua sobrevivência e continuidade, a família providencia um meio particular e muito próprio de manter-se viva. Negar os acontecimentos, eximindo-se de enfrentá-los e confundindo a função dos membros familiares, parece ter sido uma das saídas encontradas pela família de Fred para mantê-la viva.

Convém ressaltar que, no processo do desenvolvimento humano, a família é fundamental, pois é o berço das primeiras experiências do sujeito que vai aprendendo com ela a se ver e se colocar no mundo. E é a partir dessa visão que o sujeito também olha para o seu semelhante. Participar desse processo sócio-histórico é desenvolver-se de modo saudável ou não.

Ao progredir da privação de liberdade para a medida de LA, Fred vivencia novas intercorrências que irão marcar seu processo de socialização. É este o tema do tópico a seguir.

A liberdade assistida na socialização de Fred

Em abril de 2005, a medida socioeducativa de internação provisória – privação de liberdade – foi substituída pela LA, a ser cumprida por seis meses. No decorrer desse período, seria feita uma nova análise com o fim de estendê-la ou extingui-la. A análise se pautaria no comprometimento feito por Fred junto ao juiz de continuar os atendimentos psicoterápicos e de cumprir os seguintes itens determinados pela promotoria:

Obedecer a seus pais, freqüentar a escola com aproveitamento, não andar em más companhias, não freqüentar bares e casas noturnas, não ingerir bebida alcoólica e nem substâncias tóxicas, não praticar outros atos infracionais e cumprir as determinações da equipe de LA. (Processo/prontuário)

No primeiro atendimento psicoterápico⁴¹ ocorrido depois que Fred saiu em LA, sua fala refletia entusiasmo pela correria a que estava sendo submetido para agilizar e reorganizar a vida de acordo com as recomendações feitas pelo juiz e pela promotoria: “Estou te falando: desde o dia que cheguei em casa, não parei mais, chego de noite e volto pra rua de novo. Durmo, acordo e volto pra rua de novo, nem almoço! Uê,... almoçar na rua andando? Moço está uma correria braba”.

O convívio com os pares depois que Fred saiu de LA foi, segundo ele, muito tranquilo. Eles o procuraram diversas vezes em sua casa, embora ele não estivesse tendo tempo de parar em casa devido às providências que deveria tomar para organizar a vida de acordo com as recomendações do Juizado:

Lá no bairro foi do mesmo jeito com o pessoal, a mesma coisa, não mudou nada... Não mudou nada... Os amigos já foram lá me ver. Muitos deles, os bons e os ruins... [risos]. Eles já tinham ido lá umas quatro vezes, mas só que eu não tive tempo. Eu não paro em casa,

⁴¹ Os atendimentos psicoterápicos após a LA não duraram dois meses; sofreram uma interrupção em julho, por ser mês de férias escolares e pelo fato de que o local onde ele era atendido estaria fechado. Estabeleceu-se, então, com Fred e seu genitor, que estava presente no atendimento psicoterápico, o retorno para a primeira semana do mês de agosto do ano em curso.

correndo atrás das coisas. Eu e meu pai...

A fala de Fred revela sua capacidade de diferenciar, no tocante às amizades, o que vem a ser bom ou ruim, embora não se desvencilhe dos ruins, mesmo com as recomendações do JIJ e de seus pais. Ao mencionar que foi procurado tanto pelos “bons” quanto pelos “ruins”, ele demonstra com seu riso o prazer sentido nesse elo, nessa procura. Cabral (2003, p. 88), em sua pesquisa com adolescentes em LA, destaca que

o contato, nessa fase, com uma realidade diferente, um mundo de novas possibilidades, novos afetos, novas conquistas, novos prazeres, que os teria tirado da pretensa “normalidade” da rotina e de uma vida que, na verdade, era de certa forma desprovida de maiores emoções.

O prazer e as novas possibilidades de contato com os “maus amigos” parecem ser também reais para Fred, que inúmeras vezes saiu de casa para viver em companhia desses ditos “maus amigos”. Essas novas conquistas apontadas pela autora aconteceram para Fred por intermédio dos amigos que lhe providenciaram além de moradia e drogas, um trabalho, experiência que tivera anteriormente apenas auxiliando seu pai nos trabalhos de pedreiro e sondador.

Na categoria “trabalho”, observa-se novamente o fenômeno de Fred responsabilizar um terceiro pelos atos e conseqüências das suas infrações cometidas. A cidade de Goiânia e as más companhias, por exemplo, aparecem como culpadas pela situação em que Fred se encontra: “Essa Goiânia velha não presta não. Ficar em Goiânia não vai prestar não, tenho que sair dessa cidade. Em outro lugar vou prestar... É, só assim saio das más companhias!”. E, na tentativa de mudar de rumo na vida – pelo menos em termos geográficos –, Fred foi morar na casa de um tio no interior do estado, onde teve a experiência de trabalhar com plantações: “Virar pião [risos], eu acho bom. Já trabalhei na roça feito um condenado já, hum!”. Sem maiores reflexões, essa condenação não significa privação de liberdade, mas o duro trabalho na roça. Essa fala revela sua experiência no trabalho:

Quando eu estava de LA, quando eu saí da cela, eu fui lá pro interior ficar quieto lá na casa do tio. Um tal de Lima, ele arrumava os trem pra mim trabalhar. Tinha dia que eu ganhava quinze reais por dia, tinha dia que ganhava era doze, tinha dia que era trinta e eu ia sempre que ele arrumava. Lá eu estava tranqüilo, tinha mês que eu tirava quatrocentos reais.

Depois de uma história de miséria e fome, o fato de poder receber

quatrocentos reais por mês com o próprio trabalho parece impedir o raciocínio crítico das circunstâncias em que essa realidade se efetiva, mesmo que ela seja verbalizada: “Já trabalhei na roça feito um condenado”. Percebe-se que, quanto menos se tem mais se agradece pelo pouco que aparece. Desse modo, acostuma-se a viver com o pouco/mínimo oferecido, com a condenação decretada.

Trabalhava com meu pai, aí arrumei dinheiro e aí falei pro meu pai que eu queria ir para o interior. Aí ele falou pra eu ir pra casa da mãe dele. Fui pra casa da minha avó, mas não fiquei muito tempo porque não agüentei a bagunça do meu tio que mora com ela, então vim embora de novo.

Como já foi mencionado, Fred, quando estava em privação de liberdade, trabalhou com a técnica de origami. Ao progredir para LA, passou a montar em casa algumas peças. Seu irmão Júnior, que acompanhava o processo de montagem do início ao fim, demonstrou encantamento e muito interesse na técnica das dobraduras, assim como a cunhada do Fred, que queria inclusive uma das obras: “A Nelma tá doidinha; minha cunhada fala: Faz um desse pra mim!”.

Estudar seria uma atividade que Fred deveria levar avante enquanto estivesse em LA. Na verdade, ele apenas efetivou a matrícula como expressa em sua fala: “Já estou matriculado e as aulas vão começar, parece que é em agosto, ainda daqui um mês. Já está de férias lá. Eu vou estudar de noite. Só tem à noite. Caçou [um curso matutino], caçou, mas não arrumou não”.

A possibilidade de continuar seus estudos, depois de ter conseguido concluir a 5ª série e fazer computação, é verbalizada por Fred com entusiasmo:

Hoje era pra mim fazer o curso de computação, mas estou enrolado, ainda tenho que ir lá no Juizado. Hoje tinha que vir aqui e ir arrumar o dente... Estou achando tudo uma boa, a mãe foi lá no colégio agora levar os materiais que vai precisar lá, foi ver se compra o uniforme. Ontem fui lá [no CIA] buscar o quadro que eu fiz e meu histórico.

Todos os planos redundaram em fracasso. Os cursos se restringiram a inscrições, pois não chegaram nem mesmo a serem iniciados. Fred saiu de casa e passou a tomar conta de sua liberdade, descumprindo assim o que fora acordado em juízo. A LA de Fred durou pouco.⁴² Na segunda semana de agosto de 2005, ele foi

⁴² Na data combinada para o retorno aos atendimentos, Fred não compareceu. As tentativas de entrar em contato com ele e sua família foram em vão. O CIA foi então avisado de tais fatos. O pai dele informou que estava tudo bem, que ele estava seguindo as orientações do juiz – um relato contraditório ao de Fred depois de retornar à instituição por ter cometido uma nova infração: “Depois

detido novamente pela polícia e levado para o CIP sob a acusação de ter cometido novamente os atos tipificados nas infrações 213 e 214 do CPB e por porte ilegal de arma.

Ao narrar o período antes de ser novamente detido, o arrependimento aparece novamente na sua fala, não pelas infrações cometidas, pois estas ele não assume, mas por não ter ouvido seu pai e por ter preferido o convívio com os “maus” amigos:

Meu pai falava quando eu ia em casa dormir: “Fred, toma cuidado, não vai emanar [irmanar] de novo não”. E eu não dava nem moral e ficava nessa, brigando, brigando, brigando. Foi indo foi [...] eu saí de casa, com raiva, raiva besta né, porque muito [melhor] eu apanhar lá em casa ou ouvir do meu pai, assim eu não estava aqui.

Para fugir dos conflitos, cobranças e chantagens emocionais que seu pai, depois de embriagado, lhe fazia, Fred resolve sair de casa:

O pai [ficava] brigando comigo, eu saía de vez em quando pra ir lá ver a outra, [a namorada] aí ele achava ruim. Falava que se ela quisesse me ver tinha que ir lá em casa. Brigando, falava pra eu tomar vergonha na cara; que, se acontecesse alguma coisa comigo, ele não estava nem aí mais, não estava mais preocupado comigo. Ficava jogando na cara o que ele tinha feito por mim. Falava bêbado, enchendo o saco.

Segundo Fred, o que o impulsionou a sair novamente de sua casa, no período em que estava cumprindo a LA, e retomar o convívio com os seus ditos “maus” amigos foi o descontentamento em face do comportamento do seu pai. Por isso, ele foi para a rua onde voltou a agir por conta própria: “Tomava cachaça, saía da minha casa lá... Mas tinha a casa lá dos meninos, maior alegria, aí ficava bobo alegre. Na realidade, eu comecei ‘emanar’ [irmanar] com eles, sair de novo, beber, fumar, [e me] drogar”.

Responsabilizar um terceiro pelas infrações cometidas e pela postura tomada diante da vida é uma constante na fala dos autores de atos infracionais, conforme observou Cabral (2003). Na tentativa de se livrar da culpa de seus atos, Fred acusa o pai por ter retornado às ruas e às “más” companhias:

Saí de casa por causa de bagunça do meu pai. Enchendo o saco, de pinga dele lá. ...resolvi fumar logo também. ...Hum! Fica violento e enche o saco demais. ...só conversa pela bunda! [risos]. Fala bosta,

que eu saí e voltei de novo, meu pai num queria nem vir aqui. Coitado, só quinta feira ele veio [silêncio]”.

[risos], fala coisa que não deve. Fica xingando toda hora, falando... O que ele mais gosta de xingar é desgraça. Ô desgraça ruim, não estou nem aí... [risos a ponto de não dar conta de continuar a frase]... Des... [risos]... Des... [risos]... Des... desgraça [risos], que merda.... [silêncio].

Imputar a outro a culpa pelos seus atos parece impedi-lo de entrar em contato consigo mesmo e com as conseqüências de tais atos. Fred não consegue conter o riso ao expor o que vivenciou em sua casa. Estaria ele debochando da situação ou usando o riso para amenizar a realidade? Quando consegue conter o riso, demonstra um movimento de introspecção, recolhendo-se no próprio silêncio:

Usava droga, fazia bagunça, andava à toa, ia pras festas. Perdi o celular que a mãe comprou pra mim. Ela está brava, é tanta bagunça! Não valeu a pena à bagunça, por isso é que eu não quero sair daqui [CIP] tão cedo. Quero ir pra uma clínica, quero mudar minha cabeça. Está doído!

Como não consegue se conter e se torna reincidente, Fred perde constantemente o direito de estar em liberdade. Diante disso, tenta assumir uma suposta insanidade mental como pressuposto para pedir encaminhamento a uma clínica psiquiátrica. Ao lamentar por estar novamente em privação de liberdade, Fred revela como sua família perdeu o controle sobre ele e escondeu seu retorno às ruas da equipe da LA responsável pelo seu acompanhamento:

Fazer o quê, né? Agora é lutar de novo pra sair. Está muito difícil! Está difícil. Eu fui de novo pra rua... Sei lá, eu saí de casa um dia lá, com raiva, um dia de sábado, fui pra festa com raiva. Foi nesse dia que eu não voltei mais pra casa, não fui mais embora. Eu fui pra noite, a Sued, minha namorada, e meu pai ligaram pra mim. Uma e meia da madrugada, mais ou menos, [ele] ligou pra mim e falou: “Vem embora, vem embora, três horas eu quero você aqui em casa”. Falei, está bom, desliguei o celular. Queria ver, ninguém ligava mais pra mim, nem lembrei mais de telefone.

Assim, Fred encontrou motivos para justificar como foi se desligando tanto dos seus compromissos e das responsabilidades judiciais assumidas com a assinatura do termo de progressão para a LA quanto dos laços familiares. E se entregou cada vez mais ao convívio de seus pares. Estava, dessa forma, preparado o terreno para a reincidência.

Terceira privação de liberdade

Em agosto de 2005, um dia depois de completar quinze anos de idade, Fred é detido pela terceira vez e acusado de novo estupro e atentado violento ao pudor, sendo a vítima dessa vez uma adolescente. Ele narra assim o episódio:

Fui preso, não voltei pra casa não. Eu tinha pensado em voltar no dia do meu aniversário, que foi um dia antes de ser preso. No dia do meu aniversário, eu tinha arrumado meus trem todinho pra voltar pra casa. Aí os meninos vieram me chamar pra ir na festa, o bestão ainda foi, aí foi quando aconteceu o fato. Peguei o revólver emprestado com os meninos. As 21h30min, eu desci lá nos meninos, fiquei até de madrugada. Sábado eu peguei o revólver. No domingo eu fui lá na casa levar ela, a namorada. [Era] meia-noite e voltei quase uma hora. Eles me pegaram foi na noite de domingo pra segunda. Só sei que [no] dia 15 [é] que eu fui preso, meu aniversário foi dia 14.

Fred foi detido, quando estava em LA, sob a acusação de ter cometido a sétima violência sexual. No dia da sua oitava estavam presentes na sala a promotora, seus pais, dois representantes do CIA, a psicóloga/pesquisadora que o atendia pelo Programa Repondo e um policial posicionado na porta da sala.

Nessa audiência, ele pediu à promotora para que lhe fossem retiradas as algemas. Como ela se negou a atender à solicitação, ele começou a falar alto e de forma insistente com ela. Em resposta, a promotora bateu fortemente na mesa e falou mais alto que ele e em tom autoritário, deixando claro que quem mandava ali era ela e que ele a respeitasse. Em seguida, ordenou ao policial que o recolhesse à cela.

Ao ouvir que seria retirado da sala da oitava e encaminhado à cela, Fred mudou de atitude de forma rápida, reveladora e espantosa: de leão em ataque transformou-se em gatinho recém nascido miando pedindo ajuda. Mudou o tom de voz, passou a falar bem baixo, pedindo desculpas e suplicando que ela o deixasse ali na audiência. Ele era nítida e assustadoramente outro, talvez o “outro” a que ele tanto se referiu em todos os momentos em que foi apontado como autor das violências sexuais. Esse “outro” parece existir, se bem que ambos formem uma só pessoa. É a dualidade do ser humano e a coexistência dentro de si do bom e do mau.

Como a promotora não atendeu ao pedido de Fred, ele começou a chorar. Ao ser conduzido pelo policial, passou na frente de sua mãe – que estava sentada na mesma fileira, três cadeiras depois dele – em silêncio e sem lhe dirigir o olhar.

Quando, porém, chegou perto de seu pai – que estava sentado em outra fila na outra extremidade, próximo ao corredor –, Fred se jogou sobre ele e, num ato de aconchego, encaixou-se nele e enrolou-se no seu pescoço chorando e falando que o amava repetidas vezes. Depois de alguns minutos nessa cena, o policial o puxou pelo braço para que ele pudesse fisicamente afastar-se do pai e seguir para a cela. Fred encaminhou-se à cela em meio a choros e várias declarações de amor ao pai que esteve estático durante a cena. Quando Fred estava quase chegando à porta, virou-se, olhou na direção de sua mãe e disse uma única vez: “Mãe eu amo você também”.

A oitiva prosseguiu sem a presença de Fred. A promotora se voltou para os pais dele e comunicou que não via outra saída – até mesmo para a própria proteção dele –, senão a de pedir novamente sua privação de liberdade.

Ao justificar o seu comportamento na oitiva, Fred atribuiu-o à dor física que estava sentindo, causado pela algema, nada mais, porém fica claro sua baixa resistência a frustração:

Eu ficava grilado demais por causa do braço, era até esse aqui que tem esse caroço [mostrou o braço]. Mas ela não chegou lá falando, pagando sapo pra mim?! Ela brigou comigo. E eu xinguei lá?! Não lembro, eu não, eu xinguei o quê lá? [risos]. Eu num lembro não, é sério! [risos]. Tinha fumado antes e tava dormente nada, o braço estava doendo! [risos]. E por que ela não tira, [se] o juiz tira a algema? [risos] Eu não ia fazer nada.

Posteriormente ele contou que o policial que o conduziu de volta à cela criticou seu comportamento, chamando-o de besta pela maneira como havia se comportado, pois, se ele tivesse ficado quieto, a promotora o teria atendido, pois naquele dia estava boazinha (não por ser um direito garantido ao adolescente infrator pelo ECA): “Boazinha, daquele jeito? Falando daquele jeito lá comigo? [risos]. Deus me livre, e se tivesse ruim?”.

Mesmo diante das evidências e comentários sobre seu comportamento, Fred não assume que cometeu desrespeito a uma autoridade:

Eu não aprontei nada lá no juizado com a promotora... Só briguei lá com ela. Uai, mas ela veio pagando sapo, ela nem sabia o que estava acontecendo! Eu nem entrei na sala [e] ela não foi brigando comigo?! Não foi não?! Hum, rapaz! [risos]. Então eu tava nervoso demais que nem enxerguei nada. Eu que comecei a brigar?! Foi nada, moço, ela que brigou comigo, ela foi falando: Não foi você que estava chorando aquele dia, que queria ir embora? Queria não sei que lá, que não era

você que tinha feito isso, não tinha feito aquilo [risos]. Não foi assim que ela falou?

Convém ressaltar que a promotora, diferentemente da família de Fred, o enfrentou e questionou sua conduta. Ele, porém, não admitiu essa postura, ignorando o papel e a autoridade da promotora enfrentando e atacando-a verbalmente. Ela assumiu seu papel de autoridade e exigiu nova postura de Fred, que, tentando intimidá-la, falou mais alto e insistiu para que a algema lhe fosse retirada. A promotora, entretanto, o enfrentou, mantendo a decisão que o contrariava.

Segundo Peres e Sousa (2002), existe um conluio dentro das famílias, para que elas subsistam, o que faz com que elas fechem os olhos às rebeldias cometidas por qualquer um de seus membros, na ilusão de assim permanecerem estruturadas. Fred parece ter tentado manter na oitiva o mesmo comportamento que apresenta no ambiente familiar. Entretanto, como nesse caso não há necessidade de conluio, a promotora cientificou Fred da existência de uma nova realidade, questionando, confrontando e punindo-o por seu comportamento inadequado, pelo desrespeito e pela indisciplina, algo que parece não ter sido feito pela família enquanto ele estava de LA.

Depois que Fred retornou à instituição onde passou a cumprir novamente a medida socioeducativa de internação, ele demonstrou estar preocupado com sua situação, principalmente por não acreditar que lhe seria dada uma nova oportunidade. Ele questionou então a possibilidade de ter novamente a LA, é o que deixa claro em sua fala:

Estou perguntando o que você acha, se eu devo ficar aqui ou não. Eu penso que não, né? Eu devo ir embora. ...Não devo ficar aqui mais não. Sei lá, eu devo ir embora porque eu estou mudado da minha cabeça. Mudou tanto trem, maneira de pensar. Pensava em sair e roubar, em fazer isso, fazer aquilo e agora não penso mais isso. Da outra vez que eu falava que não pensava isso mais, eu só falava, mas pensava! Hum, não pensava... falava porque eu estava com vontade de ir embora... Agora eu mudei mesmo. Agora é que muda as coisas. Não estou preocupado não, vou é fazer doideira já.

O desespero de Fred em relação à sua atual situação acaba por revelar como ele simulava atitudes para conseguir anteriormente a liberdade. Sua fala é contraditória: ao mesmo tempo em que diz ter mudado realmente, ele já afirma que não está preocupado e que vai agir por conta própria, fazendo “doideira”. Em sua concepção, a instituição é lenta e não se movimenta em seu benefício. Quem sabe,

mostrando-se insano, ele não conseguiria ser encaminhado a uma clínica psiquiátrica? Em sua fala, essa intenção fica evidente:

Esse povo é esperto, eles pegam o mais fácil. Esse povinho aí não corre atrás de nada pra gente... [raiva] Não estou dormindo direito. hum! Agora não estou dormindo mais não... sono doido. Lá no alojamento dá pra dormir à tarde senão [de noite] os meninos botam mutuca⁴³ na gente. Eu fico só acordado, não sou bobo [risos]. De dia, a gente pode dormir, agora não pode dormir é de noite, de noite as lâmpadas estão acesas...

Fred sabe que agora precisa aprender a cultivar a virtude da paciência, para poder suportar a privação de liberdade: “Não tenho paciência com nada, com nadinha. Qualquer coisa eu enfezo já e largo de mão. Agora aqui tem que ter paciência. Isso não é vida pra ninguém não, moço; roubar não dá certo também não. Uma hora você morre, não dá certo não”.

Ao falar sobre roubo, Fred comenta sobre a comunicação existente nas instituições de atendimento ao adolescente infrator. Os internos ficam sabendo de acontecimentos externos, intra-instituições e internos. Assim ele relata sobre um amigo seu que acabou de ser preso por roubo:

Você lembra daquele menino que tem um apelido porque é feio que dói? Eu falei dele pra você. Ele está preso aí, estava roubando tacógrafo. Ele não está aqui não, mas eu estou sabendo disso, ele está preso também, sabia que daqui uns dias ele vinha! Deve está lá no sétimo. Falou na televisão que ele é viciado em roubar tacógrafo, uma peça que tem em caminhão e em ônibus. Sabe o velocímetro? Ele fica do lado daquilo lá, só pra marcar no papel o tanto que o carro está correndo, só empresa tem isso. A vantagem de roubar isso é que é caro! Tem comprador, ele já tem os compradores. Ele era meu amigo, pelo menos dizia que era, né?!?

Fred, ao apontar seus amigos, coloca em xeque tais amizades, parecendo já não ter tanta certeza dessas afeições. Ele revela que entre os adolescentes existe uma rigorosa lei formulada e executada por eles mesmos para resolverem suas pendências:

Depois morre aí e não sabe nem por que. Igualzinho o fulano que ficou aí atentando o outro menino que também estava preso, batendo na cara dele. Quando ele saiu, picou [disparou] cinco tiros na cara do que

⁴³ Segundo Fred, mutuca “é um trem lá que eles acendem na lâmpada, aquelas lâmpadas pequenininhas assim. Enrola o papel higiênico e acende. Chama Tereza, aí coloca na gente, fica igual mutuca, pega e queima. O trem vai queimando e queima a gente. Acende aí, sai fogo... [silêncio]... e queima a gente”.

ficava batendo nele, morreu! Ninguém nem sabe que foi esse menino. Ele está aí de novo! Ele saiu, matou o outro e voltou, voltou preso de novo. Ninguém sabe porque ele não foi preso por essa morte, foi preso por outro motivo.

Sujeitar-se em um primeiro momento às situações de violência, para ter a possibilidade de se vingar, tem sido revelado nas falas de Fred como um comportamento comum entre os adolescentes infratores. Não há diálogo. Não resta outra possibilidade que não seja a de eliminar, destituir o sujeito de sua condição humana, coisificando-o e descartando-o. Entre eles a vida pouco ou nada vale, a violência é combatida com a própria violência.

O próximo tópico analisa as dimensões subjetivas no processo de socialização vivenciado por Fred.

Dimensões subjetivas no processo de socialização de Fred

Vida afetiva e sexualidade

Independente de onde o sujeito se encontre, sua afetividade e sexualidade vão sempre se manifestar, uma vez que elas são inerentes a ele e uma das vias de sua comunicação com o outro, com a vida, com o mundo e consigo mesmo. Fred expressou sua afetividade e sexualidade de diversas maneiras, como constata na fala a seguir:

Moço, está doido, estou feio demais. Quando olho naquele espelho dá até descrença. Se eu perdi as namoradas, agora?! Sei lá, perde nada; saindo, arruma mais. Arruma só que não quero dez mais não, dá trabalho demais, moço! Hum! Moço, toda hora tem que brigar com uma, brigar com outra. Por que as brigas?! Sei lá... não dá nem pra entender direito, doideira demais moço ...[silêncio].

Mesmo tendo namorada, no período em que ficou em privação de liberdade, ela não o visitou na instituição. Quando Fred saiu de LA, segundo sua fala ela e algumas amigas foram vê-lo em casa. Ele narrou à visita da seguinte maneira:

A namorada, foi lá ontem, ...aquela imbira [*abaixa a voz*], imbira ... [mulher enjoada]. Ela é enjoada, enjoada, uai, enjoada! ...Tudo que conversa ela acha ruim, não pode fazer nada... acha tudo ruim. O que eu quero fazer?! Eu?! Agora não quero fazer mais nada!! ...Agora

quem não quer é eu! ...O que ela não quis, se quiser, agora não quero também mais não.

De acordo com as normas da instituição onde Fred cumpre a privação de liberdade, apenas três pessoas podem visitá-lo semanalmente. Com exceção de uma única visita, seus pais é que sempre se faziam presentes. Tal fato não foi mencionado por Fred até o momento em que foi visitado por sua namorada e algumas amigas quando esteve de LA. Esse fato parece tê-lo incomodado e marcado:

Foi lá ela e mais quatro meninas, três, tudo minha amiga. Retomar o namoro?! Hum, estou falando que não quero. Falei que eu não queria, mais aquelas imbiras lá do setor, não quero não, moço! Ela não falou nada não, ela nem me chamou também, nem eu também chamei e nem vou chamar. A gente era namorado, era uai! [*levanta o tom de voz*] Mas ela não vai chegar em mim não?! Quando ela chegar, eu vou tirar uai! Se ela vier me beijar, eu não vou beijar; se ela vier abraçar, eu não deixo! [*risos*].

Para Fred, punir a namorada por sua ausência no período em que esteve privado de liberdade é não dar continuidade ao relacionamento:

Se ela está pensando que continua namorando, eu não sei... Mas está terminado uai, precisa falar? Lógico que está. Se eu estava preso e ela não foi me ver, está terminado [*tom de indignação*] ...Uai, ela não tem interesse por mim! Mas, rapaz, aquilo lá é mala, moço; aquilo lá não é esse namoro social não!!

Mesmo não considerando que o namoro era do “tipo social” – sério, quieto, dentro de casa, com uma garota bem-arrumada, que lhe tivesse sido apresentada por colegas ou conhecida na escola –, Fred manifesta que ficou ressentido, se sentiu desprezado e abandonado pela garota. Na fala a seguir, Fred expressa a distinção que faz entre os tipos de relacionamentos afetivos e sexuais, expondo o que pensa sobre as garotas que se relacionam com mais de um garoto e sobre aquelas que são sérias e comprometidas, que namoram apenas um garoto de cada vez, sem bagunça:

Suja uai, tem muitas maneiras de ser suja, no jeito de vestir, de andar, de namorar, diferente do social [...] o jeito de vestir, o jeito de pensar também é social. Mas, rapaz, você acha que aquilo ali fica só com um? ...Só com uma pessoa?! Social, por exemplo, se você vai namorar sério, você vai namorar só com um. Isso é social, é namorar social; namoro social é desse jeito. Quando não é desse jeito, quando não namora só com um é... sei lá esse namoro não sei como é que fala.

Namoro solto, sei não! Namoro liberal. Não entendo isso não, me livra, estou fora, só arrumo bagunça.

Quando o namoro é liberal, segundo Fred, as meninas são avançadas em outras áreas também, como no uso de bebidas, o que acaba segundo ele em bagunça. Em razão disso, ele quer arrumar uma namorada que não seja liberal:

Bagunça uai, sei lá uma pessoa que vai numa festa também pode ser boa pessoa, pode uai por que não? Mas eu não quero uma [namorada] que anda em festa [risos]. Que bebe pra ficar caindo ...Mas só arrumo essas meninas daí, [meninas] pra cabeça. ...[que] anda caindo, ...bebe e sobe pra cabeça, só anda fazendo bagunça.

Quanto à sexualidade, Fred se preocupa com o que outras pessoas vão pensar a respeito de sua masculinidade, caso ele demonstre o seu lado romântico e seu cavalheirismo no namoro. Ser galante, presentear a namorada com flores, parece ser o oposto do que a sociedade espera do homem. Segundo ele, o homem deve ser machão, durão, insensível. Não pode gostar de flores, nem oferecê-las como presente, senão pode ser considerado “boiola”: “Eu já dei flor pra minha namorada e ela gostou”. Entretanto, questionado se perdeu a masculinidade por gostar de flores e por ter presenteado a namorada com elas, ele assume: “É... afinal as flores eram minhas antes de entregar para ela. E não deixei de ser homem por ter dado a flor pra ela... [risos].”

A fala de Fred corrobora o que Ozella e Aguiar (2008) observaram em uma pesquisa realizada com adolescentes: as questões de gênero e dos papéis sociais estão internalizadas muito precocemente no processo da constituição da subjetividade dos meninos e das meninas. Há uma enorme expectativa social sobre esse desempenho: “E... você vai pensar que eu sou boiola, todo dia eu desenho flor!... Quem gosta de flor é mulher, sei lá! Flor não é coisa de homem! Eu acho que é né, agora não sei vocês [risos] É de mulher e também de homem, dos dois, não tem nada a ver”.

Além de expressar a internalização feita sobre os papéis masculino e feminino, Fred revela seu conceito de que o casamento, mesmo para o homem, é um empecilho para se desfrutar a vida. Assim sendo, em seus planos para o futuro, ele diz pretender adiar tal compromisso:

Nem vou casar com essa idade, vou casar com quarenta anos e olhe lá! ...[...] Casar novo pra quê? Quarenta é uma boa idade, acho que é [risos], Aí você arruma uma [menina] novinha... [risos]. Ou casa com

uma da sua idade também né? Tem que aproveitar a vida, a vida é curta.

A iminência de perder a vida parece justificar, na fala de Fred, o desespero para desfrutá-la, mesmo que para isso seu semelhante seja coisificado. Afinal, o tempo urge, e reconhecer o outro como sujeito de direitos e de vontade de querer ou não participar da relação exige tempo. Para que isso seja vivenciado e internalizado, o próprio adolescente-autor, por suas condições, pode não ter esse tempo à sua disposição. Assim, ele faz seu tempo e sua maneira de ter prazer e aproveitar a vida, que ele já presume ser curta.

Depois de ser novamente privado de liberdade, pouco resta a Fred. Em razão disso, ele se auto-agride. É o que se verá no próximo tópico.

Auto-agressão

A auto-agressão fez parte do processo de socialização do Fred. Por algumas vezes, ele a praticou enquanto esteve em privação de liberdade chegando até a cometer tentativa de suicídio na instituição onde esteve cumprindo a medida socioeducativa: “Eu tentei fazer, eu não fiz! ...Tentei suicidar... Eu queria morrer, queria, mas não deu certo! Eu queria morrer pra largar de sofrer logo, acabar logo com esse sofrimento... Eu, hein, está é doido, não existe Deus não, na minha cabeça não!”.

Além das tentativas de suicídio, outras maneiras de auto-agressão foram apresentadas por Fred, mesmo que mais amenas:

Isso aqui quebrou [unha], eu peguei, puxei, lascou a unha tudo... Doido da cabeça e ainda vou puxar desse outro lado ainda, estou grilado já com ele; tem o outro lado agora. Puxei só a metade. ...Ah, esse trem velho é ruim demais, esse trem engarranha em tudo! Uai, eles não arrumam cortador de unha pra gente! O jeito é arrancar o dedo fora! Pior que é... é nada! [risos].

O comportamento de Fred apontado pela instituição como auto-agressão é visto por ele como uma maneira de se manter em forma para atuar naquele ringue, locais em que está com os demais adolescentes infratores. Ele não tem opção: ou é agredido, ou agride. Então precisa ter mãos fortes para esmurrar. É o que ele expressa na fala a seguir:

Os machucados? [risos]... sei lá, ...foi um murro na parede que eu dei, raspou o dedo. Eu não voltei a me auto-agredir não, moço [risos]... Isso de dar murro na parede é pra mão ficar forte [risos]... dar murro na parede é pra mão ficar forte, uai [risos]. Fica mais forte, você agüenta dar mais murro. Aqui dentro você tem que dar murro; se você não der, você apanha! [risos] Tem que dar murro. Aqui ou você dá ou você leva.

A auto-agressão foi uma das maneiras encontradas por Fred para vivenciar as situações depois da publicização de suas infrações de violência sexual. A outra saída encontrada foi tentar colocar fim na sua vida. Tentativa que não teve êxito porque outros internos avisaram a direção a tempo. Encaminhado ao hospital psiquiátrico, ele verbalizou que continuará tentando tirar sua vida, caso permaneça em privação de liberdade. Se for para viver preso, Fred afirma que a vida não tem sentido e valor.

O próximo tópico analisa a mescla de sentimentos decorrentes das situações vivenciadas ao ser privado de liberdade pela terceira vez.

Sentimentos

Diante de tantos acontecimentos vivenciados por Fred, sua socialização na instituição passa então a ser mediada por suas experiências vividas na instituição, experiências que sua fala, expressa sentimentos de menos valia, de desprezo, de rejeição, de baixa auto-estima, de baixo autoconceito, de impotência, de revolta, de querer pertencer, de fantasiar ser poderoso para se opor ao fato de ser/estar tão fraco e vulnerável, de não ser visto e não ser ouvido, de querer fugir do conflito e da realidade de estar preso quando quer ser/estar livre. Enfim, suas palavras traduzem seus múltiplos e variados sentimentos.

Seus relatos evidenciam seu constante sentimento de que as pessoas em diferentes situações não se importavam com ele: “O tio também não tem um pingão de paciência [comigo] e ele não é nem um pouco educado, tinha uma coisa de ficar me xingando e eu nunca vi crente beber [bebida alcoólica] todo dia. Eu falava pra ele: que crente é esse que só fica xingando e bebendo? E ele ficava mais bravo comigo”.

O sentimento de culpa também apareceu na fala de Fred pela situação de humilhação, desconforto, insegurança e tristeza que estava causando a seus pais:

Eu disse que tinha mudado, mudei [risos], mas não foi isso aqui que

me fez mudar. Se fosse isso aqui, eu tinha mudado das outras vezes.⁴⁴ O que me fez mudar foi ver minha mãe vir me ver nesse lugar. Meu pai! Meu pai não quer vir me ver. Nunca mais veio, tem uns dois meses e meio já, não veio me ver não.

Fred sente-se por não estar mais contando com o apoio do pai e por estar sendo ameaçado de morte: “Neguinho daqui de dentro mesmo fica me falando que tem neguinho lá fora me esperando e eu não tenho um pingão de medo. Se tiver de morrer mesmo não estou nem aí!”. Isso desencadeia nele preocupação e sentimento de impotência. Ele quer proteger seus pais dos seus inimigos que, porventura, podem querer fazer-lhes algum mal para se vingarem. E, enquanto está em privação de liberdade Fred não tem como reagir: “Meu irmão, o João, mudou, agora meus pais não têm ninguém pra protegê-los. Tanta coisa pode acontecer. Neguinho quer catar eu na rua e [vai] caçar eu lá [em casa], não acha e pega eles [os pais]. Tem gente querendo me pegar e não é pouco, sei por que não sou bobão”.

A impotência sentida, ao querer proteger sua mãe nas ocasiões em que seu pai chega bêbado e agressivo, também foi verbalizada: “O meu pai não chegou machucar minha mãe, ainda bem né?! Hum, moço, se ele batesse na minha mãe, eu não ficava aqui não!”. Fred tem a fantasia de ser capaz de proteger seus pais dos ataques de seus inimigos e de ser o super-herói de sua mãe:

Meu pai bebia do mesmo jeito, agora o negócio é que parece que ele está mais estranho, agora ele chega bêbado enchendo o saco. Está brigando com a minha mãe lá! Atentando minha mãe, esses dias ela mandou ele comprar [...] comida lá pra casa, ele saiu duas horas da tarde [e só] chegou três horas da madrugada bêbado. Chegou e tacou o óleo na parede brigando com minha mãe. Se eu tivesse lá, ele ia ver. Deixa ele ficar brigando com a minha mãe que ele vai ver na hora que eu sair! ... Meu pai não é doido de fazer nada com a minha mãe perto de mim, eu machuco ele! Machuco de qualquer jeito, como tiver jeito de machucar ele eu machuco, pra ele aprender. Ninguém manda ele beber pra encher o saco dos outros. Na hora que ele está são, não fala nada com ninguém, só na hora que está bêbado começa encher o saco dos outros... Encheção de saco do caramba!

Sem atividades na instituição para lhe encher a cabeça, só lhe resta ficar imaginando que sua mãe pode estar sendo agredida por seu pai. Isso provoca em Fred o sentimento de inutilidade e de desperdício do tempo. Ficar ocioso, sem

⁴⁴ Fred está se referindo às outras vezes em que ficou em privação de liberdade. A primeira ocorreu em março de 2004. No mês seguinte, ele saiu em L A, ficando solto por seis meses até ser detido e privado de sua liberdade, em dezembro de 2004, por novas infrações. Saiu novamente em LA, seis meses depois, por quase três meses. Cometeu nova infração e, pela terceira vez, foi privado de liberdade.

atividades na instituição, é uma maneira de a instituição puni-lo, pois não o aceitam por causa dos artigos do CPB que o levaram à privação de liberdade. Diante desse panorama, ele declara: “Esse trem é ruim demais, sensação ruim que a gente sente de não fazer nada aqui! Menosprezado, ninguém quer saber de mim, só quer saber dos outros internos, com coisa que eu não sou um preso do mesmo jeito que os outros meninos”.

Na segunda vez em que esteve detido, Fred foi algumas vezes atacado e machucado fisicamente, sendo encaminhado para atendimento médico. Ele foi aos poucos se inserindo no grupo e podendo participar dos atendimentos que a instituição disponibiliza. Quando retornou pela terceira vez, sua situação voltou a ficar crítica:

Da outra vez eu não era assim não, agora que está sendo assim. Da outra vez tinha atendimento, vinha pra cá pro CIARTE, fazia os quadros, fazia tudo, agora hum! Não faço é nada, só fico trancado, só fico no alojamento. Saio só pra comer. Jantar, janto no alojamento, só pra almoçar que saio. De noite eles deixam comer no alojamento; de dia não deixam. É opção, se quiser sair pra jantar, pode sair também. Eu que não estou querendo sair pra evitar briga.

O sentimento de medo também se fez presente nas falas de Fred. Mesmo agoniado e com pressa de tirar o gesso de seu braço, Fred suporta a situação por temer ficar defeituoso. É o que fica claro na sua fala: “Falta chão pra tirar esse gesso, mas tem que deixar senão fica defeituoso! Sou muito mais morrer do que ficar defeituoso. A solução é morrer. O que adianta ficar vivo e não fazer nada, ficar só parado, parecendo morto? É melhor morrer mesmo”. Em sua concepção, é melhor enfrentar a morte do que um defeito físico, porque a deformidade vai ficar ali anunciando a sua situação diariamente, enquanto a morte finda em si mesma. O medo de ser vítima de violência é expresso na fala a seguir:

Eu não tenho medo de morrer. Ter medo de morrer pra quê? Eu tenho medo só de apanhar mesmo. Sou muito mais morrer do que apanhar. Hum, moço, [ao] apanhar, você fica sentindo dor: morrer não, você morre. Vai sentir dor de quê? Menina, vai sentir dor de nada! Mas tomara que eu tome um tiro logo na cara, que pega no cérebro logo e morre. Mata logo!

Ao se cogitar com Fred que a morte também pode acontecer via processo doloroso, ele frisa que, se for uma morte com dores comparadas às que ele sentiu no braço e no dente, ele suportaria facilmente. Menciona que a maior dor já sentida por

ele foi à de queimadura que sofreu ao cair e escoriar-se no asfalto quente. Ao tentar apreender simbolicamente o sentido de sua fala, ele parece estar revelando o medo e a dor de um fogo que lhe consome para além do físico. É o que se detecta na fala a seguir:

Eu tenho medo. Meu medo é de não morrer e ficar sentindo dor. Agora se for dorzinha igual esse braço aqui, está mamão! Não dói nada, dorzinha velha besta! Igual dor de dente também. Os outros falavam que doía pra caramba, dói nada! A dor mais forte que eu já senti acho que foi a queimadura na perna... [*silêncio*].

Os sentimentos de revolta por estar sendo injustiçado pelos outros detentos e pela própria instituição evidencia-se muito na fala de Fred: “Estou revoltado, já estou pra fazer bagunça aqui nesse lugar. Não tem como a gente ficar quieto nesse lugar não, não tem como. Ficar quieto, sendo maltratado pelos outros. Não adianta nada ficar quieto”. Segundo ele, diante dessa realidade é melhor bater do que apanhar:

Se você toma porrada, você leva advertência. Se apanha, você toma advertência. Se bate, você toma mais ainda. Está lascado. O negócio é bater mesmo [...] aí você bate e toma advertência do mesmo jeito. Se apanhar, ainda toma! É isso quase todo dia! Os meninos aí mesmo, todos querem me pegar.

Até mesmo as brincadeiras se tornam um pretexto para os demais adolescentes agredirem Fred:

Esses dias eu estava brincando mais um lá do alojamento, [e] ele me deu um chute na cara pra você ver como é que é. E ele é cheio de brincadeira de luta. Isso é que me dá raiva: brinca, brinca, brinca com a gente, na hora que a gente vai brincar com ele, ele apela e não aceita.

Fred critica sua privação de liberdade, alegando que ela não contribui para nenhuma mudança em seu comportamento e pensamentos, pelo menos no que tange à sua vida. Segundo ele, a instituição só tem servido para fazê-lo sofrer. E o acompanhamento na medida socioeducativa não tem alterado seus pensamentos:

Continua do mesmo jeitinho, não muda nada... [*silêncio*]. Não muda nada! [*silêncio*]. [...] não muda nada, nada, nada na minha vida nesse lugar aqui. Isso aqui não adianta nada, não pra mim. Isso aqui não resolve nada pra mim não. Não muda nada, não muda minha cabeça nesse lugar. Esse lugar só faz a gente sofrer..., só isso.

Sentimentos de estar sendo perseguido não apenas pelos outros internos, de sua vida estar constantemente em risco na instituição e de nada ter sido feito para protegê-lo são revelados por Fred: “os chuchos⁴⁵ não acabam aqui dentro não. Isso aí é mato... [silêncio]”. Mesmo que ele denuncie a situação, nada é providenciado, pois a instituição, em seu entendimento, é conivente e acaba permitindo que os adolescentes concretizem as agressões que legalmente não são autorizadas. De acordo com a lei, a instituição deveria protegê-lo, mas na prática o que ocorre é bem diverso, afinal o papel tudo aceita, diferente do ser humano:

Ontem a gente estava discutindo no alojamento, falando que pede atendimento pra resolver as coisas e não adianta nada. A psicóloga queria era piorar me mandando lá pro alojamento nove, que só tem os caras, só tem os bichos grandões que querem me pegar. Ela é doida é?! Ao invés de melhorar, ela faz é piorar.

Fred busca na pesquisadora a confirmação de que ela tenha uma opinião formada sobre sua situação na instituição e se mostra esperançoso de que o parecer dela lhe seja favorável:

Você não falou se eu devo ir embora ou não. O que você acha? Você tem que achar alguma coisa, ai, ai, dá trabalho, viu? Não é você não, [são] as coisas da minha cabeça [risos]. Se eu não for embora, ficar aqui eu não vou, pode ter certeza. Mais seis meses eu não fico mesmo. ...ou eu vou embora ou vou pro inferno, um dos dois vai acontecer. Inferno é morrer mesmo, é de morrer mesmo que eu estou falando, ir pro inferno mesmo, onde o demônio mora. E quem vai me levar pra lá [sou] eu mesmo. Eu mesmo que vou caminhando com minhas próprias pernas... [silêncio].

Fred vislumbra apenas uma possibilidade caso permaneça detido e exposto ao convívio com os demais adolescentes autores de atos infracionais: sua morte. É o que ele expõe:

Esses bestas daí de dentro, ao invés de criar vergonha na cara e virar homem, podiam me pegar logo e matar logo, [mas] ficam fazendo graça! Não é homem é bosta nenhuma. Se eu pegar eles na rua, morre tudo! Esses bestas daí de dentro ao invés de pegar e matar, não, fica brincando, dando tapinha e não sei o quê lá. Não sei que lá Jack,⁴⁶ e não sei o que lá estuprador. Não matam não, ficam só

⁴⁵ Instrumento cortante ou com capacidade para furar, usado como arma pelos adolescentes para se defenderem e/ou agredirem tanto internos como funcionários. Esse instrumento é construído com materiais recolhidos durante as atividades de que participam.

⁴⁶ Refere-se a Jack, o Estripador, o mais conhecido *serial killer* de prostitutas do mundo moderno.

brincando, tomar “no zói”.⁴⁷

Os sentimentos de fuga e de negação de seus atos – sempre atribuindo a outro a responsabilização dos fatos – aparecem constantemente na fala de Fred: “É, essa Goiânia não presta mais não. Em Sergipe eu vou pro meio do mato [risos]. Não é que é mato, é fazenda. É ir pra fazenda e sumir no meio do mato”. Mudar de cidade é a solução apontada por Fred, já que a urbe é considerada como culpada de sua realidade. Porém ele sai de Goiânia e continua tendo problemas de relacionamento, sempre apontando o outro como culpado da situação vivenciada:

Se fosse pelo tio, eu dormia lá fora porque ele trancava a porta. Ele é mau [risos]. Eu saía todo dia de noite, às vezes nem jantava de raiva. Eles não chamam [pra comer], e eu, na casa dos outros, se não [me chamarem], eu não como. Ele era sem-educação, pegava o prato dele e sumia pra lá, virava as costas pra gente [risos]. E era da igreja da minha mãe ainda. Sei lá o que eu sentia quando ele fazia isso! Eu lembro que fiquei cinco dias sem comer, só de raiva. E ele ainda vinha me dar bronca.

Os sentimentos de negar qualquer participação de sua parte no tocante ao tratamento que as outras pessoas lhe dispensam são notórios na fala de Fred:

Uma vez meu tio me mandou embora quando fiquei parado. Teve uma vez lá que eu fiquei sem trabalho, aí foi quando ele encheu demais mesmo, aí eu falei pro meu pai mandar dinheiro pra eu vir embora. Ele ficava me xingando de tudo, desgraçado, endemoniado, sei lá. Ele falava isso por causa da minha saição. Eu chegava do serviço em casa já tomava banho e saía direto pra rua, ia pra casa dos amigos, ia pra casa das meninas [risos]. Todo dia estava na rua; quando não era na rua, era no comércio.

Os sentimentos de menos valia: “Eu já não presto e ainda tenho amizade [com quem] que não presta, aí dana mesmo”, de não ser visto, ouvido e considerado e de baixa auto-estima também aparecem na fala de Fred: “Hum, se eu prestasse, tinha tomado vergonha na cara, não estava preso de novo. Não é fácil não, uai. Ah, sei lá, não sei o que acontece não, sei lá, eu não presto não! Não presto pra pensar, não presto pra nada! Só penso coisa errada”.

O fato de ter perdido em um jogo utilizado no atendimento psicoterápico possibilitou a revelação de como as perdas são vivenciadas por Fred. Ele fala do sentimento de raiva – inclusive de si mesmo – por ter sido vencido: “A sensação de

⁴⁷ Essa expressão denota que Fred está no seu limite, disposto a reagir, a atingir nos olhos aqueles que o agridem verbalmente.

perder aqui no jogo foi ruim, foi de raiva. É ruim perder, não é não?!". Cada um tem sua maneira particular de enfrentar as perdas e Fred revela reagir em situações nas quais ele só tem perdido:

Vai até eu xingar a psicóloga e pegar um coró⁴⁸. Essa mulher que me atende aí ela é enjoada demais. Está doido, não gosto dela não! Ela é enjoada demais, demais, está doido! A gente vai conversar com ela sobre as coisas que estão acontecendo com a gente e ela já vem falar que eu continuo falando que é os outros que fazem as coisas! Ela vem pagando sapo pra gente já, não escuta a gente não. Se eu estou falando é porque está acontecendo! Vai até eu mandar ela tomar “no zói” e xingar de tudo quanto é nome.

Quanto à aparência física, Fred declara que já foi mais bonito, mas que atualmente não serve como modelo de beleza. No momento, o único modelo em que ele se enquadra é o de tristeza:

Eu não sou modelo de beleza, sou modelo é de tristeza. Moço... está doido, estou feio demais, quando olho naquele espelho dá até descrença ...[silêncio]. cheio de espinha, eu não mostrava espinha não, agora tem umas espinhonas feias na cara e aqui a gente mexe mais nas espinha também, por isso é que machuca muito.

Diante das experiências passadas na vida, principalmente a privação de liberdade e o convívio com os adolescentes infratores dentro da instituição, Fred passa a nutrir sentimentos de vingança e incorpora-os a seus projetos futuros, para executá-los quando estiver em liberdade. É o que fica implícito na fala a seguir:

Se eu ficar aqui em Goiânia, não vai prestar não, porque eu não vou ficar quieto. Vou é correr atrás dos amigos e pegar a arma de volta. Quando estou armado, eu me sinto mais corajoso! Um pouco mais. Eu preciso de arma não é pra ter coragem não, isso eu tenho sem ela também, é pra não morrer. Ela ajuda um pouco. Se tiver de morrer, morre com arma e tudo.

Fred fica indignado com seu parceiro de cela que está no mesmo “barco” que ele e fica “tirando onda” de ser melhor, de estar por cima, mesmo na situação em que se encontram de estarem sendo disciplinados no momento pela instituição:

Estava discutindo lá mais o menino do meu setor, o tanto que é mamão! Mamão, trem fácil de acontecer, de pegar. Vou pegar ele e picar bala logo nele. Resolve não, mas é melhor de bom, aí ele presta

⁴⁸ Palavra usada pelos adolescentes que estão em privação de liberdade para se referir à medida disciplinar aplicada pela instituição.

atenção! É pra morrer mesmo! É pra tomar vergonha na cara dele e parar de atentar os outros. Se ele continuar xingando, ele vai ver, meto a mão na boca dele. Ele está xingando de Jack [o estripador], ele está no seguro mais eu e fica falando bosta.

A fala de Fred é também marcada pelos sentimentos de impotência e de exclusão dos acontecimentos que ocorrem: (a) dentro da instituição - “Pensei que você não vinha essa semana mais! ...Falei ai, ai, ai, até hoje ela não veio, não vem mais não [risos]. Se não vem até quarta-feira é porque não vem mais.”; (b) externos à instituição, inclusive os referentes à sua família - “Eu queria saber o que está acontecendo, eles não me falam! Não facilitam as coisas, meu pai não fala. Se a prima não puder entrar, minha mãe vem. Ela vem devagarzinho, caminhando de ônibus. Ela tem que ficar de repouso, mas ela vem”. Esses sentimentos são bem evidenciados no trecho a seguir:

Falei pro pai não deixar a mãe ficar se esforçando não, senão dana de novo, machuca de novo. Sei lá o que aconteceu! É esse trem aí, essa cirurgia. Eu vou lá saber se é machucado ou o que não é! Falei pro pai tomar cuidado com ela lá... [silêncio].

Diante de todas essas falas, percebe-se quão diferentes e recorrentes são os sentimentos que Fred tem experienciado ao ser privado de liberdade. Esses sentimentos vão consolidando a subjetividade no embate com a objetividade e, com isso, a realidade – subjetiva e objetiva – de Fred vai assim sendo construída. E essa construção inclui os projetos de vida, o tema do próximo tópico.

Projetos de vida

No processo de socialização, em meio a tantos sentimentos, Fred também faz planos - “Vou virar gente, tomar tipo. É trem né? Está é louco... Vamos ver o que vai dar... a minha parte eu estou fazendo, né? Tudo que o doutor, o juiz, está mandando eu fazer”. Esses planos, entretanto, caem por terra quando ele é detido novamente e volta a usar os mecanismos de negação e fuga novamente para suportar a sua realidade. Passa a defender que a saída, a sua solução é mudar de cidade: “O jeito é eu ir pra Sergipe mesmo. Quando eu sair daqui, eu vou até conversar com a funcionária aqui do CIA, pra ver se ela arruma a passagem [risos], a prefeitura paga”.

Nos seus planos de sair de Goiânia, Fred tenta colocar os pensamentos em ordem, uma vez que eles são de vingança, razão pela qual os denominou de “bagunçados”.

Além de ir pra São Paulo, tenho outros planos, muitos planos. Só fico pensando lá dentro [do alojamento], né? Tanto tempo! Pensando demais na minha vida! E os pensamentos estão aí! Tudo bagunçado, está bagunçado, não sei o que eu penso! Penso coisa ruim, penso! Nesses bicho aí dentro, nesses dias que eu estou aqui dentro... penso em catar eles na rua [risos]. Penso, aí eu lembro do meu pai e da minha mãe, eu penso em catar eles [os seus companheiros de privação de liberdade] na rua, só em catar e picar bala! O trem mais fácil é arrumar revólver, pra estragar a vida, é o trem mais fácil do mundo. Agora pra arrumar [a vida] é um trabalho da porra!

A fala de Fred demonstra que seus planos não são apenas construtivos. Aliás, diante de várias de suas falas, os planos destrutivos parecem ser realmente os que tomam conta de seus pensamentos. Os planos considerados construtivos – os de mudar de vida, de parar de cometer infrações – parecem ser divulgados apenas no intuito de transmitir uma nova imagem, a de uma pessoa arrependida e convencida de que estava no caminho errado e de que quer se redimir socialmente.

Um dos motivos apontados por Fred para justificar seus planos, assim que conseguir nova progressão para a LA, foi pautado no retorno aos estudos, na religiosidade, na tentativa de se empregar e de manter na mente bons pensamentos. Fundamentando-se, ele assim se expressa: “Tenho pensamentos bons, penso na minha mãe, penso em mudar e virar crente! Antes eu não era nada. Até hoje não sou nada! Quero ser crente, só Deus pra ter misericórdia de mim! Não é só Deus não, todo mundo tem que mudar, eu também”.

Na fala de Fred, ter de mudar não significa necessariamente modificar de postura. A principal mudança a que ele se refere parece ser a de não perder tempo, ficando preso:

Eu quero ir embora moço! ...Cuidar da minha vida, agora ficar aqui trancado perdendo tempo? Quero ser alguma coisa na vida ainda, quero estudar, quero fazer um montão de trem... Aqui não presta! Aqui a gente fica sofrendo. Quero estudar é lá fora, quero fazer minhas coisas é lá fora. Quero é trabalhar, estudar e viver minha vida, se Deus quiser, passando fome ou não. Eu preferia estar passando fome lá fora, viu?!

Passar fome parece ter sido uma experiência recorrente na vida de Fred. No período em que ele esteve preso, sua aparência física foi nitidamente alterada,

pois ele entrou na instituição muito magro. O fato de se alimentar regularmente na instituição deu-lhe uma aparência mais saudável. Ele demonstra ter noção dessa mudança ao verbalizar que, caso seja preciso, prefere passar fome na rua a ficar detido:

Penso de sair pra rua [*tom diferente na voz, mais entusiasmado, mais rápido*], é, eu vou arrumar emprego né!? Deus está vendo que eu quero mudar! As coisas vão mudando, né?! Na minha cabeça agora mudou muita coisa. Antes eu só pensava coisa ruim, agora já estou pensando coisa boa, pensava em sair e fazer bagunça de novo, as mesmas coisas que eu faço com os meninos, andar armado, sair dando tiro nos outros, roubar, esses trem! Eu fazia isso, não fazia?! Burrice demais né? Agora penso em ficar quieto, mudar.

Depois de ter perdido a LA, Fred também revela ter planos em relação à sua afetividade e sexualidade:

Quero namorar, quieto no meu canto, uma [menina] que não gosta de festa... que vai na igreja, desse jeito. Quero arrumar uma [menina] da igreja da minha mãe, mas não arrumo! Não pode nem pegar na mão?! ...Pooooode! [*risos*], só não pode é fazer mais coisas... [*risos*]. O velho [o pai] fica bravo. [*risos*].

No embate dos planos construtivos contra os planos destrutivos que apareceram em várias falas de Fred, os primeiros se sucumbiram. Diante da oportunidade de fugir da instituição, ele não titubeou. Ele mudou a rota de seus planos ou os antecipou, ao resolver fazer o próprio tempo e a própria liberdade.

Fred evadiu do CASE, às 23:40 horas, do dia 11 de março de 2006, três dias depois de ter sido transferido do CIA para o CASE. Segundo consta em seu processo/prontuário ele “quebrou as vidraças do alojamento na área II, pulando o muro atrás da guarita do lado esquerdo”. Isso é tudo que consta na instituição sobre a fuga de Fred. Convém informar, porém, que o muro que ele transpôs tem aproximadamente cinco metros de altura, além de guardas nas guaritas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Às vezes dá preguiça na areia movediça, quanto mais eu mexo, mais afundo em mim [...] Coisas que eu sei... As noites ficam claras no raiar do dia. Coisas que eu sei são coisas que antes eu somente não sabia... Agora eu sei... Agora eu sei... Agora eu sei... (Danni Carlos)

Pesquisar sobre a violência sexual praticada pelo adolescente revelou que esse fenômeno é apenas a ponta exposta de um imenso *iceberg*. Os 99% do *iceberg* no qual ele está inserido está mesmo é submerso no emaranhado da violência. A violência sexual praticada por adolescentes – divulgada com destaque pela imprensa, na maioria das vezes com base em análises simplistas – constitui apenas uma extensão dessa violência. É mais uma de suas faces. O caminho percorrido nesse estudo possibilitou resgatar a história de vida do adolescente-autor, o que foi fundamental para apresentar sua realidade como um processo histórico social e não-fragmentado.

No decorrer da pesquisa, a fala do adolescente-autor revelou categorias que foram fundamentais para a análise do objetivo deste estudo. Segundo Aguiar e Ozella (2006), o sujeito tem carências que motivam suas ações, com vista a suprir tais necessidades que são construídas nas relações sociais, embora tenha ao mesmo tempo sua particularidade, sua subjetividade e historicidade. “Pelas características do processo de configuração, o sujeito não necessariamente tem o controle e, muitas vezes, a consciência do movimento de constituição das suas necessidades” (p. 5).

No processo de socialização primária e secundária, Fred vivenciou diferentes tipos de violência como a inclusão/exclusão social, cultural, educacional, econômica, habitacional, afetiva, sexual e moral, na qual se destaca a ameaça da retirada do amor e proteção de quem exerce assim sua superioridade contra sua vítima, como demonstra sua fala: “Ontem quase xinguei ela, saí da sala do atendimento sem terminar o atendimento! Cheguei lá, ela ficou pagando sapo pra mim, aí eu pedi por favor pra me levar de volta. Estou ficando sem paciência [*risos*], não tenho paciência com nada mais não!”.

Outro exercício da violência moral é a perversão de raciocínio que confunde e culpabiliza a vítima, com contradições lógicas e comunicações paradoxais, no intuito de que ela se sinta enlouquecida, desacreditada e à mercê de seu superior, com suas emoções totalmente em desequilíbrio. É isso que Fred revela

ao reproduzir a fala da psicóloga que o atendeu: “Eu vou ficar te perguntando até você confessar que cometeu as violências sexuais com aquelas mulheres”. Outra fala que corrobora a chantagem da retirada do amor e da proteção diz respeito à ameaça que seu pai lhe fez: “Eu não vou mais me importar com você, não vou fazer mais nada por você, nadinha. Eu não estou nem aí com você, não quero saber de mais nada de você”. Segundo Rey (2003), a emoção define de quais recursos internos o sujeito vai lançar mão para agir. E, no caso de Fred, ele fez a passagem de vítima a autor de violência, corroborando a literatura que aponta a processualidade das situações de violência por meio do que denominam “o ciclo de violência”.

Este estudo revelou-se sobremaneira difícil por ancorar-se na sexualidade, uma esfera em que se criam mistérios e fantasias, pois parece que não se pode falar sobre ela – quem dirá senti-la e vivenciá-la? Falar sobre sexualidade com os que estão envolvidos direta e/ou indiretamente, com o autor dessa violência, se torna ainda mais complicado, pois a tendência é negá-la, uma vez que não se sabe como agir diante do fenômeno. O ataque muitas vezes é usado como uma arma para as pessoas se defenderem, se armarem contra o adolescente-autor. E é assim que a sociedade tem se portado diante do autor de violência sexual, atacando-o, colocando-o em uma cela, negando sua sexualidade e punindo-o. Esse fenômeno foi por várias vezes revelado por Fred em suas falas, como, por exemplo, nos diversos momentos em que ele foi agredido, tanto por outros adolescentes que também cumpriam a medida de privação de liberdade quanto por policiais e membros da equipe de trabalho da instituição onde ele cumpria a medida socioeducativa.

Parece haver uma cumplicidade em diversos níveis sociais para ignorar as questões da sexualidade e da violência sexual. Fred, o autor de violências sexuais, nega suas infrações; sua família, ao se manifestar sobre o ocorrido, se posiciona na defensiva, alegando acreditar e apostar em sua inocência. O poder judiciário o priva de liberdade, mas nenhum trabalho no tocante à sexualidade e tampouco à violência sexual é realizado, como se o fato de Fred estar por detrás das grades eliminasse sua sexualidade e seu comportamento de violência sexual.

Um estudo feito sobre o sistema socioeducacional para adolescentes autores de atos infracionais, no estado de Goiás, corrobora a precariedade desse atendimento e o aponta como desafio quantitativo e qualitativo, pois tais unidades, além de não disporem de estrutura física adequada para atendimento social, psicológico e pedagógico, não contam também com equipes suficientemente

qualificadas para atendê-los. Para Sousa et al. (2008),

essa situação é agravada em decorrência dos valores, das visões de mundo provenientes do senso comum (e assimilada pelos educadores), as quais não percebem o contexto em que são produzidas as condições que contribuem para as práticas de atos infracionais pelos adolescentes. Dessa forma, de um lado, têm-se trabalhadores insatisfeitos com suas atividades, pois não acreditam no que fazem. De outro, têm-se adolescentes, já marcados pela rejeição da sociedade, da sua comunidade e muitas vezes da própria família, reféns da idéia de que neste mundo não há lugar para ele, de que a qualquer lugar aonde vá, não é aceito, não é respeitado, não é querido. [...] Do ponto de vista material, poucas unidades oferecem o mínimo necessário para o desenvolvimento de atividades socioeducativas capazes de dotar os adolescentes de discernimento para realizar escolhas que os conduzam a uma vida melhor.

Num passe de mágica é como se a privação de liberdade fosse resolver as questões sexuais desse sujeito, ou mesmo a liberdade assistida, medida mais aplicada ao adolescente-autor, como revela o quadro três (da página 33).

A questão da violência sexual parece incomodar tanto que quanto menos se intervier nela melhor. Afinal, ela pode revelar muito mais que o ato em si. Diversos impedimentos e/ou tipos de violência praticados direta e/ou indiretamente contra o adolescente-autor surgiram durante a pesquisa, como, por exemplo, o fato de não se ter um local apropriado para os atendimentos psicológicos dentro das instituições. Isto impossibilitava o sigilo dos atendimentos, pois, dentro da sala, era possível ouvir barulhos externos com nitidez, bem como de fora dela eram audíveis os sons internos. Havia ainda um agravante: o interior da sala podia ser visualizado. É o que demonstra esse acontecimento: “um adolescente passou o braço pelo buraco no vidro da porta da sala onde o atendimento psicológico estava sendo realizado com Fred, mexeu na maçaneta e abriu a porta para entrar, já verbalizando, invadindo assim o atendimento, até que alguém chegou e o advertiu”. Esse fato corrobora o apontamento de Oliveira (2005, p. 16) de que “a temática da criança e do adolescente localiza-se basicamente no âmbito da responsabilidade penal”.

Quando a violência sexual vem à tona, se torna pública, a balança da justiça parece pender apenas para um lado, apontando que existem duas medidas e dois pesos, evidenciando que contra o autor da violência sexual, em especial, se permite – ou até mesmo se incita – a prática da violência.

A violência revelada nas categorias que subsidiaram a análise deste estudo explicitou a história de vida de Fred, marcada pelas seguintes ocorrências: pelo abandono da vida escolar; pelo início precoce no mundo do trabalho, fato que se

tornou prioritário para ele e sua família, uma vez que o dinheiro recebido contribuiu significativamente no orçamento familiar; pela situação de extrema pobreza e/ou miséria na qual o adolescente-autor esteve inserido; pelo uso de drogas ilícitas; pelo uso de arma de fogo; pelas vivências em contextos muito violentos; pelo apego a uma religião; pela ausência de estrutura familiar que propiciasse um desenvolvimento equilibrado, falta de diálogo, falta de apoio emocional; pela falta de uma educação sexual que propiciasse o desenvolvimento sem traumas, sem negligências e repressões; pelo peso de ser o único e exclusivo responsável por suas infrações, eximindo assim o social de sua parcela de contribuição na construção de um comportamento violento; pela constante tentativa de ser-lhe imputado um diagnóstico com patologias mentais e/ou neurológicas.

Essa parece ser a razão para o insistente encaminhamento do adolescente-autor para a avaliação psiquiátrica e neuropsicológica, mesmo que seu discurso aparentemente não justifique tal medida no caso dos adolescentes-autores nem mesmo no estudo mais detalhado feitos por Melo e Fernandes (2007), em sua pesquisa sobre a interface entre o cérebro e o comportamento de violência sexual do adolescente-autor, ficou evidenciado algo que corroborasse essa insistente tentativa de imputar a eles uma patologia psiquiátrica ou neurológica. A violência sexual parece ser concebida como um ato de insanidade e não como decorrente de um processo sócio-historicamente construído por todos que vivenciam no contexto onde o adolescente-autor está inserido. Descobrir como um adolescente se torna um autor de violência sexual seria admitir não ser ele o único responsável por tal ato.

Segundo o processo/prontuário do adolescente-autor, as esferas sociais, por meio de seus programas, “tentam” inseri-lo em outra realidade, “mas ele não corresponde ao trabalho psicossocial e educativo, não desenvolve mudanças que o levem a sair da marginalidade, permanecendo em situação de rua, fazendo uso de substâncias entorpecentes”. Por essas razões, alega o Estado: “Nada melhor que o regime de internação, até mesmo para inculcar nele a hábil coerção dos fatos gravíssimos que ele praticou. É necessário que ele pegue um bom tempo de cadeia para aprender a não mexer mais com quem quer que seja”.

Embora seja uma tentativa política de conduzir as medidas socioeducativas, levando em consideração as diretrizes do ECA, o SINASE se encontra praticamente na esfera da lei, do papel, sem eficácia na prática. Sousa et al. (2008) ressalta que tais políticas

ainda não combatem efetivamente a segregação, a exclusão e a discriminação social e, por isso, também não garantem (de forma não marginal) a inserção social dos adolescentes em conflito com a lei. A mentalidade punitiva e de encarceramento, de dirigentes, técnicos e educadores ainda prevalece sobre a utopia humanizadora da busca da autonomia, da emancipação e da autodeterminação, em muitas unidades. [...] É preciso compreender o adolescente como *sujeito de sua história*. Somente a partir dessa compreensão seria possível transformar as unidades de internação em espaços de socialização/formação de adolescentes aptos a enfrentarem uma sociedade violenta e injusta que insiste em coisificá-los, transformando-os em mercadoria.

Por baixo da ponta do gigantesco *iceberg* da violência sexual, vários entraves dificultam e impossibilitam a aproximação da realidade do adolescente-autor, como, por exemplo, os repetitivos e mecânicos registros de suas histórias nos processos/prontuários, que em nada estimulam sua leitura e compreensão. Pelo contrário, tornam-se cansativos e muitas vezes confusos e incompreensivos. Seria essa postura, um mecanismo de defesa social usado diante do adolescente-autor, das questões sexuais e da violência sexual?

Bater sempre na mesma tecla pode ser expressão de rigidez, falta de criatividade e de envolvimento, bem como de medo para enfrentar os desafios. No caso da pesquisa documental, a leitura da mesma escrita dos mesmos fatos sobre o mesmo adolescente-autor desencadeou incômodo, mal-estar, cansaço e desânimo. Porém, como esses registros sobre o adolescente-autor têm sido construídos ao longo dos tempos, essa postura revela o processo sócio-histórico de como o ser humano tem lidado com sua sexualidade e sua violência sexual. Afinal “o sentido de uma palavra é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência” (Vigotski 2000, p. 181). Em face disso, espera-se que essa consciência possibilite o homem a participar, mudando o meio onde está inserido, e não apenas absorvendo dele os acontecimentos para, depois, repeti-los.

Como apontam Rizzini e Barker (2000), em relação às políticas sociais e aos programas referentes à questão do adolescente em situação de pobreza – que é também um dos pontos apresentados pelo adolescente-autor –, esses problemas precisam ser enfrentados de outras maneiras, sem priorizar

fracassos e deficiências que, com frequência, atingem crianças e adolescentes quando já se encontram em situação de difícil reversão. É necessária uma mudança de mentalidade que tenha como alvo competências e potenciais – da criança/jovem, da família e da comunidade.

Estudar e pesquisar esse outro componente da díade da violência sexual pode ser um fértil campo de investigação para uma melhor compreensão do ciclo da violência, uma vez que ela apresenta, no mínimo, uma dupla, o que sofre a violência e o que a comete. Espera-se que este estudo seja uma contribuição para que políticas e programas voltados para as questões da sexualidade do adolescente se efetivem, pois elas ainda constituem um grande desafio. Corrobora-se com Freud (1996, p. 254) que seja “do interesse geral que se torne um dever, entre homens e mulheres, um grau mais alto de franqueza sobre as questões sexuais do que se tem esperado deles até agora”.

A partir das reflexões provenientes desta dissertação recomenda-se às instâncias responsáveis pelo adolescente-autor que ele seja visto e respeitado enquanto sujeito e não apenas fragmentado e punido, como autor de violência sexual; que o SINASE saia da esfera da utopia e pautem também a prática do atendimento dentro das unidades; que profissionais qualificados e preparados para trabalhar questões da sexualidade e da violência sexual praticada pelo adolescente, sejam inseridos nas unidades, posicionando-se, assim, na contramão do que vem sendo feito até o momento – negação tanto da sexualidade quanto da violência sexual.

Dentre as novas possibilidades de estudo levantadas por esta pesquisa se incluem: (1) A implantação de projetos de atendimento específico ao adolescente-autor, bem como para a sua família, como vem sendo realizado em outros países. Só assim o Brasil poderá aprofundar os estudos e pesquisas sobre esse tema, no intuito de apreender melhor o fenômeno e preveni-lo. (2) Projetos para se trabalhar a educação sexual das crianças, dos adolescentes, de seus pais e dos profissionais que lidam direta e indiretamente com os adolescentes.

Quiçá a partir dos ecos e reflexões desta dissertação sejam desencadeadas novas posturas frente à sexualidade e principalmente frente à sexualidade do autor de violência sexual, para que ela não seja usada de maneira violenta e punitiva, denunciando e perpetrando o desrespeito pelo ser humano e por sua sexualidade – enfim, pela vida. Que as medidas socioeducativas levem em consideração a especificidade da infração para propor intervenções, e que elas sejam pensadas e colocadas em prática para além da mera execução da privação de liberdade, da liberdade assistida e da prestação de serviço à comunidade.

Ao finalizar, convém ressaltar que a violência sexual é apenas o sintoma; se o processo desencadeador desse sintoma não for visto, analisado e afrontado, de

nada adiantará fechar a ferida para se ter uma “boa” – falsa – imagem, pois ela continuará fazendo seu estrago. A infecção/violência vai se disseminar até que todo o corpo/sociedade seja tomado.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. - Educação e Emancipação. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. - O sentido subjetivo atribuído à escolha profissional: um estudo com jovens de camadas populares. In: OZELLA, Sergio (Org.) *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2003.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sergio. - Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicol. Cienc. Prof.*, v. 26, n.2, jun. 2006.

ARENDT, Hannah. - A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

ARIÈS, Phillipe. - História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARIÈS, Phillipe; BÉJIN, André (Org.). - Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BARKER, Gary; RIZZINI, Irene. - Repensando o desenvolvimento infantil no contexto de pobreza no Brasil. *O Social em Questão*. Rio de Janeiro: PUC, v. 7, n. 7, 2002.

BALTIERI, Danilo Antonio. - Consumo de álcool e outras drogas e impulsividade sexual entre agressores sexuais. 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARBAREE, E. Howard; MARSHALL, L. William. - The juvenile sex offender. 2. ed. New York: The Guilford Press, 2006.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. - A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 28. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

BERNARDI, Marcelo. - A deseducação sexual. 2. ed. São Paulo: Summus, 1985.

BLOS, Peter. - Adolescência: uma interpretação psicanalítica. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

BOCK, Ana M. Bahia. - Aventuras do barão de Munchhausen na psicologia. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Psicologia a caminho do novo século: identidade e compromisso social. Estudos de psicologia*, João Pessoa, v. 4, n. 2, 1999.

BOCK, Ana M. Bahia; GONÇALVES, M. Graça M.; FURTADO, Odair (Orgs.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001.

BOCK, Ana M. Bahia; LIEBESNY, Brônia. - Quem eu quero ser quando crescer: um estudo sobre o projeto de vida de jovens em São Paulo. In: OZELLA, Sergio (Org.) *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. - Estatuto da criança e do adolescente. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF; Goiânia: Ministério da Justiça/Secretaria de Cidadania e Trabalho; Secretaria de Estado de Direitos Humanos, 2001.

CABRAL, Suzie Hayashida. - Adolescentes em liberdade assistida: uma análise psicossocial. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003.

CHAUÍ, Marilena. - Repressão sexual: essa nossa tão (des)conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHAVES JUNIOR, Elizeu de O. - Políticas de juventude: evolução, história e desenvolvimento. In: SCHOR, N. et al. *Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento*, v. 1. Brasília, DF: Ministério da Saúde/Secretaria de Políticas de Saúde/ Área de Saúde do Adolescente e do Jovem, ago.1999.

CLÍMACO, Adélia Araújo de Souza. - Repensando as concepções de adolescência. 1991. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

COSTA, José Martins Barra da. - Sexo, nexa e crime: teoria e investigação da delinquência sexual. Lisboa: Colibri, 2003.

DeMAUSE, Lloyd. *The history of childhood*. New York: The Psychohistory Press, 1974.

_____. The history of child abuse. *The Journal of Psychohistory*, 1998.

_____. On writing childhood history. *The Journal of Psychohistory*, 1988.

FREIRE, Paulo. - Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREUD, Sigmund. Primeiras publicações psicanalíticas. In: ----- *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. III.

_____. Três ensaios sobre sexualidade In: ----- *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. VII.

FOUCAULT, Michel. - *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GALLO, Alex Eduardo; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. - Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: teoria e prática*, São Paulo, v.7, n.1, 2005.

GIL, Antonio Carlos. - Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOFFMAN, Erving. - A representação do eu na vida cotidiana. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOIÁS. - Proposta de implementação da medida socioeducativa de liberdade assistida. Goiânia: Fundação da Criança, do Adolescente e da Integração do Deficiente/ Coordenadoria de Liberdade Assistida, 1999. Mimeografado.

GOIÁS. - Proposta de atendimento ao adolescente egresso da medida de internação. Goiânia: Secretaria de Cidadania e Trabalho/ Superintendência da Criança e do Adolescente/ Coordenadoria de Liberdade Assistida, 2001. Mimeografado.

LANE, Silvia T. M. O processo grupal. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Org.). - Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LIBÓRIO, Renata M. Coimbra; SOUSA, Sônia M. Gomes (Org.). - A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004

LUTTI, Gerard. - Liberar la adolescência: la psicologia de los jovenes de hoy. Barcelona: Editorial Herder, 1991.

MADANES, Cloé. - Sexo, amor e violência: estratégia para a transformação. Campinas: Editorial Psy, 1997.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. - Trabalho infantil: necessidade, valor e exclusão social. Goiânia: Ed. UFG; Brasília: Plano, 2006.

MEAD, Margaret. - Adolescência, sexo y cultura em Samoa. Ciudad de México: Planeta, 1985.

MELO, Gleice Arruda. - O labirinto da sexualidade humana e as implicações psiconeuróticas de permanecer nele: do céu ao inferno, ou do inferno ao céu através do mundo... Universidade Católica de Goiás, 2003. Mimeografado

_____. A perversão no labirinto da sexualidade humana: do céu ao inferno ou do inferno ao céu através do mundo... Universidade Católica de Goiás, 2006. Mimeografado

_____. Violências sexuais: perspectivas e intervenções: o adolescente autor de violência sexual. In: CONGRESSO CIÊNCIA E PROFISSÃO, *Anais...*, São Paulo, 2006.

_____. O adolescente autor de violência sexual. Trabalho apresentado no XIII Congresso Latino-Americano de Sexologia e Educação Sexual, Salvador, 2006.

_____. A violência sexual praticada pelo adolescente. Trabalho apresentado no II Congresso Latino-Americano de Psicologia, da União Latino Americana de Psicologia – ULAPSI. Cuba, Havana, 2007.

MELO, Gleice Arruda.; FERNANDES, Fernanda Fátima de. - Qual a interface entre o cérebro e o comportamento de violência sexual do adolescente autor desse fenômeno? Universidade Católica de Goiás, 2007. Mimeografado.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). - Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 1994.

_____. - O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1993.

MIRANDA, Marília Gouveia de. - O processo de socialização na escola: a evolução da condição social da criança. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Org). – *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MOLON, Susana Inês. - Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

MORAZA, J. I. - Cuando hablamos de adolescencia ¿hablamos todos de lo mismo? In: CONGRESSO INFAD “ADOLESCÊNCIA. TERCEIRA PONENCIA: ADOLESCÊNCIA: DIMENSIÓN AFECTIVO-EMOCIONAL”, 7. *Aportaciones...*, Oviedo, Espanha, 1997.

MURAD, Juliana. G. P. et al. - Levantamento estatístico sobre o sistema socioeducativo da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004.

OLIVEIRA, Maria Luiza Moura. - Aldeia Juvenil: duas décadas de contraposição à cultura da institucionalização de crianças e adolescentes pobres em Goiás. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Goiás, 2005.

OLIVEIRA, Maria Luiza Moura; SOUSA, Sônia Margarida Gomes. - (Re)Descobrimos faces da violência sexual contra crianças e adolescentes. Goiânia: Cânone Editorial, 2007.

OZELLA, Sergio ; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de. - Desmistificando a concepção de adolescência. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), v. 38, 2008.

PASSETI, Edson. O menor no Brasil republicano. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). - História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1998. p. 146-175.

PEREIRA, Maria Gabriela dos Santos. - Adolescentes trabalhadores: a construção dos sentidos nas relações de trabalho. In: OZELLA, Sergio (Org.). *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2003.

PERES, Vannuzia Leal Andrade; SOUSA, Sônia Margarida Gomes. - Famílias de camadas populares: um lugar legítimo para a educação/formação dos filhos. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro: PUC, v. 7, n.7, 2002.

PESCUMA, Derna; CASTILHO, Antônio Paulo F. de. - O menor no Brasil republicano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.

PÔSTER, Mark. - Teoria crítica da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PRADO, Maria Carmo Cintra do. (Coord). - O mosaico da violência. São Paulo: Vetor, 2004.

REIS, José Roberto Tazoni. - Família, emoção e ideologia. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Org.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

REY, Fernando González. - Sujeito e subjetividade. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

_____. - Epistemología cualitativa e subjetividad. São Paulo: Educ, 1997.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrobras; Ministério da Cultura; USU Ed. Universitária, 1997.

_____. - A criança e a lei no Brasil: revisitando a história (1822-2000). Brasília, DF: UNICEF, Rio de Janeiro: Ed. Universitária, 2000.

RIZZINI, Irene; BARKER, Gary; CASSANIGA, Neide. - Criança não é risco, é oportunidade: fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Instituto Promundo, 2000.

ROCHA, Enid (Coord.). - O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/Conanda, 2002.

ROCHA, Enid. SINASE: Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. - Emílio, ou, da educação. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SALLBONE, Stephen W. - Social and psychological factors in the development of delinquency and sexual deviance. In: BARBAREE, E. Howard; MARSHALL, L. William. *The juvenile sex offender*. 2. ed. New York: The Guilford Press, 2006.

SANCHEZ, Zila Van Der Meer; OLIVEIRA, Lúcio Garcia de; NAPPO, S. A. - Fatores protetores de adolescentes contra o uso de drogas com ênfase na religiosidade. *Ciência Saúde Coletiva*, v. 9, n. 1, 2004.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. - A emergência da concepção moderna de infância e adolescência: mapeamento, documentação e reflexão sobre as principais teorias. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. - Cronologia histórica das intervenções na vida de crianças e adolescentes pobres no Brasil (Do infante ao cidadão – criança). *Estudos: Revista da*

- UCG, Goiânia: Ed. UCG / Núcleo de Pesquisa da Infância, Adolescência e Família, v. 31, dez. 2004. Número especial.
- SAWAIA, Bader B. - Psicologia social: aspectos epistemológicos e éticos. In: LANE, Sílvia T. Mauer; SAWAIA, Bader B. (Org.). *Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Educ/Brasiliense, 1995.
- SAWAIA, Bader Burihan; NAMURA, Maria Regina. - Dialética exclusão/inclusão: reflexões metodológicas e relatos de pesquisa na perspectiva da Psicologia Social crítica. Taubaté, SP: Cabral Editora Universitária, 2002.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. - Metodologia do trabalho científico. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SINASE. - Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.
- SOUSA, Sônia Margarida Gomes. - Trabalho infantil: a negação da Infância? Estudo do significado do trabalho para crianças das camadas populares. 1994. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.
- SOUSA, Sônia Margarida Gomes (Coord.). - O significado de infância, educação e violência contra filhos. Goiânia, Editora da UCG, 2001a.
- _____.(Org.) - Infância, adolescência e família. Goiânia: Cênone Editorial, 2001b.
- TAKEITI, Beatriz Akemi. - O adolescente e a violência: uma análise da configuração de sentidos do adolescente sobre o fenômeno da violência. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.
- TELES, Maria Luiza Silveira. - Educação: a revolução necessária. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. - Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- WASELFISZ, Júlio Jacobo. - SINASE: Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.
- WARD, Tony. - Theories of sexual offending. London: British Library, 2006.(Wiley Series in Forensic Clinical Psychology).
- WEISS, Maria Lúcia.L. - Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.
- WINNICOTT, Donald. - Privação e delinqüência. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- UNICEF. - *A voz do adolescente*. Brasília: Unicef, 2002.
- VAINFAS, Ronaldo. (Org). - História e sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

VERDIGLIONE, Armando. - Sexualidade e poder. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

VIGOTSKI, Lev Semiónovich. - Obras escogidas. Madrid: Visor, 1993. (Colección Aprindizaje,4).

_____. - A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. - Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2000a.

_____. - A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2000b.

_____. - Teoria e método em Psicologia. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VOGEL, Arno. - Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/USU/Amais, 1995.

_____ (Org.). - Sem liberdade, sem direitos: a privação de liberdade na percepção dos adolescentes. São Paulo: Cortez, 2001.

ZANELLA, Andréa Vieira. - Vygotski: contexto, contribuições à psicologia e o conceito de zona de desenvolvimento proximal. Itajaí: Ed. Univali, 2001.

SITES CONSULTADOS

www.ambito-juridico.com.br

www.anpuh.uepg.br/xxiii-imposio/anais/textos

www.chaves.com.br. - Código Penal Brasileiro. Decreto lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

www.idecrim.com.br/inf_juridicas

www.jubra.ufrj.br/Anais.

www.licoessedireito.net/penal/penal-introducao

www.mj.gov.br/sedh/dca. Convenção sobre os direitos da criança. Resolução nº L. 44 (XLIV) da Assembléia Geral das Nações Unidas, 1989, ratificada pelo Brasil em 1990.

APÊNDICES

APÊNDICE A

É preciso amar as pessoas como se não houvesse amanhã. Por que se você parar prá pensar na verdade não há... Sou uma gota d'água sou um grão de areia. Você me diz que seus pais não entendem, mas você não entende seus pais... Você culpa seus pais por tudo. Isso é absurdo, são crianças como você O que você vai ser quando você crescer? (Legião Urbana)

O Proinvert sediado em Goiânia capital de Goiás viabilizou diferentes momentos de discussão e reflexões pertinentes às questões sobre sexualidade; violência sexual; direitos humanos; infância e adolescência, por meio de Colóquios Nacionais.⁴⁹

1- Educação Social nas Rotas, com atuação dos educadores sociais nas rotas de prostituição e exploração sexual, fazendo abordagem aos adolescentes ali encontrados com a finalidade de sensibilizá-los para os direitos da cidadania, uso da rede de serviços e redução de danos. Esse programa desenvolveu também campanhas educativas destinadas aos clientes e facilitadores da ação das redes de exploração sexual.

2- Rota da Cidadania: Educação, Saúde, Assistência e Profissionalização, que objetivou aprimorar os serviços de assistência social, saúde, educação e profissionalização para essa população e suas famílias, por intermédio de capacitação e acompanhamento técnico de organizações que compõem a Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência.

Projeto Invertendo a Rota - Proinvert,

3 - Repondo – Atendimento Psicossocial a Autores de Violência Sexual, no qual foi oferecido atendimento psicológico a autores de violência sexual adultos, adolescentes e a suas famílias. lançou a proposta de formação de um grupo terapêutico de procura espontânea para pessoas com compulsão sexual por crianças e adolescentes, mas este não surtiu efeito, não teve procura. Posteriormente, foi

⁴⁹ Encontro de Profissionais, ex-profissionais e redes de profissionais do sexo, realizado em abril de 2004. Culturas e Práticas Não Revitimizantes de Inquirição de Crianças e Adolescentes Sexualmente Abusados e Explorados. Esse colóquio foi fruto da pesquisa realizada pelo referido programa na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – DPCA, onde foi percebido a revitimização das crianças ouvidas e a demora na apuração dos processos, havendo casos com intervalos de dois anos entre o depoimento na delegacia e no judiciário. II Programa de Rota da Cidadania: Educação, Saúde, Assistência, Profissionalização e Parcerias - Goiânia março de 2006. Seminário "Dois anos de Invertendo a Rota", onde a população goianiense e representantes de outros Estados foram contemplados com os resultados do Projeto Invertendo a Rota - Proinvert.

lançada a proposta de um grupo terapêutico com foco voltado para homens com problemas de amor e sexo, no qual foi criado espaço para a exposição dos problemas vivenciados pelo homem em relação a essa temática, com esperança de que o tema da prática da violência sexual surgisse no grupo. Onze (11) homens de diferentes idades, profissões, classe social, estado civil e nível intelectual participaram do grupo. Essa proposta previa 15 encontros a serem realizados quinzenalmente para discutir várias temáticas sobre amor e sexo que foram levantadas pelos participantes no primeiro encontro, sendo que o tema da violência sexual praticada pelos homens contra crianças e adolescentes foi proposto pela equipe do Repondo, uma vez que não foi mencionada pelos integrantes do grupo.

Outro feito do programa foi a promoção de um grupo de reflexão com encontros quinzenais, para discutir sobre a temática da violência e o atendimento de pessoas que cometeram violência sexual e suas famílias. Nesse grupo participaram diferentes profissionais que trabalham com a temática da violência sexual em ambientes diferenciados. Mesmo o grupo sendo aberto à população, não contou com grande participação desta.

4 - Tecendo a Rede da Cidadania: Capacitação de Recursos Humanos, proporcionou a capacitação de educadores, técnicos e profissionais da saúde, educação e assistência a policiais, agentes do sistema judiciário, conselheiros tutelares e conselheiros de direitos que atuam com crianças e adolescentes em situação de exploração sexual. Foram realizadas por este programa, oficinas sobre o atendimento de meninos e meninas em situação de exploração sexual comercial, tendo como tema principal das discussões a “Exploração Sexual Comercial Infante Juvenil em Goiânia: Conhecendo e Intervindo”.

5- Rompendo o Ciclo da impunidade: Responsabilização de Crimes Sexuais, foi o programa responsável pela luta contra a quebra da impunidade de crimes sexuais. Esse programa ofereceu apoio jurídico às crianças, adolescentes e suas famílias, bem como monitoramento de casos de violência sexual, exigindo a responsabilização de autores de crimes sexuais.

6 - Comunicação Social e Monitoramento da Mídia, foi o programa que estimulou e qualificou a cobertura da mídia sobre temas relativos ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Nele viabilizou-se o site do projeto, onde a população teve acesso ao conhecimento do trabalho do proinvert, além de possibilitar a denúncia anônima, de casos de exploração sexual.

7- Estudos e Pesquisas Para o Desenvolvimento de Metodologias. Esse programa documentou, sistematizou e avaliou a implementação das ações do projeto, visando à criação de um banco de dados, a construção de metodologias e a publicação de livros e relatos de experiências.

APÊNDICE B

Quero não ferir meu semelhante, nem por isso quero me ferir. Vamos precisar de todo mundo, pra banir do mundo a opressão. Para construir a vida nova, vamos precisar de muito amor. A felicidade mora ao lado, e quem não é tolo pode ver. Vamos precisar de todo mundo. Um mais um é sempre mais que dois. Pra melhor juntar as nossas forças, é só repartir melhor o pão. Recriar o paraíso agora para merecer quem vem depois. (Roupa Nova)

Adolescentes-autores: casos da realidade de Goiânia

Conforme pesquisa documental realizada no período de 1997 a 2007, 42 adolescentes-autores foram registrados e encaminhados pelo JIJ de Goiânia, para cumprir medida socioeducativa de privação de liberdade e LA. A presente pesquisa priorizou um desses casos por sua especificidade e relevância para análise mais detalhada. Em razão da existência de tempo determinado para a realização do trabalho, os outros cinco adolescentes-autores que se dispuseram a contribuir terão seus casos brevemente relatados neste apêndice, para que se possa ter melhores condições de visualizar o processo sócio-histórico da real construção de vida desses adolescentes e da violência sexual em suas faces múltiplas e determinadas.

O livro da vida, o prontuário/processo do adolescente-autor participante da presente pesquisa, tem sido escrito por policiais, juízes, promotores, advogados, assistentes sociais, psicólogos, educadores, musicoterapeutas, arte-terapeutas, pedagogos, médicos, terapeutas ocupacionais, bem como pelas famílias, familiares, sociedade, adolescentes-autores e pesquisadores. Nele são apresentados pontos relevantes das histórias de vida, da história familiar, da violência cometida e do cumprimento da medida socioeducativa.

• Nelson

Nelson, um adolescente-autor de dezessete anos de idade, é natural de Goiânia e adepto do catolicismo. Oriundo de família de classe baixa, filho de servidor público municipal e de vendedora ambulante de produto alimentício. Seu pai tem 21 anos de idade a mais do que sua mãe. O casal se separou, e ambos constituíram

novas famílias. A madrasta de Nelson, que “aparentemente apresenta déficit mental”, é 45 anos mais nova que o marido e apenas quatro anos mais velha que o enteado.

A família de Nelson é constituída por seus genitores, padrasto, madrasta e seis irmãos de 23, 22, 21, 16, 14 e 10 anos de idade. Eles residem em casa que “possui toda a infra-estrutura básica, mas com pouca higienização, com aspecto sujo, inclusive com forte odor desagradável.” A renda da família provida pelo pai e por um dos irmãos de Nelson é de dois salários mínimos. Aos dez anos de idade, com a separação dos pais, ele passou a viver com o pai, embora mantivesse freqüente contato com sua mãe.

Iniciou os estudos com seis anos de idade em escola pública. Como não conseguiu ser alfabetizado, abandonou os estudos várias vezes. Seu último registro escolar é da 2ª série do ensino fundamental. O desinteresse pelos estudos se deu porque “ele era o único da turma que não sabia ler e escrever, fato que o envergonhava”.

Nelson “sempre trabalhou de servente e ajudava o pai com os irmãos onde moravam”. Nos finais de semana, segundo sua mãe, ele “saía com os amigos para beber, mas não tinha o hábito de dormir fora de casa”. No que se refere ao ato infracional cometido por ele, a mãe se contradiz. É o que consta do processo/prontuário, sem maiores esclarecimentos.

A história da violência sexual cometida por Nelson mostra que lhe prescreveram medida socioeducativa de internação por ter cometido um fato assemelhado ao tipo previsto no artigo 213 do CPB. A internação a ser cumprida no CIA teve início no final de agosto de 2007, embora sua infração tenha ocorrido no começo de janeiro de 2005. O fato ocorreu mais ou menos as “2:30 horas”, em uma rua de bairro de classe baixa, no interior de Goiás, onde “mediante violência física e moral e grave ameaça, ele constrangeu uma adolescente de dezessete anos de idade a manter com ele conjunção carnal, satisfazendo assim sua lascívia”.

Ele permaneceu detido na cadeia pública da cidade onde o fato foi cometido, por mais de um mês, tendo sido depois encaminhado ao JIJ de Goiânia com carta precatória⁵⁰. “Na delegacia sua vida estava sendo ameaçada por policiais.”

Nelson apresenta uma versão de que o ato sexual foi consensual. Em sua defesa foi usado o argumento de que “o estudo social do caso dele demonstrou que

⁵⁰ Carta precatória, ou precatória, é um documento por meio do qual um órgão judiciário demanda a outro a prática de ato processual que necessite ser realizado nos limites de sua competência territorial.

ele não possui qualquer tendência às práticas delitivas, enfatizando assim a necessidade de ele ter direito a uma avaliação neurológica e psicológica por profissionais competentes.” No prontuário/processo não foi apresentado tal laudo neuropsicológico. Usando o mesmo relatório de estudo social, a promotoria apontou “a personalidade irregular e a desestruturação psicológica e social do adolescente-autor para pedir sua medida de internação”.

Em relação ao fato, Nelson disse que, “com quinze anos, ele conheceu em um bar a moça que tinha dezessete anos: deram uma saída rápida, tiveram o ato sexual e voltaram para o bar, [onde] ela se juntou a outras duas colegas e foram embora. Logo em seguida, um amigo dele chegou e saíram juntos do bar para irem embora. Ao passarem em uma determinada rua, avistaram as três moças, e o amigo [dele] acusou uma delas de ter pego (roubado) o seu celular. A moça acusada pelo roubo do celular era a que tinha ficado com ele”.

Tomando então as dores do amigo, Nelson “correu atrás da adolescente e quis tomar-lhe o aparelho. Como ela se negou a devolver o celular, ele bateu no rosto dela. Reagindo, ela jogou o aparelho no mato próximo, por isso ele deu-lhe mais dois tapas no rosto.” Depois disso, foi para casa e contou ao pai o que havia acontecido. A polícia chegou e o levou para a delegacia, local onde passou o restante da noite. No outro dia foi colhido seu depoimento e em seguida ele foi libertado. Ele posteriormente recebeu intimação para comparecer à delegacia onde “foi informado que sua presença ali se devia ao julgamento da prática do fato assemelhado ao artigo 213 cometido por ele, contra uma adolescente, e que o resultado era que ele estava sendo privado da liberdade”.

Como ele é primário e até o momento portador de bons antecedentes, foi-lhe aplicada a medida prevista no art. 112, inciso IV do ECA - internação com reavaliação no prazo de seis meses. Nessa reavaliação, sua medida de internação foi prorrogada, e o JIJ aponta que conferiu

nova oportunidade para Nelson se manifestar sobre sua vida escolar, e tudo em vão, ele proclama que há três anos não estuda, faz “bicos” como servente e quando fica em casa sem fazer nada sai para jogar sinuca. Diante de tais proclamações ficou evidenciado juridicamente que a simples medida de liberdade assistida não seria suficiente para Nelson, mormente porque o fato assemelhado foi praticado com violência e grave ameaça

Ante o exposto foi julgada procedente a representação contra Nelson, e ele foi condenado pela prática do fato assemelhado ao tipo previsto no artigo 213 do

CPB. Sobre a infração, “seu pai não sabe dizer muito, mas acredita na inocência do filho, que foi muito prejudicado pelas más companhias com que andava”.

A ficha psicossocial do Nelson no CIA mostra que até o ano de 2003 ele teve alguns desmaios. Em relação à saúde,

ele não tem lesões físicas, é tabagista há aproximadamente dois anos e nega o envolvimento com as drogas. A princípio, ele diz ter apenas experimentado maconha, mas acaba por admitir que usou drogas [...]. Ele confessou que há cerca de cinco anos iniciou o uso de drogas inalantes: cola, cocaína, merla, tiner e uma substância nova conhecida por base, droga mais forte que a merla. Antes da internação, usou diariamente maconha.

Ao ser acolhido, ele foi encaminhado para o alojamento de atendimento especial, ficando sozinho e em cela isolada, porque “os demais adolescentes não aceitam conviver com quem comete os fatos assemelhados aos tipos previstos nos artigos 213 e 214 – do CPB, por isso sua integridade física na instituição fica comprometida”.

No CASE, Nelson tem-se alimentando bem, mas apresenta dificuldade para dormir devido à claridade. Ele reclama também “dos xingamentos dos demais adolescentes que pronunciam a palavra desgraça o tempo todo.” Ele pediu para mudar de cela por não estar suportando as brincadeiras inadequadas de outros dois adolescentes, mas foi salientado que “ele deve fazer a parte dele para ter bom relacionamento com os demais e que mudar de espaço não é a melhor solução, pois lá fora não se pode fugir dos problemas e sim buscar soluções”.

Nelson demonstrou interesse em aprender a ler e escrever: “Ele está na pré-alfabetização e apresenta muita dificuldade de memorização, contudo se esforça e é participativo. Percebe-se a ansiedade que ele tem para ler, ele sente vergonha de não ser alfabetizado”. Na unidade ele faz musicoterapia, futebol e faxina.

Em relação às medidas disciplinares, Nelson passou por várias, sempre por indisciplina, desrespeito à equipe de trabalho e por ter acertado um adolescente com um rodo quebrado que tinha um prego. Ressalta-se que “o adolescente agredido provocou Nelson, fazendo com que ele agisse de maneira agressiva”.

As visitas e telefonemas recebidos por Nelson na instituição foram feitos regularmente por sua mãe; um tio e seus irmãos o visitaram duas vezes. A irmã, uma tia materna e uma sobrinha se fizeram presentes uma vez.

Até o momento da pesquisa, esse foi o caminho percorrido por Nelson, cuja história de vida encontrava-se arquivada no CASE, onde ele cumpria medida

socioeducativa de internação.

• Breno

Breno é um adolescente de dezessete anos de idade, tabagista, epilético, motivo pelo qual faz tratamento constante e uso da medicação gardenal. Ele reside com sua mãe – que tem 43 anos de idade e é bordadeira, trabalho que desenvolve em casa – e com seu pai de 44 anos, que é pedreiro. Na casa, moram também sua irmã de 22 anos e seus filhos, uma menina de seis anos e um menino de três. A outra irmã tem sua família constituída e reside em outro bairro.

A religião praticada por Breno é o catolicismo. Em relação aos estudos, esteve matriculado, em 2005, na 6ª série do ensino fundamental, no período noturno.

Breno teve sua primeira e única infração⁵¹ cometida em agosto de 2004, por volta das 18:30 horas, em um lote localizado em um bairro de classe baixa em Goiânia. O adolescente-autor constrangeu uma criança de seis anos de idade, do sexo masculino, “mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal, causando-lhe lesões corporais,” pela qual Breno recebeu do JIJ a aplicação de medida socioeducativa de LA, que teve início em dezembro de 2004.⁵²

No dia do fato, no fim do mês de junho de 2004, Breno deparou-se com o menino na rua de frente à sua residência. O menino estava desacompanhado, “fato que impulsionou o adolescente-autor a abordá-lo para praticar atos de libidinagem. Com o intuito de atrair a criança, Breno disse ao menino: ‘Eu te dou R\$ 1,00 para você ficar comigo.’” Na audiência, Breno negou a autoria da infração descrita no artigo 214, caput do CPB, considerada ato infracional, para efeito de aplicação de medida socioeducativa, de acordo com o disposto no artigo 103 do ECA. Consta do prontuário/processo que

inocentemente, o menino seguiu o adolescente-autor até um lote, localizado nas imediações, sem indagar-lhe a razão de ir com ele para lá. Ao chegarem, Breno ameaçou dar-lhe uma surra, caso não

⁵¹ Segundo o ECA, um ato infracional é uma ação praticada por uma criança ou adolescente, parecida com ações definidas como crime ou contravenção, mas não se caracteriza como delito. Tanto para o ECA quanto para o CPB, os menores de dezoito anos de idade são inimputáveis, não podendo ser condenados (ECA, p 103).

⁵² Essa data não é a mesma em outras partes do prontuário, em que consta dezembro de 2005 como início da LA.

permitisse que com ele praticasse coito anal. Durante o ato sexual, o menino chorava e implorava que o representado parasse com aquilo, porém isso não aconteceu. Ele só foi liberado quando o ato sexual foi concluído.

Posteriormente Breno assumiu ter praticado o ato, alegando ter sido seu minuto de bobeira na vida, mas que o menino entendeu a proposta que lhe foi feita e o acompanhou sabendo o que ia acontecer, pois ele já havia feito o mesmo com outros adolescentes do bairro.

Devido à gravidade da infração, o Ministério Público pediu medida socioeducativa de internação para Breno. Seu defensor se manifestou contrário a esse pedido e solicitou substituição pela LA. O JIJ, diante do exposto, “converteu em diligência o julgamento para que o adolescente-autor se submetesse a exame psiquiátrico a ser apresentado no prazo de noventa dias”. Após o recebimento do laudo, que não apontou danos psiquiátricos, o JIJ determinou que ele cumprisse LA, tendo seu pai assinado se responsabilizando por seu cumprimento. Foi-lhe “esclarecido que a medida teria a duração inicial de seis meses, podendo ser tanto prorrogada, revogada como substituída por outra medida, caso a presente não fosse cumprida à risca”.

Além de retomar os estudos, Breno, enquanto esteve cumprindo sua medida de LA, continuou com seu trabalho,

onde cumpre oito horas de serviço em horta, trabalho que ele gosta e no qual tem pretensões de investir para deixar de ser funcionário. Ele planeja montar o seu próprio negócio, para o qual tem planos de adquirir maquinário de irrigação.

Breno, em cumprimento às recomendações do JIJ e da promotoria, além de retomar os estudos e de continuar trabalhando, recebeu atendimento psicoterápico assiduamente. Tais atendimentos foram possíveis pelo termo de cooperação feito e assinado entre a UCG/Proinvert, o NECASA e o JIJ. Viabilizou-se assim a execução dos atendimentos psicoterápicos ao adolescente-autor e sua família. Nos atendimentos de família, compareciam Breno, sua mãe e uma de suas irmãs, com seu casal de filhos. Todos residiam na mesma casa. Não se têm os registros do trabalho psicológico desenvolvido com Breno e sua família, uma vez que são confidenciais e resguardados pelo código de ética do psicólogo. Em março de 2007, a medida de LA de Breno foi extinta.

- **Tadeu**

Tadeu é um adolescente de dezesseis anos de idade, natural de Goiânia, que faz parte e frequenta um grupo da religião católica. De acordo com sua madrasta,

desde os sete meses de vida, quando seus pais se separaram, Tadeu foi viver com os avós dessa atual madrasta. Na época, quando ela se casou com o pai dele, por uns tempos os três moraram juntos, mas isso não deu certo. Ele voltou para a casa dos avós dela onde também reside uma tia-drasta que ficou viúva e passou a morar com eles, ajudando em sua criação.

Quem tem a guarda do Tadeu é sua madrasta, que assumiu tal responsabilidade assim que o pai dele faleceu em um acidente de automóvel. Ele continuou sob os cuidados dos avós-drastos. Sua mãe, ao saber do falecimento de seu ex-marido, entrou em contato com Tadeu e o levou para viver com ela. Isso durou pouco tempo, pois ele não se adaptou e retornou à casa dos avós da sua madrasta. Logo em seguida, sua avó-drasta faleceu. Ele continua morando com o avô-drasto; sua madrasta vive em outra casa no mesmo lote. Inclusive foi ela quem assinou o termo de compromisso para cumprimento da medida socioeducativa de LA, aplicada pelo JIJ pela infração cometida no final do mês de abril de 2005.

Por volta das 14:00, em uma residência de um bairro desta capital, ele [Tadeu] constrangeu duas crianças do sexo masculino, sendo uma de oito anos de idade e a outra de sete, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com eles se praticasse ato libidinoso diverso da conjunção carnal

Segundo os autos, Tadeu e os meninos eram colegas e costumavam brincar juntos, por isso eles aceitaram o convite para jogar videogame na casa do adolescente-autor. Ao chegarem, se dirigiram ao quarto dele, onde “ele abaixou as calças e mediante grave ameaça, mandou os meninos tirarem a roupa e com eles praticou ato libidinoso diverso da conjunção carnal”. O fato se repetiu em outro dia em que os três estavam na casa do menino de sete anos. Tadeu

levou os dois meninos ao banheiro e novamente praticou com eles ato libidinoso diverso da conjunção carnal, colocando papel higiênico na boca dos dois para evitar qualquer tipo de barulho, pois havia outras pessoas na casa. Depois Tadeu ameaçou de matá-los com pauladas, caso eles falassem alguma coisa do que tinha ocorrido.

Passado algum tempo, os pais dos meninos, estranhando a mudança de seus comportamentos, os questionaram e eles acabaram confessando o acontecido. Segundo consta no prontuário/processo de Tadeu, o atentado ao pudor foi confirmado em exame de corpo delito. “O menino de oito anos de idade passou por vários exames, ficou internado por quatro dias com a garganta inflamada e com queixas de dores no ânus”.

A medida socioeducativa de LA de Tadeu teve início no final do mês de agosto de 2006. Em relação à saúde, ele “apresenta uma deficiência no ombro direito, não faz nenhum tratamento e nem uso de medicamento.” Foi solicitado pela LA, agendamento psiquiátrico para o adolescente-autor. Sua madrasta declarou que “faz questão de levá-lo para tirar as dúvidas do juiz, porque ela nunca teve dúvidas de que Tadeu é vítima das acusações da vizinha”. Ele foi atendido pelo psiquiatra, que, no parecer, registrou que “ele não possui nenhum problema que necessite de acompanhamento psiquiátrico”.

Ele não tem o hábito de ingerir substância ilícita. Conforme exigência da LA, ele apresentou sistematicamente a frequência escolar.

A tia de Tadeu pediu ajuda na LA, para que ele fosse encaminhado à psicologia, pois, após a morte do pai e da avó-drasta, ele ficou muito abalado e deprimido. Como na instituição procurada pela LA, não há nenhum profissional da psicologia disposto a atender o adolescente-autor, a instituição procurou o Proinvert, que indicou a psicóloga/pesquisadora, na etapa anterior do programa, que atendeu os adolescentes-autores. Esta, ao ser contatada, aceitou fazer os atendimentos e fez o convite para ele participar da presente pesquisa. O convite foi aceito e ele esteve em atendimento⁵³ até a extinção de sua LA em fevereiro de 2007.

Tanto a madrasta como essa tia não se conformam com as acusações feitas a Tadeu: “Ele teve uma boa educação, sempre residimos no mesmo bairro, a família é bem conceituada, respeitada e agora ele está sendo discriminado no bairro e até no colégio.” Elas pretendem tomar providências cabíveis para inocentá-lo.

Em fevereiro de 2007, tendo em conta que a orientadora do Tadeu confirmou o cumprimento da medida socioeducativa, a LA foi extinta. Determinou-se que Tadeu se submetesse à medida protetiva de tratamento psicológico, devendo ser requisitado da mesma informação no prazo de três meses, o que não ocorreu.

⁵³ Os atendimentos se iniciaram na instituição, mas, um mês depois, para não serem interrompidos, precisaram ser transferidos para o consultório da psicóloga/pesquisadora, pois “parte da equipe da unidade entendeu ser perigoso para os demais usuários a presença do adolescente-autor na unidade uma vez por semana”.

- Erli

Erli é um adolescente natural da Bahia. Atualmente reside no interior do Estado de Goiás. Sua família, de classe baixa, vive em uma edificação bem simples, com quatro cômodos inacabados, praticamente sem mobília. Sua família é composta por: seu pai de 49 anos de idade; sua mãe, de 45; um irmão deficiente mental, de 21 anos; um irmão de quinze anos; ele e sua irmã gêmea, que, em janeiro de 2008, completaram dezessete anos de idade, bem como por dois sobrinhos, um menino de dois anos e uma menina de quatro meses, filhos de sua irmã gêmea. A renda familiar é de R\$ 380,00 reais, mais a Bolsa Família. Seu pai é cego de um olho e está desempregado; sua mãe trabalha como babá do próprio neto. Erli trabalhou em uma oficina mecânica por mais de uma semana. Não desenvolveu nenhuma outra atividade laborativa. É impressão ou essa última colocação feita no prontuário/processo parece ter um tom pejorativo?

Erli frequenta a Igreja Deus é Amor. Ele iniciou os estudos aos seis anos de idade, parou na 5ª série, há dois anos, por não estar gostando de frequentar a escola e estudar. Atualmente cursa a 5ª série na unidade onde está cumprindo a medida socioeducativa. Em relação à sua condição física, ele tem cicatrizes nos joelhos e no braço direito. Usa medicação controlada: capizepina e odol.⁵⁴ Agora em Goiânia vai tomar ritalina, pois tem “problema de nervosismo desde pequeno.” Diz não dormir bem, por falta de sono.

Quanto a substâncias tóxicas, Erli usava crack, maconha, bebida alcoólica e cigarro desde os treze anos. Disse que já fez furtos para comprar drogas, mas nunca foi apreendido.

Segundo relatório de acompanhamento social da comarca do interior de onde ele veio, o grupo familiar do adolescente-autor foi acompanhado pelo Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Erli não correspondeu ao trabalho psicossocial e educativo, nem desenvolveu mudanças que o levassem a sair da marginalidade. Não só ele, mas também seus irmãos se encontravam em situação de rua, fazendo

⁵⁴ As substâncias por ele ingeridas estão em seu processo/prontuário, ora descritas de uma forma, ora de outra. A nomenclatura muda não apenas seu sentido como sua função, além de dificultar a pesquisa que registra dados incertos, pois não se sabe se é um erro de escrita ou variedade de substâncias legais usadas pelo adolescente-autor. Por exemplo, encontram-se as grafias de odol (creme dental?), holdol (indicado para casos de autismo?), haldol (indicado como antipsicótico e também para controlar enjôos e vômitos de diversas origens, agitação, agressividade, outras perturbações mentais ou ainda para tratar distúrbios de Gilles la Tourette).

uso de substâncias entorpecentes.

Em entrevista, a mãe relatou suas dificuldades com o filho aposentado, que na maioria das vezes é agressivo. Até recentemente, encontrava-se internado em instituição psiquiátrica por agredir a irmã ainda em período de puerpério. Ela se referiu também alcoolismo do esposo, especialmente quando estava grávida de Erli e sua irmã gêmea.

Erli apresentou um desenvolvimento psicomotor diferenciado do de sua irmã. Ele balbuciou as primeiras palavras e andou com maior firmeza somente aos três anos de idade. Em 2004, a família se mudou para o interior devido às ameaças de traficantes ao filho aposentado. Hoje, de volta ao bairro, ela diz não temer mais pela vida dele. De volta a Goiânia, além das facilidades de tratamento para os filhos, tem também o alívio de não ter mais o temor pela morte de Erli, que, após o ato infracional e já em cumprimento de medida socioeducativa, passou a receber ameaças de supostos policiais daquela comarca.

A internação no CIA, em maio de 2007, foi por ter cometido o ato infracional 214 do CPB em uma cidade do interior de Goiás onde morava. Essa foi sua primeira passagem pela justiça. Em relação a seu ato, disse não ter feito nada, atribuindo a culpa ao cunhado. Contou ter sido apreendido em dezembro de 2006 e que após a apreensão teve duas audiências no fórum.

De acordo com o prontuário/processo referente a dezembro de 2006, Erli, no início do mês de dezembro do ano em curso, por volta das 20:00 horas, em uma das avenidas da cidade, praticou os atos tipificados como atentado violento ao pudor seguido de tentativa de homicídio, contra uma criança do sexo masculino de oito anos de idade. Ele estava, na data do fato,

jogando em uma loja de videogame, quando a vítima chegou e pediu para jogar também. Ele afirma que nunca havia visto o menino antes, mas mesmo assim o deixou jogar um pouco. Depois de algum tempo, quando a vítima estava indo embora, Erli pediu para a vítima o acompanhar com a promessa de lhe dar um par de tênis, o que foi aceito pela vítima sem fazer qualquer pergunta e Erli o levou para um local ermo.

Chegando ao lugar referido, Erli

segurou a vítima pelo pescoço e mandou que ele tirasse as roupas. O menino implorou para ir embora, mas Erli o enforcou e com ele praticou sexo anal. Após o ato, Erli deu dois chutes na virilha da vítima, pisou em seu pescoço e verbalizou: “Sinto muito, mas vou ter que te matar”. A vítima suplicou por sua vida em vão. Erli pegou duas pedras

e acertou a cabeça da vítima, deixando-a no chão, pensando que a criança estava morta.

Depois do ocorrido, Erli fugiu do local e foi para a casa de uma vizinha permanecendo lá por uma hora. Quando estava voltando para sua casa, foi abordado por policiais militares, que fizeram a sua apreensão e o conduziram para a delegacia.

A vítima foi socorrida por um casal que passava perto do local onde a criança fora agredida. O corpo de bombeiros a encaminhou a um hospital. Foi constatado, no exame médico-pericial, a existência de diversos ferimentos cortocontusos no couro cabeludo, região frontal e rosto, bem como suturas e escoriações extensas no rosto, couro cabeludo e mãos da vítima. Apesar de o laudo pericial referido não confirmar os vestígios do atentado violento ao pudor, o relatório elaborado pelo médico que atendeu a criança no hospital reconhece a existência de lesões no ânus da vítima, confirmadoras de coito anal, conforme relato de Erli perante a autoridade policial e depois confirmado perante o Ministério Público.

Erli e seus pais, cientificados da infração e seu teor, foram conduzidos para serem ouvidos perante o juiz em audiência de apresentação, acompanhados de advogado; ao final, foi julgada procedente com a conseqüente aplicação da medida socioeducativa, nos termos do artigo 184 e seguintes, do ECA. Ao ser inquirido, Erli confirmou todos os atos praticados. Diante da gravidade deles, foi decretada a internação provisória dele até a sentença final. A defensoria usou o argumento de que

o menor apresenta distúrbio emocional e que até mesmo para qualquer leigo que estudar os autos constatará que o menor não tinha consciência do ato que praticou. Apesar da gravidade do fato, a defesa prova que o mesmo necessita de tratamento. E declara a situação de extrema pobreza em que vive o menor e sua família. Ainda afirmou que em sua família existem problemas mentais com o seu irmão, o pai é alcoólatra, a mãe acomodada. Ele é uma criança sem carinho, sem respeito e sem amor, como poderá ter uma adolescência rica em sentimentos?

A defensoria lembrou que ao Estado é assegurado o direito de punir,

mas também incumbe o dever de ressocializar, integrar o menor, ofertando educação, saúde, moradia digna, lazer, segurança, previdência social e assistência aos desamparados, bem como provando-se a existência de algum problema mental dar-lhe tratamento de forma que possa ser reinserido na sociedade, protegendo assim a sociedade e o próprio menor. Motivo pelo qual requer que seja dado ao menor a chance de ser submetido a exames

mais profundos para o presente procedimento ser frutífero e ao fim apurar-se a medida mais adequada ao caso, em honra aos princípios norteadores do ECA.

Em seguida foi proferida a sentença, com base no argumento de que se trata de fatos gravíssimos de estupro seguido de tentativa de homicídio. É certo que os autos noticiam possíveis desvios mentais do adolescente-autor. O procedimento previsto no ECA confere ao juiz oportunidades de aferir com mais acuidade, durante o prazo da internação, as medidas assecuratórias quanto ao fiel cumprimento dos direitos e garantias conferidas pelo ECA a Erli. Assim é que, havendo indícios de problemas de desvios mentais dele, o juiz conclui que

nada melhor que mantê-lo internado para que o Estado/Juiz e o Estado/Administração possam conferir a ele o tratamento adequado para sanar seus problemas mentais e desvios comportamentais. O juiz assegura que internado é melhor que solto, uma vez solto evidentemente que Erli não procurará o tratamento adequado ao seu problema e tampouco a sua família o fará, uma vez que, conforme relatório elaborado pelos profissionais do CASE, trata-se de família carente e sem nenhuma noção de cidadania. Pois eles vivem às expensas do estado e nessa condição nada melhor do que esse Estado conferir a Erli o tratamento a que ele faz jus para sanar os seus problemas psicomentais. Os autos noticiam que na capital do Estado existe local apropriado para isso.

Para o juiz, nada é melhor por ora do que a permanência de Erli no regime de internação, até mesmo para inculcar nele a hábil coerção dos fatos gravíssimos que ele praticou. É necessário que Erli “pegue um bom tempo de cadeia para aprender a não mexer mais com crianças ou com quem quer que seja. Seus possíveis desvios, repetiu o juiz, serão contemplados durante o regime de internação”. Assim julgou procedente a representação, decretando a medida de internação pelo prazo máximo previsto em lei, ressaltando que na realidade o prazo de permanência no regime da internação seria ditado pelo próprio Erli, de acordo com o seu comportamento carcerário.

A mãe de Erli relatou sobre sua deficiência mental e uso de entorpecentes, bem como apresentou à equipe exames e relatórios médicos datados de julho de 2004, nos quais os médicos confirmam o diagnóstico de F-90 do CID-10. No decorrer do tratamento, ele fez uso dos medicamentos carbamazepina (usado como anticonvulsivante, e/ou para o controle do transtorno afetivo bipolar, neuralgias, dores) haldol, socian (ativador dopaminico e antidepressivo, hipnótico) e outros, faltando apenas um acompanhamento psicoterapêutico.

Erli relata, com naturalidade, o ato cometido, não deixando transparecer nenhum arrependimento. Também foi registrado que ele não dispensa cuidados básicos com sua higiene pessoal, e apresenta ter idade mental inferior à sua idade cronológica, embora não tenha sido submetido à aplicação de testes para esclarecimentos.

Tão logo ingressou na unidade, Erli ficou sem se alimentar, chorando o tempo todo, com medo dos outros adolescentes que estão na unidade e estão cientes do ato infracional ele cometeu. Depois de chorar por toda a manhã, ele lanchou e foi ao banheiro pela primeira vez no dia, apresentando estar mais tranqüilo. A equipe o orientou a não repassar o seu alimento, uma vez que isso não iria resolver sua questão. Quanto à ameaça sofrida de ser enforcado com lençol pelos internos, foi-lhe informado que a situação estava sob controle. Enquanto esteve privado de liberdade, cometeu inúmeras indisciplinas. Em uma delas, “participou de brincadeira inadequada, aceitando ser chupado no rosto e pescoço por dois outros internos”. Teve relação conflituosa com a maioria dos internos, apresentando comportamentos inadequados e agressividade.

Nas visitas e contato telefônico permitido pela instituição, a mãe de Erli sempre se fez presente. Quando não podia comparecer, ligava avisando o motivo. Um deles foi por estar acompanhando seu neto de dois anos de idade, que foi queimado, em 95% do corpo, pelo irmão mais velho de Erli.

Objetivando a melhora da condição sociocultural da família, foram realizados contatos com o Conselho Tutelar, com a LA e com a Secretaria do Bem-Estar Social, instituições estas que se prontificaram a prestar efetiva assistência desde que oficiado pelo JIJ. Contatou-se ainda que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) viabilizou uma vaga para Erli em janeiro de 2008. Desse modo, a proposta socioeducativa cumpre suas metas, restando apenas que o estado, na pessoa de seus representantes e instituições, venha garantir condições dignas de vida que salvaguardem não só o adolescente-autor em questão como a sociedade da qual ele faz parte e que tem para com ele também seus deveres.

No final de dezembro de 2007, foi proposto pela equipe a progressão da medida de internação para a de LA, o que foi endossada pelo JIJ.

• Renato

Renato é um adolescente de catorze anos de idade, nascido em Goiânia,

filho de pais separados. Sua mãe tem 41 anos de idade, trabalha como manicure autônoma e vive com um companheiro de 43 anos, que é corretor de veículos. Essa união tem aproximadamente cinco anos e dela nasceu a irmã de Renato, que foi vítima da violência sexual praticada por ele. Esta é a quarta passagem dele pelo JIJ. Desde os doze anos de idade, Renato começou a roubar e passou a apanhar do seu padrasto. Sua mãe não batia nele, mas o trancava e chamava a polícia.

Em data inexata, em sua residência, na cidade de Goiânia, Renato constrangeu sua irmã de quatro anos de idade a praticar com ele ato libidinoso diverso da conjunção carnal. Eles estavam sozinhos em casa, quando a genitora de ambos entrou e viu que sua filha encontrava-se com o short na altura do joelho, sem calcinha. O adolescente-autor, quando a viu, saiu correndo. Ele incorreu na conduta descrita nos artigos 214 e 224⁵⁵, de acordo com o disposto no artigo 103, do ECA, motivo pelo qual foi designada uma data para audiência. No termo de audiência de apresentação no mês de outubro de 2006, foi decretada a internação provisória de Renato a ser cumprida no CIP. Ficou designado o mês de novembro do corrente ano para audiência em continuação.

A menina contou à sua mãe que seu irmão pediu pra ela deitar na cama, tirou o seu short e pegou na sua vagina. Ela contou ainda que ficou com medo do irmão. A genitora, em outubro de 2006, registrou ocorrência na Delegacia de Polícia de Apuração de Atos Infracionais (DPAAI) e compareceu à promotoria de Justiça, oferecendo representação. Renato está, segundo comprovam os autos,

no mundo da marginalidade, das drogas e dos constantes furtos. Inclusive após sua detenção prova testemunhal colhida informou que os furtos em determinado setor que ele freqüentava diminuiram consideravelmente. Ressalta o JIJ que o fato gravíssimo de todo narrado, foi a tentativa de atentado violento ao pudor em desfavor da irmã de quatro anos, fato considerado preocupante, aterrorizante e indicativo da necessidade deste, reconstituir ou reestruturar sua própria vida, que apesar de estar no início da adolescência encontra-se no final do túnel. É necessário que esse adolescente-autor seja recuperado, ficando ao JIJ a tarefa árdua de ajudá-lo a reestruturar-se; e o que a sociedade dispõe é de um recolhimento para um trabalho diuturno e sistemático de recuperação.

Diante de todo o exposto e ante a gravidade dos atos infracionais cometidos e provadas sua autoria e materialidade, considerando sua condição de

⁵⁵ Renato foi devidamente qualificado nos autos, pela prática dos atos infracionais tipificados no art. 155 caput c/c art. 14, ii do CPB; art. 155 caput c/c art. 71, ii do cpb, art. 155, § 4º, i c/c art. 71 caput do CPB e art. 214 e 224, alínea "a" do CPB.

pessoa em desenvolvimento e que, se trabalhada intensivamente, poderá ser recuperada, o Ministério Público requereu e o juiz impôs a medida socioeducativa de internação a Renato. Em novembro de 2006, ele foi para o CIA, apresentando lesões por todo o corpo, tendo sido encaminhado à delegacia e ao Instituto de Medicina Legal (IML).

Em relação a substâncias tóxicas, está registrado que ele parou de usá-las há seis meses. Ele parou de estudar na 6ª série; na unidade, retomou os estudos e foi aprovado para a 7ª série.

Logo que Renato chegou ao CASE, tentou fugir, o que lhe acrescentou então mais seis meses de internação. Enquanto detido, foi visitado semanalmente por sua mãe; uma vez recebeu as visitas da sua irmã e de um tio materno. Assim que recebeu a liberação do juiz, sua mãe o levou para morar com um tio em outro estado. Lá ele ficou por apenas um mês, trabalhou com o tio e primos em jardinagem, mas logo ele tirou a tranquilidade do tio e da família, pois passou a furtar a vizinhança. Por isso, sua mãe precisou buscá-lo.

De volta a Goiânia, em sua residência com a mãe, a irmã e o padrasto, a convivência a princípio foi boa, inclusive com o padrasto que passou a tratá-lo melhor do que antes. Pouco tempo depois, entrou numa residência e roubou um notebook e R\$ 250,00. Foi pego e levado para a DPAAI e de lá para o JIJ. Como não pôde ser atendido, foi devolvido a DPAAI de onde fugiu e tentou novo roubo. Foi pego e agredido fisicamente pelo dono da casa onde tentou roubar um DVD. Ele contou à equipe que, se o roubo tivesse dado certo, com o dinheiro ele ia comprar “besteiras” (lanches). Quando foi novamente ouvido pelo juiz, diz que vai pedir-lhe para “retornar à escola e pedir um trabalho, pois cabeça vazia fica livre para o diabo.” Para a equipe, ele parece tratar-se de um adolescente-autor imaturo e carente.

A mãe de Renato desabafou com a equipe do CASE, em contato telefônico, que, desde que o filho saiu do CASE, nunca mais ela teve sossego, pois a maior parte do tempo passa levando-o para fora da cidade e/ou procurando-o nas ruas. Depois que o buscou na casa do tio, ele passou a ficar nas ruas e apresentar-se drogado e agressivo. Ele chegou a passar mais de cinco dias fora de casa.

Quando Renato foi entregue à sua mãe com a informação de que ele estava roubando, ela pediu que o levassem para a DPAAI para que ele fosse apreendido. Foi então esclarecido a ela que não se pode privar uma pessoa de sua liberdade sem um flagrante. Ela argumentou sobre seu receio de perder o filho para a morte, já que estava em risco. Deu graças a Deus ao saber que ele estava no CIP,

pois só assim poderia dormir tranqüila, fato que não ocorria há um bom tempo, pois ela anda por toda a cidade procurando por Renato em locais de risco. Segundo a equipe, a mãe desse adolescente-autor é bastante desequilibrada emocionalmente, precisando assim de muita orientação e acompanhamento, para poder ajudar o filho.

Renato relatou, em atendimento feito pela equipe do CASE, que seu pai não mantém contato com ele, nem participa afetiva nem financeiramente de sua criação. Nos registros da unidade, consta que em 2006 o pai dele entrou em contato com o CIP quando ele estava naquele centro. Quando ele foi transferido para o CASE, ele telefonou cerca de cinco vezes, depois disso não o procurou mais. Até 2007, Renato ficou em privação de liberdade.

Considerações sobre os casos

Na análise do material desses adolescentes-autores, alguns fatores se destacam e parecem ser comuns a todos os casos relatados na presente pesquisa. As categorias que sobressaíram foram:

(a) A situação de miséria e pobreza em que as famílias vivem, salvo no caso do Tadeu, cuja família pareceu apresentar uma situação um pouco diferenciada. Ele também é o único que se diferencia em relação à categoria dos estudos, pois os demais tinham abandonado, por mais de uma vez, as escolas.

(b) O uso de drogas é outra categoria que se sobressaiu nos casos dos adolescentes-autores. Dos cinco adolescentes, três são usuários de diversas delas.

(c) Negar a autoria da infração também parece ser uma situação comum nesses casos. Nenhum deles assumiu de início a culpa pela autoria da violência sexual, e quatro dos cinco adolescentes-autores imputaram a outro a responsabilização pela infração.

(d) Dos cinco casos, três receberam a medida socioeducativa de privação de liberdade e dois foram direto para a LA. No caso dos adolescentes-autores que ficaram detidos, constatou-se a violência por eles enfrentada na instituição por causa de suas infrações. Da violência nas demais instâncias de suas vidas, nenhum deles escapou, mesmo tendo ela aparecido em diversas modalidades, intensidade e locais. Era às vezes explícita e outras vezes implícita, parecendo ser inerente a suas vidas.

(e) Os problemas que, de uma maneira ou de outra, desestruturaram as famílias (separação dos pais, vícios, desemprego, situação de marginalidade, educação com

violências diversas aplicadas aos filhos) foram outras categorias comuns nos casos dos cinco adolescentes-autores. Essas famílias não propiciaram uma socialização primária que contribuísse de maneira saudável para o desenvolvimento desses adolescentes. Não foram continentes.

(f) - A religião foi apontada por todos eles como uma prática, sendo que o catolicismo predominou.

(g) - Uma categoria que se destacou nos cinco casos foi o peso depositado de maneira impressionante e insistente nos laudos neuropsicológico e psiquiátrico. Quando se refere ao adolescente-autor, é comum que, em algum momento, tais laudos sejam solicitados pelas instituições que recebem esse infrator. Porque uma causa neurológica e/ou psíquica, específica e de sua exclusiva responsabilidade, exime todas as demais esferas em que ele esteja inserido.

(h) – A negligência, a negação e o descaso da sexualidade não só do adolescente-autor como a de crianças e adolescentes em geral. Bem como parece existir dois pesos e duas medidas para as questões da violência sexual como corrobora o fato explícito pela caracterização familiar de um dos casos apresentados nesse apêndice. Ele revela que a irmã gêmea de um adolescente-autor teve seu primeiro filho aos catorze anos. Em que juizado está sendo julgada e tratada essa violência sexual além das outras a que ela está exposta, ou a falta dessa denuncia é também outra violência para com essa adolescente? Parece que algumas violências sexuais não são percebidas, mesmo assim elas insistem em se anunciarem, pois tem se repetido. Essa adolescente aos dezesseis anos de idade teve seu segundo filho. Onde está o autor dessa violência sexual? Detido ou livre para cometê-la com outras adolescentes? Por que alguns casos parecem não ser vistos como violência sexual e outros são, o que difere entre eles, a vítima, a situação econômica do autor? Essas são questões que esta pesquisa fazem ecoar. Afinal,

Vivemos esperando dias melhores, dias de paz, dias a mais. Dias que não deixaremos para trás. Vivemos esperando o dia em que seremos melhores, melhores no amor, melhores na dor. Melhores em tudo. Vivemos esperando dias melhores pra sempre. (Jota Quest).

